



SENADO FEDERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 115/2021

E D I T A L

(Processo nº 00200.009307/2020-71)

A **UNIÃO**, por intermédio do **SENADO FEDERAL**, doravante denominado SENADO, e este Pregoeiro, designado pela Portaria da Diretoria-Geral nº 2.431, de 2021, tornam pública, para conhecimento das empresas interessadas, na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, bem como da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Política de Contratações do Senado Federal estabelecida no Anexo V da Resolução nº 13, de 2018, e do Ato da Diretoria-Geral nº 9, de 2015, e, tendo em vista o que consta do Processo nº 00200.009307/2020-71, a abertura de licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO** do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, regime de **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**, destinada à **contratação de empresa para a prestação de serviços de manutenção de sistemas de detecção, alarme e combate automático a incêndio instalados no Complexo Arquitetônico do Senado Federal, com fornecimento de materiais**.

Na data, horário e endereço eletrônico abaixo indicados far-se-á a abertura da Sessão Pública de Pregão Eletrônico, por meio de Sistema Eletrônico COMPRASNET.

DATA: 14/12/2021

HORÁRIO DE BRASÍLIA: 9H30MIN

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.comprasgovernamentais.gov.br

OBSERVAÇÃO: Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será remarcada automaticamente e terá início somente após comunicação via sistema aos participantes no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.

CAPÍTULO I - DO OBJETO

1.1 – O presente pregão tem por objeto a contratação de empresa para a prestação de serviços de manutenção de sistemas de detecção, alarme e combate automático a incêndio instalados no Complexo Arquitetônico do Senado Federal, com fornecimento de materiais, durante 30 (trinta) meses consecutivos, de acordo com os termos e especificações deste edital e seus anexos.

1.1.1 – Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no CATMAT e/ou CATSER e as constantes deste edital prevalecerão as últimas.



SENADO FEDERAL

CAPÍTULO II – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E CREDENCIAMENTO

2.1 – Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e perante o sistema eletrônico provido pela Secretaria de Gestão do Ministério da Economia (SEGES), por meio do sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.

2.1.1 – Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia (SEGES), onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento, bem como receber as instruções detalhadas de sua correta utilização.

2.1.2 – O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao SENADO responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

2.2 – Somente poderão apresentar proposta as empresas legalmente estabelecidas, especializadas no ramo, e que satisfaçam às condições deste edital e seus anexos.

2.3 – Não poderão participar da presente licitação, direta ou indiretamente, empresas que, por qualquer motivo:

2.3.1 – tenham sido declaradas inidôneas por qualquer órgão da administração pública, direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou distrital;

2.3.2 – tenham sido punidas com a suspensão do direito de licitar ou impedidas de contratar com a Administração, nos termos do art. 87 da Lei 8.666/1993;

2.3.3 – estejam impedidas de licitar e contratar com a União, nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002;

2.3.4 – estejam elencadas no art. 9º da Lei nº 8.666/1993;

2.3.5 – encontrem-se em processo de dissolução empresarial.

2.4 – A fim de verificar as condições de participação previstas neste Capítulo, o Pregoeiro realizará consulta nas seguintes bases de dados:

2.4.1 – SICAF e Relação de Servidores disponíveis no Portal da Transparência do Senado Federal, a fim de verificar a composição societária das empresas e certificar eventual participação indireta que ofenda ao art. 9º, III, da Lei nº 8.666/93;



SENADO FEDERAL

2.4.2 – Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;

2.4.3 – Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), no endereço eletrônico <http://www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes/ceis>;

2.4.4 – Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica, mantido pelo Tribunal de Contas da União (TCU), no endereço: <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>.

2.5 – Constatada a ocorrência objetiva de uma das hipóteses de impedimento de participação previstas neste Capítulo referidas anteriormente, o Pregoeiro relatará o fato em campo próprio do sistema e concederá à respectiva licitante a oportunidade de manifestação acerca da matéria e, eventualmente, a comprovação do afastamento dos efeitos da causa impeditiva de participação no certame.

2.6 – É vedada a participação de consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição.

CAPÍTULO III – DA VISTORIA

3.1 – É facultado à licitante interessada em participar deste Pregão, mediante prévio agendamento junto à Coordenação de Engenharia de Manutenção - COEMANT do Senado Federal, realizar vistoria técnica, com **antecedência mínima de 1 (um) dia útil em relação à data pretendida**, verificado pela data de recebimento da solicitação de agendamento de vistoria pelo sistema de correio eletrônico do Senado, contado da data marcada para a sessão pública, para conhecer as instalações.

3.1.1 – A vistoria deverá ser agendada de segunda a sexta-feira, exceto feriados e ponto facultativo, nos horários de 10h, 15h ou 17h, sendo que o último horário será o das 15h do dia útil anterior à abertura do certame, pelo endereço eletrônico coemant@senado.leg.br.

3.1.2 – Não será realizada vistoria sem prévio agendamento ou fora do prazo estabelecido.

3.1.3 – A vistoria poderá ser realizada por responsável técnico ou representante da pessoa jurídica interessada em participar da licitação, que deverá comparecer municiado de identificação pessoal e do comprovante de vínculo com a empresa ou de procuração.

3.1.3.1 – A comprovação do vínculo poderá ser feita mediante contrato de trabalho, contrato provisório de trabalho, contrato de prestação de serviço ou contrato social da empresa (no caso de sócio ou gerente).

3.1.3.2 – Caso o vistoriador não atenda aos requisitos do item 3.1.3, não será executada a vistoria.



SENADO FEDERAL

3.2 – Realizada a vistoria, a licitante receberá o Termo de Vistoria, emitido pela Coordenação de Engenharia de Manutenção – COEMANT, conforme Anexo 2-E.

3.3 – Caso a interessada opte por não realizar vistoria, firmará declaração na qual dispensa a necessidade de vistoria, assumindo todo e qualquer risco por sua decisão e se comprometendo a prestar fielmente o serviço nos termos de sua proposta e do presente edital.

3.3.1 - Entende-se que a licitante que optar por não realizar a vistoria assume que os dados necessários à compreensão do objeto e à elaboração de proposta comercial e técnica estão plenamente contidos neste edital e seus Anexos.

3.4 – O Termo de Vistoria ou a Declaração de Dispensa de Vistoria deverá ser apresentada no ato de cadastramento da proposta. A não apresentação dos mencionados documentos implica aceitação geral e irrestrita por parte da licitante das especificações e condições do objeto licitado e de sua plena execução.

3.5 – O Anexo 2-D contém informações gerais sobre os equipamentos e instalações existentes a serem mantidas pela futura Contratada no Senado Federal.

CAPÍTULO IV – DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA E ANEXAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1 – A licitante deverá cadastrar proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

4.2 – A licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico o **preço total de cada item**, observados o quantitativo e a unidade de fornecimento e prestação de serviço do objeto a ser contratado, conforme o Termo de Referência (Anexo 1).

4.2.1 – Os valores deverão ser expressos em algarismo arábico, na moeda Real, considerados apenas até os centavos, compreendendo todos os custos diretos e indiretos necessários ao cumprimento do objeto deste edital, em especial o frete, tributos e encargos sociais.

4.3 – Para o adequado cadastramento da proposta, a licitante deverá consignar, nos campos próprios, as informações exigidas pelo sistema, observando, para tanto, as especificações do objeto constantes deste Edital.

4.4 – O campo ‘Descrição Detalhada do Objeto Ofertado’ será destinado às informações complementares da proposta, observando-se os seguintes prazos e condições:

4.4.1 – Prazo de início da prestação dos serviços a partir da data indicada na Ordem de Serviço Inicial, a qual poderá ser emitida pelo SENADO entre **1 (um) e 90 (noventa)**



SENADO FEDERAL

dias corridos, a contar da data de assinatura do contrato, conforme previsto no Anexo 2-B.ANEXO 2-B – Caderno de Especificações Técnicas

4.4.2 – Prazo de garantia dos materiais fornecidos e dos serviços realizados de, no mínimo, **90 (noventa) dias corridos**, contados da conclusão da atividade, ainda que esse período de garantia ultrapasse o período de prestação dos serviços regularmente contratados.

4.5 – A omissão dos prazos fixados no subitem anterior implica a aceitação dos prazos indicados neste edital.

4.6 – No ato do cadastramento da proposta, a licitante deverá anexar em campo próprio do sistema a documentação comprobatória dos requisitos de habilitação estabelecidos no Capítulo XII deste edital.

4.6.1 – A licitante poderá deixar de anexar em campo próprio do sistema apenas os documentos de habilitação que constem do SICAF, observando-se, nesse caso, o disposto no item 12.3 do edital.

4.6.2 – Os documentos que compõem a habilitação e os eventuais anexos da proposta cadastrada da licitante mais bem classificada somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento da fase de lances.

4.7 – Não serão classificadas as propostas em desconformidade com este edital.

4.8 – A licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do edital.

4.9 – A licitante que se enquadre na definição de microempresa ou empresa de pequeno porte e queira se valer dos direitos de preferência previstos na Lei Complementar nº 123/2006 deverá declarar em campo próprio do sistema.

4.10 – A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a licitante às sanções previstas neste edital, sem prejuízo de outras previstas em lei.

4.11 – Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta cadastrada.

4.12 – As propostas terão validade de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste edital.

4.12.1 – Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.



SENADO FEDERAL

4.13 – A apresentação da proposta implica a aceitação plena e total das condições deste edital e seus anexos.

CAPÍTULO V – DA SESSÃO PÚBLICA

5.1 – A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste edital, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.

5.2 – Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico (“chat”).

5.2.1 – Diante da indisponibilidade momentânea do campo próprio do sistema eletrônico, a licitante deverá formalizar o apontamento, de imediato e exclusivamente, pelo e-mail licita@senado.leg.br, sob pena de preclusão da oportunidade de alegação da matéria, devendo o Pregoeiro registrar o fato no “chat” e relatar o teor das comunicações.

5.3 – Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios em razão de sua própria desconexão ou diante de inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema.

5.4 – Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

5.5 – No caso de a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.

5.6 – O Pregoeiro poderá suspender a sessão pública do certame, justificando, no “chat”, os motivos da suspensão e informando a data e o horário previstos para a reabertura da sessão.

CAPÍTULO VI – DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

6.1 – Em sede de verificação de conformidade formal das ofertas cadastradas, o Pregoeiro somente poderá realizar a desclassificação das propostas antes da fase de lances quando:

6.1.1 – as descrições do objeto estiverem em manifesta desconformidade com o edital;

6.1.2 – os valores ofertados configurarem preços simbólicos, irrisórios ou com presunções absolutas de inexequibilidade;

6.1.3 – as informações registradas na descrição do objeto evidenciarem, de forma flagrante, a identificação da licitante.

6.2 – Somente as licitantes com propostas classificadas participarão da fase dos lances.



SENADO FEDERAL

CAPÍTULO VII – DA FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1 – Aberta a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do horário e do valor consignados no registro de cada lance.

7.2 – A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

7.3 – Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.

7.4 – Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

7.4.1 – Para o fim de desempate das propostas serão aplicados, sucessivamente, os critérios previstos nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 e no §2º do art. 3º da Lei nº 8.666/1993 e, persistindo o empate, o sorteio eletrônico a ser realizado pelo sistema.

7.5 – Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

7.6 – Durante a “etapa aberta” da fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir o lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

7.6.1 – A possibilidade de exclusão de lance inexequível por parte do Pregoeiro não desonera a licitante da responsabilidade pelo registro da oferta, ainda que haja erro manifesto.

7.7 – Para envio dos lances referentes ao presente pregão eletrônico será adotado o modo de disputa “aberto e fechado”, conforme procedimento estabelecido no art. 33 do Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019.

CAPÍTULO VIII – DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

8.1 – Havendo participação de microempresas e/ou empresas de pequeno porte na sessão de lances, serão observados, antes da declaração da licitante vencedora, os critérios de preferência estabelecidos nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

8.1.1 – Encerrada a fase de ofertas de lances, caso a melhor proposta não tenha sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e houver proposta apresentada por alguma(s) dessas pessoas jurídicas, com valor até 5% (cinco por cento) superior à menor proposta, proceder-se-á da seguinte forma:



SENADO FEDERAL

a) a microempresa ou empresa de pequeno porte será convocada a apresentar nova proposta inferior àquela considerada vencedora do certame, no prazo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão do direito de preferência, situação em que, atendidas às exigências habilitatórias, será adjudicado a seu favor o objeto desta licitação;

b) não sendo vencedora a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada na forma da alínea anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem nessas categorias e cujas propostas estejam dentro do limite fixado no “caput” deste subitem, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

8.1.2 – Na hipótese da não contratação nos termos previstos no subitem anterior, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

8.2 – A fim de verificar a pertinência de declaração de enquadramento da licitante mais bem classificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, o Pregoeiro realizará consulta ao Portal da Transparência do Governo Federal, no endereço eletrônico <http://www.portaldatransparencia.gov.br>, para verificar se o somatório de ordens bancárias recebidas pela licitante ME/EPP, relativas ao último exercício e ao exercício corrente, até o mês anterior ao da data da licitação, fixada no preâmbulo deste Edital, já seria suficiente para extrapolar o faturamento máximo permitido como condição para esse benefício, conforme art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

CAPÍTULO IX – DO JULGAMENTO

9.1 – O critério de julgamento adotado será o de menor preço global.

CAPÍTULO X – DA NEGOCIAÇÃO

10.1 – Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o Pregoeiro poderá encaminhar contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.

10.1.1 – A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

CAPÍTULO XI – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

11.1 – O Pregoeiro solicitará à licitante vencedora o envio da proposta de preços formatada de acordo com o Anexo 2-A e o Anexo 4 do edital e devidamente adequada ao último lance, por meio de campo próprio do sistema.



SENADO FEDERAL

11.1.1 – Em caso de problemas técnicos ou operacionais que inviabilizem o envio da proposta pelo sistema, será admitido o envio do respectivo arquivo para o e-mail licita@senado.leg.br, devendo o Pregoeiro, nessa hipótese, informar no “chat” a data e o horário do recebimento e disponibilizar o conteúdo para os demais licitantes interessados.

11.1.2 – O prazo para envio da proposta é de, no mínimo, 60 (sessenta) minutos a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

11.1.3 – Para a contagem do prazo de que trata o item anterior não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.

11.1.4 – Em caso de não envio da proposta no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

11.1.5 – A proposta será desclassificada quando:

- a) as especificações do objeto ofertado estiverem em manifesta desconformidade com as exigências estabelecidas no edital;
- b) contiver valores simbólicos, irrisórios ou com presunção absoluta de inexecutabilidade, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie, de forma expressa e motivada, à parcela ou à totalidade de remuneração.

11.2 – O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade com as especificações técnicas estabelecidas no edital e quanto aos preços ofertados, que não poderão ser superiores aos valores unitários estimados para cada um dos itens, conforme informado no Anexo 2-A.

11.2.1 – O Pregoeiro poderá promover diligência destinada a embasar sua decisão no que tange ao julgamento da melhor proposta, admitindo a correção de falhas de natureza formal e a complementação de informações.

11.2.2 – Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste edital.

11.2.3 – Se houver indícios de inexecutabilidade relativa da proposta, o Pregoeiro deverá assegurar à licitante a oportunidade de demonstração e comprovação da viabilidade financeira e econômica da oferta.



SENADO FEDERAL

CAPÍTULO XII – DA HABILITAÇÃO

12.1 – A habilitação das licitantes será verificada por meio do SICAF, Nível I ao VI do Cadastro de Pessoa Jurídica, e da documentação especificada neste edital.

12.1.1 – Diante da expiração de validade dos documentos registrados no SICAF referentes aos Níveis III, IV e VI, as licitantes deverão apresentar documentação complementar a fim de suprir tais exigências, observado em relação às empresas enquadradas como ME/EPP o disposto no art. 43, §1º, da Lei Complementar nº 123/2006.

12.2 – Para fins de habilitação jurídica, o Pregoeiro verificará a compatibilidade entre o objeto do certame e as atividades previstas como “objeto social” no ato constitutivo das licitantes, conforme natureza da pessoa jurídica.

12.3 – Caso não estejam digitalmente disponíveis no SICAF, em observância ao disposto no item 4.6.1 deste edital, no ato do cadastramento da proposta, a licitante deverá apresentar a documentação comprobatória dos seguintes requisitos de habilitação:

12.3.1 – CAPACIDADE TÉCNICA:

Capacidade Técnico-Operacional

12.3.1.1 - *Certidão de Registro de Pessoa Jurídica*, expedida pelo CREA da região onde se situa a sede da empresa ou sua filial, em nome da licitante;

12.3.1.2 - No caso de a empresa licitante não ser registrada ou inscrita no CREA do Distrito Federal, somente serão exigidos os respectivos vistos no CREA-DF na ocasião da assinatura do Contrato;

12.3.1.3 - *Atestado de Capacidade Técnico-Operacional*, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da licitante, comprovando que a licitante já executou serviços compatíveis com as características, o vulto e a complexidade com o objeto licitado, por período não inferior a 12 (doze) meses, nos seguintes termos:

12.3.1.3.1 - Prestação de serviços continuados de manutenção em sistema de detecção e alarme de incêndio, dotado de central de incêndio endereçável com pelo menos 70 (setenta) detectores, não necessariamente com as exatas especificações descritas no Anexo 2-B deste edital;

12.3.1.3.2 - Prestação de serviços continuados de manutenção em sistema de detecção, alarme e combate automático de incêndio, dotado de agente extintor limpo, não necessariamente com as exatas especificações descritas no Anexo 2-B deste edital;



SENADO FEDERAL

12.3.1.3.3 - Prestação de serviços continuados de manutenção em sistema de detecção e alarme de incêndio, dotado de sistema de detecção precoce de fumaça por aspiração, não necessariamente com as exatas especificações descritas no Anexo 2-B deste edital;

12.3.1.3.4- Prestação de serviços de manutenção e recarga em cilindro de agente extintor limpo, não necessariamente com as exatas especificações descritas no Anexo 2-B deste edital;

12.3.1.3.5 - Para fins de comprovação dos quantitativos referidos no 12.3.1.3.1 (mínimo de 70 detectores), não será admitido o somatório de Atestados de Capacidade Técnica, conforme justificativa constante no § 40.3 do Termo de Referência (Anexo 2 deste edital);

12.3.1.3.6 - Para fins de comprovação dos itens 12.3.1.3.2 e 12.3.1.3.4, serão considerados agentes extintores limpos aqueles previstos na norma NFPA 2001 – *Standard on Clean Agent Extinguishing Systems*, incluindo o HFC-227ea, Novec 1230, FE-13, FE-25 e Inergen. Sistemas baseados em CO2 não são considerados extintores limpos, conforme a NFPA 2001;

12.3.1.3.7 - Para a comprovação do lapso temporal mencionado no item 12.3.1.3, será admitido o somatório de atestados, desde que as contratações correspondam a períodos sucessivos, mas não concomitantes;

12.3.1.3.8 - Caso seja solicitado pelo pregoeiro, a título de diligência, a licitante deve disponibilizar todas as informações e documentos que eventualmente se façam necessários à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, tais como documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do contratante e local em que foram prestados os serviços.

Capacidade Técnico-Profissional

12.3.1.5 - A licitante deverá apresentar declaração indicando nome, CPF e número do registro no CREA dos Responsáveis Técnicos que acompanharão a execução dos serviços de que trata o objeto deste edital, devendo referir-se a profissionais de nível superior com formação em Engenharia e que tenham vínculo com a empresa licitante;

12.3.1.5.1 - A comprovação do vínculo se fará com a apresentação de cópia de algum dos seguintes documentos: contrato social da licitante em que conste o profissional como sócio, carteira de trabalho (CTPS), ficha de registro de empregado ou contrato de prestação de serviço em que conste a licitante como contratante ou declaração de contratação futura do responsável técnico, desde que acompanhada de declaração de anuência do profissional;



SENADO FEDERAL

12.3.1.5.2 - Certidões de Registro junto ao CREA dos profissionais listados acima.

12.3.1.6 - *Atestado de Capacidade Técnico-Profissional* expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado no CREA, acompanhado de cópia das respectivas Certidão de Acervo Técnico (CAT), comprovando que o profissional indicado pela empresa licitante, na forma do item 12.3.1.5, atuou como responsável técnico na execução de serviços compatíveis em quantidade e características com o objeto licitado, por período não inferior a 12 (doze) meses, nos seguintes termos:

12.3.1.6.1 - Prestação de serviços continuados de manutenção em sistema de detecção e alarme de incêndio, dotado de central de incêndio endereçável com pelo menos 70 (setenta) detectores, não necessariamente com as exatas especificações descritas no Anexo 2-B deste edital;

12.3.1.6.2 - Prestação de serviços continuados de manutenção em sistema de detecção, alarme e combate automático de incêndio, dotado de agente extintor limpo, não necessariamente com as exatas especificações descritas no Anexo 2-B deste edital;

12.3.1.6.3 - Prestação de serviços continuados de manutenção em sistema de detecção e alarme de incêndio, dotado de sistema de detecção precoce de fumaça por aspiração, não necessariamente com as exatas especificações descritas no Anexo 2-B deste edital;

12.3.1.6.4 - Prestação de serviços de manutenção e recarga em cilindro de agente extintor limpo, não necessariamente com as exatas especificações descritas no Anexo 2-B deste edital;

12.3.1.6.5 - Para fins de comprovação dos quantitativos referidos no 12.3.1.6.1 (mínimo de 70 detectores), não será admitido o somatório de Atestados de Capacidade Técnica, conforme justificativa constante no § 40.3 do Termo de Referência (Anexo 2 deste edital);

12.3.1.6.6 - Para fins de comprovação dos itens 12.3.1.6.2 e 12.3.1.6.4, serão considerados agentes extintores limpos os agentes previstos na norma NFPA 2001 – *Standard on Clean Agent Extinguishing Systems*, incluindo o HFC-227ea, Novec 1230, FE-13, FE-25 e Inergen. Sistemas baseados em CO2 não são considerados extintores limpos conforme a NFPA 2001;

12.3.1.6.7 - Caso seja solicitado pelo pregoeiro, a título de diligência, a licitante deve disponibilizar todas as informações e documentos que eventualmente se façam necessários à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, tais



SENADO FEDERAL

como documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do contratante e local em que foram prestados os serviços.

12.3.2 – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- a) Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de Insolvência Civil, expedida no domicílio da pessoa física.

12.3.3 – OUTROS DOCUMENTOS:

- a) A licitante deverá preencher em campo próprio do sistema, sob pena de inabilitação:
 - a.1) Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregado menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, ou menor de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;
 - a.2) Declaração de inexistência de fato impeditivo, nos termos do § 2º do art. 32 da Lei nº 8.666/1993;
 - a.3) Declaração de Proposta Independente (DPI).

12.4 – Caso seja necessário, para fins de confirmação, esclarecimento ou saneamento da documentação de habilitação, o Pregoeiro, a título de diligência, poderá solicitar à licitante o envio, através do campo de “anexos” do sistema, de documentação complementar.

12.4.1 – Em caso de problemas técnicos ou operacionais que inviabilizem o envio pelo sistema, será admitido o envio dos respectivos documentos para o e-mail licita@senado.leg.br, devendo o Pregoeiro, nessa hipótese, informar no “chat” a data e o horário do recebimento e disponibilizar o conteúdo para os demais licitantes interessados.

12.4.2 – O prazo para envio dos documentos é de, no mínimo, 60 (sessenta) minutos a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

12.4.3 – Para a contagem do prazo de que trata o item anterior não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.

12.4.4 – Em caso de não envio dos documentos complementares no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será inabilitada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.



SENADO FEDERAL

12.4.5 – Havendo dúvida razoável quanto à autenticidade ou em razão de outro motivo devidamente justificado, o Pregoeiro, a qualquer momento, poderá solicitar ao licitante o envio, em original ou por cópia autenticada, dos documentos remetidos nos termos do item anterior.

12.4.5.1 – Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados à Secretaria da Comissão Permanente de Licitação do Senado Federal, situada na Via N2, Bloco 16, CEP 70.165-900, Brasília-DF, no prazo estipulado pelo Pregoeiro.

12.4.6 – O licitante se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos encaminhados na forma do item 12.4.

12.5 – Os documentos de habilitação deverão se referir a empresa licitante, salvo quando, comprovadamente, após a data de emissão dos respectivos documentos, haja superveniente alteração contratual ou transferência de acervo técnico.

12.5.1. Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que pela própria natureza são emitidos somente em nome da matriz.

12.5.2 – Os documentos relativos à habilitação técnica e econômico-financeira poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial.

12.6 – Para fins de verificação das condições de habilitação, o Pregoeiro poderá, diretamente, realizar consulta em sítios oficiais de órgãos e entidades cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública, constituindo os documentos obtidos como meio legal de prova.

12.7 – As microempresas ou empresas de pequeno porte, assim declaradas para efeito dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar toda a documentação exigida para a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

12.7.1 – Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, na forma do art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006;

12.7.2 - A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem acima implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666/1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.



SENADO FEDERAL

12.8 – O documento que não tiver prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor não será habilitante quando o intervalo entre a sua data de expedição ou revalidação e a data de abertura da presente licitação for superior a 180 (cento e oitenta) dias corridos.

12.8.1 – Excetua-se o documento que, por imposição legal, tenha prazo de vigência indeterminado.

12.9 – Na fase de habilitação, caso conste do SICAF a existência de “Ocorrências Impeditivas Indiretas” em relação à primeira classificada no certame, o Pregoeiro deverá promover diligências para o levantamento de conjunto de indícios no sentido de analisar a configuração da tentativa de fraude ou burla aos princípios estabelecidos no art. 3º da Lei nº 8.666/1993 ou da configuração das hipóteses previstas no art. 5º, IV, “e”, e no art. 14 da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

12.9.1 – Constituem indícios para a configuração da tentativa de fraude ou burla a confusão societária e/ou o compartilhamento de estrutura humana e física entre as pessoas jurídicas envolvidas, em especial as seguintes características:

- a) identidade dos sócios;
- b) atuação no mesmo ramo de atividades;
- c) data de constituição da nova empresa posterior à data de aplicação da sanção de suspensão/impedimento ou declaração de inidoneidade;
- d) compartilhamento ou transferência da mesma estrutura física, técnica e/ou de recursos humanos.
- e) identidade (ou proximidade) de endereço dos estabelecimentos;
- f) identidade de telefones, e-mails e demais informações de contato.

12.9.2 – Diante da constatação de possível tentativa de burla ou fraude à qualquer sanção de suspensão temporária, impedimento de licitar ou declaração de inidoneidade aplicada a uma outra empresa, o Pregoeiro registrará, no “chat”, os fatos e indícios levantados, suspenderá o certame e oportunizará à licitante o exercício do contraditório e da ampla defesa, em campo próprio do sistema, no prazo de 5 (cinco) dias, devendo a licitante apresentar todos os esclarecimentos e documentação tendentes a ilidir a suspeita da prática de comportamento ilícito.

12.9.3 – Constatada a tentativa de fraudar ou burlar os efeitos da sanção aplicada a outra empresa, o Pregoeiro, ao estender à licitante os efeitos das sanções de suspensão temporária e/ou impedimento de licitar e/ou contratar com a Administração, bem assim de declaração de inidoneidade aplicadas à outra pessoa jurídica:



SENADO FEDERAL

- a) inabilitará a licitante por inaptidão jurídica para assumir obrigações com a Administração;
- b) relatará o fato à autoridade superior para a instauração de procedimento administrativo específico objetivando a apuração exauriente acerca dos fatos e a eventual responsabilização da licitante pela prática de comportamento inidôneo.

CAPÍTULO XIII – DA DECLARAÇÃO DA LICITANTE VENCEDORA

13.1 – Será analisada a proposta da primeira colocada e caso a proposta não seja aceitável, ou, ainda, se a licitante não atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este edital.

13.2 – Constatado que a licitante detentora da melhor proposta atende às exigências habilitatórias fixadas neste edital, a licitante será declarada vencedora.

CAPÍTULO XIV – DO RECURSO

14.1 – Declarada a vencedora, o Pregoeiro abrirá prazo de 20 (vinte) minutos, durante o qual qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, exclusivamente em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso.

14.1.1 – A ausência do registro de intenção de recurso, no prazo estabelecido no item anterior, implica a decadência do direito e autoriza o Pregoeiro a adjudicar o objeto à licitante vencedora.

14.1.2 – Na motivação, a licitante deverá indicar qual ato decisório é objeto da intenção de recurso e o fundamento sucinto para o pleito de reforma ou revisão.

14.1.3 – O Pregoeiro realizará o exame de admissibilidade da intenção recursal, limitando-se a verificar a presença dos pressupostos recursais.

14.1.3.1 – A decisão do Pregoeiro acerca da aceitação ou rejeição da intenção de recurso será devidamente motivada e registrada em campo próprio do sistema.

14.1.3.2 – Não será admitida intenção de recurso quando:

- a) constatada a ausência de pressuposto de admissibilidade recursal;
- b) fundada em mera insatisfação da licitante;
- c) ostentar caráter meramente protelatório.



SENADO FEDERAL

14.1.4 – A licitante que tiver sua intenção de recurso aceita poderá registrar as razões do recurso, exclusivamente em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar as contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

14.1.4.1 – Para o regular processamento do recurso, alerta-se que o Sistema COMPRASNET exige o preenchimento pela recorrente do campo referente às razões recursais no prazo indicado.

14.2 – Para a formulação das razões e contrarrazões recursais, havendo solicitação nesse sentido, será assegurada aos licitantes interessados, além dos documentos constantes do sistema, vista imediata dos autos do procedimento administrativo licitatório.

14.2.1 – Na análise do recurso, a Administração poderá promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, constituindo meio legal de prova os documentos obtidos.

14.3 – Admitida a intenção recursal, o Pregoeiro poderá reconsiderar ou não a sua decisão objeto do recurso.

14.3.1 – Não havendo reconsideração da decisão, os autos serão encaminhados à autoridade superior para julgamento do recurso.

14.4 – Os recursos apresentados pelas licitantes serão dirigidos, por intermédio do Pregoeiro, ao Senhor Diretor-Executivo de Contratações, nos termos do art. 10 da Política de Contratações do Senado Federal, Anexo V da Resolução nº 13 de 2018 c/c o art. 4.º, incisos XVIII, XIX, XX e XXI, da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002.

14.5 – O provimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

CAPÍTULO XV – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

15.1 – O objeto deste Pregão será adjudicado pelo Pregoeiro, salvo quando houver recurso, hipótese em que a adjudicação caberá ao Diretor-Executivo de Contratações do Senado Federal.

15.2 – A homologação deste Pregão compete à Diretora-Geral do Senado Federal.

15.3 – O objeto deste Pregão será adjudicado globalmente à vencedora do certame.

CAPÍTULO XVI – DA ASSINATURA DO CONTRATO

16.1 – Depois de homologado o resultado deste Pregão, a licitante vencedora será convocada para assinar o contrato, dentro do prazo de **5 (cinco) dias úteis** de sua convocação, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.



SENADO FEDERAL

16.1.1 – Será permitida a assinatura eletrônica do contrato, mediante uso da certificação digital ICP Brasil, caso o representante legal da licitante a possua, no mesmo prazo indicado no item 16.1.

16.1.2 – O SENADO poderá enviar o contrato para assinatura da licitante, que deverá devolvê-lo assinado no prazo previsto no item 16.1.

16.1.3 – Caso a licitante não compareça ou não assine o contrato no prazo estabelecido, fica o Pregoeiro autorizado a convocar outra licitante para assumir o objeto da licitação e, após negociação e verificação da adequação da proposta e das condições de habilitação, assinar o respectivo contrato, obedecida a ordem de classificação.

16.2 – Por ocasião da assinatura do contrato, verificar-se-á por meio do SICAF e de outros meios se a licitante vencedora mantém as condições de habilitação.

CAPÍTULO XVII – DAS PENALIDADES

17.1 – A licitante que, convocada para assinar o contrato, no prazo estabelecido no item 16.1, ficará sujeita à multa de 20% (vinte por cento) sobre o seu valor global, caso se recuse ao cumprimento desse procedimento nesse prazo, sem prejuízo das outras sanções previstas em lei.

17.2 – As licitantes subsequentes, na hipótese de aceitarem a convocação prevista no subitem 16.1.3, e, posteriormente, recusarem-se a assinar o contrato, ficarão também sujeitas às sanções referidas no item 17.1.

17.3 – Se a licitante e/ou contratada deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a licitação ou a execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada no SICAF ou do sistema de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002 pelo prazo de até 5 (cinco) anos, bem como estará sujeita ao pagamento de multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do ajuste, se contratada, ou sobre o valor total de sua proposta, se licitante, sem prejuízo das demais cominações legais.

17.4 – Sem prejuízo das sanções previstas neste edital e seus anexos, os atos lesivos à administração pública previstos no inciso IV, do artigo 5º, da Lei nº 12.846/2013, sujeitarão os infratores às penalidades previstas na referida lei.

17.5 – Em qualquer hipótese de aplicação de sanções administrativas assegurar-se-á o direito ao contraditório e à ampla defesa.



SENADO FEDERAL

CAPÍTULO XVIII – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

18.1 – Até às 17h (horário de Brasília/DF) do terceiro dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico licita@senado.leg.br.

18.2 – Compete ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, decidir sobre a impugnação.

18.2.1 – A impugnação não incide efeito suspensivo automático, devendo a Administração respondê-la em até 1 (um) dia útil antes do prazo previsto para a abertura do certame.

18.3 – Acolhida a impugnação contra este edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

18.4 – Os pedidos de esclarecimentos deverão ser enviados ao Pregoeiro até às 17h (horário de Brasília/DF) do terceiro dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente para o endereço eletrônico licita@senado.leg.br.

18.4.1 – O Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, prestará os esclarecimentos solicitados até 1 (um) dia útil antes do prazo previsto para a abertura do certame.

18.5 – As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no sistema eletrônico para os interessados.

CAPÍTULO XIX - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1 – O encaminhamento de proposta por meio do sistema eletrônico implica aceitação plena e irrestrita das condições e termos que regem o presente Pregão Eletrônico por parte da licitante.

19.2 – Integram este edital os seguintes anexos:

- Anexo 1 – Termo de Referência Resumido;
- Anexo 2 – Termo de Referência;
 - ANEXO 2-A – Planilhas de Composição de Custo;
 - ANEXO 2-B – Caderno de Especificações Técnicas;
 - ANEXO 2-C – Plano de Manutenção;
 - ANEXO 2-D – Detalhamento Técnico dos Sistemas Existentes;
 - ANEXO 2-E – Modelo de Termo de Vistoria e de Dispensa de Vistoria;
 - ANEXO 2-F – Modelo de Designação de Preposto;



SENADO FEDERAL

- ANEXO 2-G – Diretrizes de Segurança, Meio Ambiente e Saúde – SMS;
- ANEXO 2-H – Especificações Consolidadas;
- Anexo 3 – Minuta do Contrato; e
- Anexo 4 – Modelo de Apresentação de Proposta.

19.3 – É facultado ao Pregoeiro, em qualquer fase do pregão, promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo desta licitação, constituindo meio legal de prova os documentos obtidos pelo Pregoeiro.

19.3.1 – A inclusão posterior de documentos será admitida em caráter de complementação de informações acerca dos documentos enviados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame, no sentido de aferir o substancial atendimento aos requisitos de proposta e de habilitação.

19.4 – No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

19.5 – As decisões do Pregoeiro durante os procedimentos do pregão serão fundamentadas e registradas no sistema com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

19.6 – As demais disposições obrigatórias definidas nos incisos do art. 40 da Lei nº 8.666/1993 estão previstas nos anexos deste edital.

19.7 – Os casos omissos e as dúvidas suscitadas em qualquer fase do presente Pregão serão resolvidos pelo Pregoeiro.

CAPÍTULO XX – DO FORO

20.1 – Para dirimir qualquer controvérsia decorrente da realização do presente Pregão, que não possa ser resolvida administrativamente, fica eleito o foro da Justiça Federal, na cidade de Brasília, Seção Judiciária Federal do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro.

Brasília, 26 de novembro de 2021

JULIANA SÁ DE ALMEIDA BEZERRA

Pregoeira



SENADO FEDERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 115/2021

(Processo nº 00200.009307/2020-71)

ANEXO 1

TERMO DE REFERÊNCIA RESUMIDO

OBJETO	Contratação de empresa para a prestação de serviços de manutenção de sistemas de detecção, alarme e combate automático a incêndio instalados no Complexo Arquitetônico do Senado Federal, com fornecimento de materiais.																													
ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	Conforme Anexos 2-B e 2-H.																													
CATMAT E CATSER	Item 1 – Serviços – 2763 Item 2 – Materiais – 220090																													
JUSTIFICATIVA	Esta contratação tem por objetivo realizar a manutenção preventiva e corretiva dos principais sistemas de detecção, alarme e combate automático a incêndio por agente limpo do Senado Federal. Os serviços previstos no objeto deste contrato são necessários para garantir o pleno funcionamento de sistemas responsáveis pelo monitoramento e combate a incêndio em locais críticos para o funcionamento do Senado Federal e para as atividades legislativas. O principal propósito desta contratação é maximizar a efetividade da brigada de incêndio – permitindo que ela seja alertada em caso de princípios de incêndio, para que seu combate seja realizado de forma precoce e efetiva.																													
ADJUDICAÇÃO	Menor Preço Global																													
PREÇO(S) ESTIMADO(S)	<table><tr><th colspan="5">GRUPO 1</th></tr><tr><th>Item</th><th>Descrição</th><th>Qtde.</th><th>Unidade</th><th>Valor total para 30 meses</th></tr><tr><td>1</td><td>Serviços</td><td>1</td><td>Unidade</td><td>R\$ 823.726,74</td></tr><tr><td>2</td><td>Materiais</td><td>1</td><td>Unidade</td><td>R\$ 113.190,12</td></tr><tr><td colspan="4">Valor total da contratação</td><td>R\$ 936.916,86</td></tr></table>					GRUPO 1					Item	Descrição	Qtde.	Unidade	Valor total para 30 meses	1	Serviços	1	Unidade	R\$ 823.726,74	2	Materiais	1	Unidade	R\$ 113.190,12	Valor total da contratação				R\$ 936.916,86
GRUPO 1																														
Item	Descrição	Qtde.	Unidade	Valor total para 30 meses																										
1	Serviços	1	Unidade	R\$ 823.726,74																										
2	Materiais	1	Unidade	R\$ 113.190,12																										
Valor total da contratação				R\$ 936.916,86																										
VIGÊNCIA DO CONTRATO	Conforme Cláusula Décima Terceira do contrato, Anexo 3 deste edital.																													
FORMA DE PAGAMENTO	Conforme Cláusula Quinta do contrato, Anexo 3 deste edital.																													



SENADO FEDERAL

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	Programa de Trabalho: 167456 Natureza da Despesa: 339030 / 339039
LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS	Complexo Arquitetônico do Senado Federal, localizado em Brasília – DF, e nos sistemas indicados no Anexo 2-D deste edital.
FISCALIZAÇÃO	Conforme Cláusula Décima do contrato, Anexo 3 deste edital.

JULIANA SÁ DE ALMEIDA BEZERRA

Pregoeira



SENADO FEDERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 115/2021

(Processo nº 00200.009307/2020-71)

ANEXO 2

TERMO DE REFERÊNCIA

INTRODUÇÃO

1. Fazem parte deste Termo de Referência os seguintes anexos:
 - 1.1. ANEXO 2-A – Planilhas de Composição de Custo
 - 1.2. ANEXO 2-B – Caderno de Especificações Técnicas
 - 1.3. ANEXO 2-C – Plano de Manutenção
 - 1.4. ANEXO 2-D – Detalhamento Técnico dos Sistemas Existentes
 - 1.5. ANEXO 2-E – Modelo de Termo de Vistoria e de Dispensa de Vistoria
 - 1.6. ANEXO 2-F – Modelo de Designação de Preposto
 - 1.7. ANEXO 2-G – Diretrizes de Segurança, Meio Ambiente e Saúde – SMS
 - 1.8. ANEXO 2-H – Especificações Consolidadas

A. OBJETO

2. O objeto do presente Termo de Referência é a prestação de serviços de manutenção de sistemas de detecção, alarme e combate a automático incêndio instalados no Complexo Arquitetônico do Senado Federal, com prestação de serviços e fornecimento de materiais, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

B. JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO

3. A contratação do objeto do presente Termo de Referência tem por objetivo realizar a manutenção preventiva e corretiva dos principais sistemas de detecção, alarme e combate automático a incêndio por agente limpo do Senado Federal. Esses sistemas estão localizados tanto em áreas técnicas (Anexo 2 – Sala de Nobreaks, Prodasen – Sala Y e Subestação dos Blocos 11-18) bem como ambientes prediais (Prodasen e Interlegis). Os serviços previstos no objeto deste contrato são necessários para garantir o pleno funcionamento de sistemas responsáveis pelo monitoramento e combate a incêndio em locais críticos para o funcionamento do Senado Federal e para as atividades legislativas.



SENADO FEDERAL

4. Adicionalmente, a manutenção é necessária conforme as normas brasileiras (em especial a ABNT NBR 17240) e internacionais (em especial a NFPA 72 - *National Fire Alarm and Signaling Code* e NFPA 2001 - *Standard on Clean Agent Fire Extinguishing System*).
5. Os sistemas a serem mantidos foram adquiridos por meio de processos licitatórios, em contextos multidisciplinares que envolviam a construção e/ou reforma de uma edificação ou área técnica.
6. Para as áreas técnicas, os sistemas utilizam soluções avançadas de detecção de incêndio, contando com tecnologias como detecção precoce, além de um sistema de combate automático de incêndio por meio do agente extintor limpo HFC-227ea (FM-200). Trata-se de um sistema capaz de extinguir princípios de incêndio de forma rápida, segura e limpa, sem causar danos a equipamentos ou pessoas presentes no ambiente. Nesses casos, o uso dessa tecnologia é necessário, pois essas áreas contêm equipamentos críticos para o funcionamento continuado do Senado Federal – ou seja, um eventual sinistro nesses locais poderia danificar equipamentos extremamente sensíveis para o Senado Federal, cujo custo e tempo para reparo ou substituição são extremamente relevantes. Esses mesmos equipamentos também estão continuamente energizados, o que aumenta o seu risco relativo de iniciar um incêndio. Essas áreas técnicas são responsáveis pela energia elétrica ininterrupta para a sala-cofre do Prodasen (responsável por todos os serviços de informática do Senado Federal), pela energia elétrica ininterrupta para a TV Senado, Rádio Senado e Plenários das Comissões no Anexo 2, bem como toda a energia elétrica dos Blocos 11 ao 18 (Unidades de Apoio). Ressalta-se que nessas e em outras áreas técnicas sob responsabilidade da COEMANT/SINFRA diversos procedimentos de segurança e manutenção são adotados para minimizar o risco de falha e de incêndio. Os sistemas de detecção, alarme e combate automático constituem uma camada de segurança adicional em um contexto que busca assegurar confiabilidade e segurança às instalações do Senado Federal.
7. Para as áreas prediais, são utilizadas tecnologias voltadas para detecção e alarme de incêndio em grandes áreas. Esses sistemas são responsáveis pelo Bloco 1 (Edifício Prodasen) e Bloco 2 (Edifício Interlegis), locais que abrigam órgãos essenciais para o funcionamento do Senado Federal.
8. Em linhas gerais, o principal objetivo desses sistemas é maximizar a efetividade da brigada de incêndio – permitindo que ela seja alertada em caso de princípios de incêndio, para que seu combate seja realizado de forma precoce e efetiva. Contudo, esses sistemas também permitem que em casos de sinistros de maior porte os ocupantes das edificações sejam devidamente alertados para uma rápida evacuação, buscando reduzir ao máximo as consequências de um incêndio em potencial.
9. Nesse contexto, a manutenção desse tipo de sistema é fundamental, buscando garantir que eles atuem sempre que necessário e somente quando necessário. Em outras palavras, busca-se minimizar a chance de falha, bem como a possibilidade de um falso alarme, que geraria incômodos desnecessários para os usuários do Senado Federal.



SENADO FEDERAL

10. No caso das áreas técnicas, a manutenção também tem como objetivo garantir o pleno funcionamento do sistema de combate automático de incêndio, que atua como sistema complementar a brigada de incêndio. Caso a brigada não chegue a tempo, ou o combate não seja possível, o agente extintor limpo do sistema de combate automático é acionado para suprimir o princípio de incêndio. Contudo, esse sistema exige testes específicos e contínuos para garantir o seu pleno funcionamento. Além disso, é muito importante que seu disparo só ocorra quando necessário, pois a manutenção e recarga do agente limpo são serviços complexos e caros.
11. Complementarmente, um contrato de manutenção especializado é necessário para viabilizar a recarga do agente extintor limpo, buscando reestabelecer o pleno funcionamento do sistema caso ele seja acionado. As cargas de agente limpo presente nos cilindros existentes no Senado Federal são dimensionadas para um uso único por ambiente técnico.
12. Com base nessas informações, a SINFRA elaborou um Estudo Técnico Preliminar, analisando as necessidades do Senado Federal, as alternativas para contratação, as exigências normativas, entre outros aspectos. O resultado foi que uma contratação nos moldes apresentados neste Termo de Referência, baseada em serviços e materiais, seria a alternativa mais adequada para o caso concreto.
13. O Estudo Técnico Preliminar – ETP apresenta uma ampla avaliação das justificativas da contratação, incluindo análises comparativas e comentários técnicos sobre os sistemas e as diversas alternativas analisadas.

B.1. MODELO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

14. A contratação dar-se-á pela forma de Execução Indireta e o regime será de Empreitada por Preço Unitário. A execução direta do objeto do contrato pelo Senado Federal não é viável, pois, além de não possuir em seus quadros servidores nos quantitativos e com as capacitações que seriam necessárias para a execução direta dos serviços, o Senado também não dispõe dos materiais, ferramentas e equipamentos indispensáveis à sua execução.
15. Observe-se que há no mercado empresas especializadas nos serviços pretendidos, que podem atender às necessidades de manutenção mencionadas, com mais eficiência e eficácia do que uma eventual administração direta com compra de materiais.
16. Dessa forma, buscou-se adotar o modelo de contratação baseado na oferta típica de mercado, viabilizando assim uma comparação mais fiel com outras contratações semelhantes. No caso específico, foi adotado um modelo baseado em serviços, com eventual pagamento apartado de materiais necessárias para manutenção.
17. Esse tipo de contratação é o mais indicado quando é possível descrever de maneira analítica os serviços a serem prestados no âmbito do contrato, associados a uma característica de periodicidade de prestação de serviços.



SENADO FEDERAL

B.2. JUSTIFICATIVA PARA OS QUANTITATIVOS EXIGIDOS

18. Os quantitativos previstos neste Termo de Referência são aqueles que, a partir de análise empreendida por este órgão técnico, reflete a necessidade da Administração, considerando o normativo específico para esse tipo de equipamento, a idade dos equipamentos, as manutenções preventivas previstas, a documentação técnica dos equipamentos e a probabilidade de falha.
19. Em relação à lista de materiais, foram relacionados todos aqueles necessários para realização de manutenções previstas (itens com vida útil limitada), além de materiais para manutenções corretivas não previstas (falhas aleatórias).

B.3. POSSÍVEIS RISCOS, CASO NÃO SE CONTRATE O OBJETO SOLICITADO, E BENEFÍCIOS ESPERADOS COM A CONTRATAÇÃO

20. Informa-se que, caso a contratação não venha a ser realizada, a Administração estará sujeita a falhas nos sistemas de detecção, alarme e combate automático de incêndio, que atendem áreas críticas, como as salas de energia ininterruptas do Prodasen e do Anexo 2 do Senado Federal (responsáveis pela alimentação elétrica da sala-cofre do Prodasen, dos Plenários das Comissões e das instalações da Rádio e TV Senado), a subestação dos Blocos 11-18 e sistemas prediais do Prodasen e Interlegis. O funcionamento adequado do sistema nesses locais é necessário para garantir a atuação da brigada de incêndio em caso de sinistro, bem como minimizar eventuais consequências de um incêndio ou princípio de incêndio nesses locais. Ressalta-se um eventual incêndio pode ter efeitos catastróficos no Senado Federal, levando a perda de vidas, equipamentos e dados críticos para o funcionamento institucional do Senado Federal e da atividade legislativa. Uma análise mais detalhada dos riscos encontra-se no Estudo Técnico Preliminar associado.
21. Por fim, cumpre ressaltar que, com a contratação do objeto deste Termo de Referência, espera-se alcançar os seguintes benefícios à Administração: assegurar o funcionamento regular dos principais sistemas de detecção, alarme e combate a incêndio do Senado Federal, de modo a manter a operacionalidade, a confiabilidade e a segurança do complexo do Senado Federal e de seus diversos sistemas, o que é fundamental para o andamento das atividades desenvolvidas na Instituição.

B.4. CONTRATOS QUE SERÃO SUBSTITUÍDOS COM A CONTRATAÇÃO

22. Não existem contratações vigentes que serão substituídos com a presente contratação.

C. FORMA DE CONTRATAÇÃO

C.1. MODALIDADE DE LICITAÇÃO

23. Será adotada a modalidade de Pregão Eletrônico, pois o objeto da presente contratação pode ser considerado um serviço comum de engenharia, já que os serviços especificados estão amplamente disponíveis no mercado, têm características padronizadas e não apresentam peculiaridades necessárias apenas para satisfazer a Administração. Além disso, os padrões de desempenho e



SENADO FEDERAL

qualidade do objeto estão estritamente definidos por meio de especificações usuais do mercado nas Especificações Técnicas acostadas, consoante preceituam o art. 1º, caput, e o art. 2º, §1º, da Lei nº 10.520/02, assim como o art. 1º, caput e §1º e art. 3º, do Decreto nº 10.024/19.

C.2. CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

24. Será adotado o critério de julgamento de “menor preço”, sendo declarada vencedora do certame a proposta que, atendidas as especificações do edital, ofertar o Menor Valor Global Anual Estimado para o objeto da licitação, nos termos do art. 45, §1º, I da Lei nº 8.666/1993.
25. No cálculo do Valor Global Estimado do objeto, para fins de julgamento das propostas das licitantes, aplicar-se-ão fatores de utilização nos subtotais referentes materiais de manutenção, de modo a corretamente considerar o peso de cada grupo de serviços e materiais na composição de custos.

C.3. CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO

26. Será adotado o critério de adjudicação “global”, tendo em vista que o objeto da presente contratação consiste, sucintamente, na prestação de serviços manutenção de sistemas de incêndio com o fornecimento dos materiais necessários à execução dos serviços. Esse objeto não é de natureza divisível, pois há uma grande interdependência entre serviços e materiais. Por um lado, os serviços não podem prescindir da disponibilidade quase imediata de materiais, sob pena de se incorrer em despesas com mão de obra sem a possibilidade de efetiva prestação dos serviços. De outra parte, a aquisição de materiais sem a concomitante disponibilidade de mão de obra especializada seria antieconômica. São, portanto, dois aspectos interdependentes e complementares, cuja eventual segregação traria prejuízo ao conjunto e à efetividade da contratação pretendida.

C.4. OPÇÃO PELA UTILIZAÇÃO OU NÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

27. Não será utilizado o Sistema de Registro de Preços na presente contratação, pois trata-se de contratação serviços continuados de manutenção, no qual a parcela mais relevante do objeto corresponde a serviços de manutenção periódicos, que é perfeitamente previsível. Não há, portanto, enquadramento nas hipóteses previstas no art. 3º do Decreto nº 7.892/2013.

C.5. APLICAÇÃO DO TRATAMENTO DIFERENCIADO PREVISTO NO ART. 48 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006 PARA MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E SOCIEDADES COOPERATIVAS

28. Não será aplicável o tratamento diferenciado previsto no art. 48, I e III, da Lei Complementar nº 123/2006 para Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Sociedades Cooperativas, tendo em vista que o valor estimado da presente contratação se encontra acima de R\$ 80.000,00 e o objeto não contempla a aquisição de bens de natureza divisível.



SENADO FEDERAL

C.6. PERMISSÃO OU VEDAÇÃO QUANTO À PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

29. A participação de consórcios no certame que se originará do presente Termo de Referência não será permitida, visto que a complexidade e o vulto do objeto não limitam a participação de fornecedores aptos a executar o objeto. Os potenciais fornecedores, em sua maioria, dispõem de condições para participar isoladamente do certame e prestar a integralidade do objeto, não sendo o caso de permitir a junção de esforços de 2 (duas) ou mais empresas para a execução da contratação pretendida. Nesse caso, a possibilidade de participação de consórcios poderia limitar a competitividade do certame, uma vez que se admitiria que empresas se associem e não disputem individualmente o objeto da licitação.

C.7. FACULDADE DE REALIZAÇÃO DE VISTORIAS E REGRAS PERTINENTES

30. A realização de vistoria técnica é facultativa, entendendo-se que a empresa que opte por não a realizar assume que os dados necessários à compreensão do objeto e à elaboração de proposta comercial e técnica estão plenamente contidos neste Termo de Referência e demais documentos relacionados.
31. A vistoria poderá ser realizada por responsável técnico ou representante da pessoa jurídica interessada em participar da licitação, que deverá comparecer municiado de identificação pessoal, do comprovante de vínculo com a empresa ou de procuração e com a Declaração de Vistoria.
- 31.1. A comprovação do vínculo poderá ser feita através do contrato de trabalho, carteira de trabalho, contrato provisório de trabalho, contrato de prestação de serviço ou contrato social da empresa (no caso de sócio ou gerente);
- 31.2. Caso o vistoriador não comprove o vínculo, não será executada a vistoria.
32. O ANEXO 2-D – Detalhamento Técnico dos Sistemas Existentes contém informações gerais sobre os equipamentos e instalações existentes a serem mantidas pela futura Contratada no Senado Federal.
33. Após a publicação do edital de licitação, as vistorias poderão ser agendadas junto à **Coordenação de Engenharia de Manutenção do Senado Federal** pelo endereço eletrônico **coemant@senado.leg.br**.
- 33.1. As vistorias somente poderão ser agendadas para os dias em que houver expediente regular no Senado Federal, ou seja, de segunda a sexta-feira, exceto feriados e ponto facultativo;
- 33.2. As vistorias somente poderão ser agendadas para os horários de 10h, 15h ou 17h, sendo que o último horário será o das 15h do dia útil anterior à abertura do certame;
- 33.3. A solicitação de agendamento de vistorias deverá ser encaminhada com antecedência mínima de 1 (um) dia útil em relação à data pretendida, verificado pela data de recebimento da solicitação de agendamento de vistoria pelo sistema de correio eletrônico do Senado Federal;



SENADO FEDERAL

- 33.4. Não será realizada vistoria sem prévio agendamento ou fora do prazo estabelecido.
34. Realizada a vistoria, será emitido o Termo de Vistoria, conforme modelo constante no ANEXO 2-E – Modelo de Termo de Vistoria e de Dispensa de Vistoria.
35. Não sendo realizada, a interessada firmará declaração na qual dispensa a necessidade de vistoria, conforme modelo constante do mesmo ANEXO 2-E – Modelo de Termo de Vistoria e de Dispensa de Vistoria, assumindo todo e qualquer risco por sua decisão e se comprometendo a prestar fielmente o serviço nos termos de sua proposta e do presente edital. Entende-se que a empresa que optar por não realizar a vistoria assume que os dados necessários à compreensão do objeto e à elaboração de proposta comercial e técnica estão plenamente contidos neste edital e seus Anexos.
36. O Termo de Vistoria ou a Declaração de Dispensa de Vistoria deverá ser apresentada no ato de cadastramento da proposta. A não apresentação de um dos mencionados documentos implica aceitação geral e irrestrita por parte da licitante das especificações e condições do objeto licitado e de sua plena execução.

D. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO

37. As especificações técnicas do objeto estão detalhadas no ANEXO 2-B – Caderno de Especificações Técnicas.
38. Os códigos CATMAT/CATSER, bem como demais informações para fins de lançamento no sistema Comprasnet a serem adotadas estão indicados na **Erro! Autoreferência de indicador não válida.** a seguir.

Tabela 1 – Códigos CATMAT/CATSER

Grupo 1				
Item	Descrição	Quantidade ¹	Unidade ¹	CATMAT/CATSER
1	Serviços	1	Unidade	2763
2	Materiais	1	Unidade	220090

E. REQUISITOS DA LICITANTE

39. Será exigida a comprovação de registro ou inscrição na entidade profissional competente, uma vez que o objeto do presente Termo de Referência contempla a execução de atividades técnicas

¹ Quantidades e unidades para fins de lançamento no sistema Comprasnet, conforme recomendação da COPELI.



SENADO FEDERAL

de engenharia, cujo exercício é exclusivo das profissões de Engenheiro, por força da Lei nº 5.194/66, bem como pelas resoluções do sistema CREA/CONFEA.

40. Será obrigatória a apresentação de atestados de capacidade técnica pelas licitantes, devido ao porte da contratação e à necessidade de comprovação de expertise técnica em relação a algumas habilidades específicas, não obstante tratar-se de serviço comum de engenharia, cujos padrões de desempenho e qualidade estão bem definidos.
- 40.1. A presente contratação trata da efetiva prestação de serviços de manutenção dos sistemas de detecção, alarme e combate a incêndio do Senado Federal – serviços de natureza técnica e especializada, cuja execução adequada é fundamental para o pleno funcionamento desses sistemas. Trata-se de um serviço de engenharia a ser prestado com padrões de desempenho e qualidade previamente definidos, razão pela qual também a empresa deve possuir qualificação técnica adequada e registro no CREA. Por intermédio de seus responsáveis técnicos, a empresa assume a responsabilidade pela execução dos serviços;
- 40.2. O atendimento ao interesse público só será alcançado por esta licitação se a empresa contratada puder proporcionar o resultado almejado pela Administração, qual seja, o de assegurar o funcionamento pleno dos sistemas de detecção, alarme e combate a incêndio do Senado Federal, de modo a manter a operacionalidade e a segurança de suas respectivas edificações. Para tanto, é essencial a comprovação de capacidade técnica das licitantes. Para a contratação em questão, o objeto possui três parcelas técnicas principais: o sistema de detecção e alarme de incêndio, o sistema de combate automático a incêndio por agente limpo (subdivido em duas parcelas: a manutenção de periódica, em campo, e a manutenção do cilindro, em laboratório) e o sistema de detecção precoce de incêndio. Cada uma dessas parcelas possui características técnicas e tecnológicas distintas, com rotinas e normativos específicos para execução da manutenção, o que justifica a exigência de atestado de forma individualizada por parcela;
- 40.3. No que tange à possibilidade de somatório de atestados, não serão aceitos somatórios para fins de comprovação do número de detectores, pois trata-se de equipamentos e sistemas cujas complexidades, características, procedimentos e serviços não crescem de forma linear. Ou seja, a soma de diversos equipamentos e sistemas de menor porte não se assemelha tecnicamente a um equipamento de maior porte. Assim, do ponto de vista técnico, não há possibilidade de soma de atestados nesse aspecto. Há um aumento de complexidade da manutenção do sistema de detecção e alarme de incêndio à medida que se aumenta o número de detectores de fumaça. As tecnologias utilizadas em cada sistema, assim como os procedimentos de diagnóstico de campo e de teste, dependem intimamente da quantidade de detectores efetivamente instalados. Tomando como base o maior sistema a ser mantido, com 148 detectores, o atestado deve exigir que a manutenção tenha ocorrido em um sistema com pelo menos 70 detectores de fumaça;



SENADO FEDERAL

- 40.4. As exigências relativas às dimensões quantitativa e temporal para fins de comprovação de capacidade técnico-profissional também foram amplamente discutidas e analisadas no âmbito do Estudo Técnico Preliminar. No caso concreto, a complexidade do objeto é bastante elevada, pois trata-se da manutenção de sistemas atípicos em instalações prediais comuns, críticos para o funcionamento do Senado Federal. A complexidade também torna necessário estabelecer um período mínimo para atuação, pois o ciclo de manutenção leva pelo menos 12 (doze) meses para ser executado. Ressalta-se que muitas dessas atividades envolvem também parcelas substanciais de risco, tanto para os profissionais envolvidos como para as instalações e equipamentos do Senado Federal. Nesse contexto, torna-se necessário impor exigências em relação aos quantitativos e à temporalidade previstos no atestado de capacidade técnico-profissional, de tal forma que eles sejam completamente compatíveis com as exigências do atestado de capacidade técnico-operacional, buscando garantir que tanto a empresa contratada quanto o responsável técnico pela contratação tenham a devida experiência e qualificação, especialmente por se tratar de atividades técnicas atípicas e especializadas, com elevado grau de responsabilidade, risco e prejuízo para o Senado Federal caso elas não sejam executadas de forma adequada;
- 40.5. Ressalta-se que ambos os atestados estão pautados nas parcelas de maior relevância técnica para a futura contratação, porém ainda abaixo dos 50% necessários para a contratação pretendida. Tal exigência está alinhada com os Acórdãos do TCU números 3073/2013 e 534/2016 (ambos do Plenário). No caso, é imprescindível a apresentação de atestado de capacidade técnico-profissional com exigência de quantitativos mínimos, sob pena de a Administração atribuir responsabilidade pela prestação dos serviços a profissionais que não detêm capacidade técnica demonstrada na execução de serviços de porte compatível com os que serão efetivamente contratados.
41. Portanto, a **habilitação** da licitante vencedora, no que diz respeito às suas qualificações técnicas, será verificada com a apresentação e comprovação dos seguintes documentos:

Capacidade Técnico-Operacional

- 41.1. *Certidão de Registro de Pessoa Jurídica*, expedida pelo CREA da região onde se situa a sede da empresa ou sua filial, em nome da licitante;
- 41.2. No caso de a empresa licitante não ser registrada ou inscrita no CREA do Distrito Federal, somente serão exigidos os respectivos vistos no CREA-DF na ocasião da assinatura do Contrato;
- 41.3. *Atestado de Capacidade Técnico-Operacional*, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da licitante, comprovando que a licitante já executou serviços compatíveis com as características, o vulto e a complexidade com o objeto licitado por período não inferior a **12 (doze) meses**, nos seguintes termos:



SENADO FEDERAL

41.3.1. Prestação de serviços continuados de manutenção em sistema de detecção e alarme de incêndio, dotado de central de incêndio endereçável com pelo menos 70 (setenta) detectores, não necessariamente com as exatas especificações descritas no ANEXO 2-B – Caderno de Especificações Técnicas deste edital;

41.3.2. Prestação de serviços continuados de manutenção em sistema de detecção, alarme e combate automático de incêndio, dotado de agente extintor limpo, não necessariamente com as exatas especificações descritas no ANEXO 2-B – Caderno de Especificações Técnicas deste edital;

41.3.3. Prestação de serviços continuados de manutenção em sistema de detecção e alarme de incêndio, dotado de sistema de detecção precoce de fumaça por aspiração, não necessariamente com as exatas especificações descritas no ANEXO 2-B – Caderno de Especificações Técnicas deste edital;

41.3.4. Prestação de serviços de manutenção e recarga em cilindro de agente extintor limpo, não necessariamente com as exatas especificações descritas no ANEXO 2-B – Caderno de Especificações Técnicas deste edital;

41.3.5. Para fins de comprovação dos quantitativos referidos no § 41.4.1 (mínimo de 70 detectores), não será admitido o somatório de Atestados de Capacidade Técnica, conforme justificativa constante no § 40.3;

41.3.6. Para fins de comprovação dos §§ 41.4.2 e 41.4.4, serão considerados agentes extintores limpos aqueles previstos na norma NFPA 2001 – *Standard on Clean Agent Extinguishing Systems*, incluindo o HFC-227ea, Novec 1230, FE-13, FE-25 e Inergen. Sistemas baseados em CO₂ não são considerados extintores limpos, conforme a NFPA 2001.

41.3.7. Para a comprovação do lapso temporal mencionado no § 41.4, será admitido o somatório de atestados, desde que as contratações correspondam a períodos sucessivos, mas não concomitantes;

41.3.8. Caso seja solicitado pelo pregoeiro, a título de diligência, a licitante deve disponibilizar todas as informações e documentos que eventualmente se façam necessários à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, tais como documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do contratante e local em que foram prestados os serviços.

Capacidade Técnico-Profissional

41.4. A licitante deverá apresentar declaração indicando nome, CPF e número do registro no CREA dos Responsáveis Técnicos que acompanharão a execução dos serviços de que trata o objeto deste Termo de Referência, devendo referir-se a profissionais de nível superior com formação em Engenharia e que tenham vínculo com a empresa licitante;



SENADO FEDERAL

41.4.1. A comprovação do vínculo se fará com a apresentação de cópia de algum dos seguintes documentos: contrato social da licitante em que conste o profissional como sócio, carteira de trabalho (CTPS), ficha de registro de empregado ou contrato de prestação de serviço em que conste a licitante como contratante ou declaração de contratação futura do responsável técnico, desde que acompanhada de declaração de anuência do profissional;

41.4.2. Deverão ser apresentadas as Certidões de Registro junto ao CREA dos profissionais listados acima, caso eles não sejam Responsáveis Técnicos da empresa licitante.

41.5. *Atestado de Capacidade Técnico-Profissional* expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado no CREA, acompanhado de cópia das respectivas Certidão de Acervo Técnico (CAT), comprovando que o profissional indicado pela empresa licitante na forma do § 41.5 atuou como responsável técnico na execução de serviços compatíveis em quantidade e características com o objeto licitado, por período não inferior a **12 (doze) meses**, nos seguintes termos:

41.5.1. Prestação de serviços continuados de manutenção em sistema de detecção e alarme de incêndio, dotado de central de incêndio endereçável com pelo menos 70 (setenta) detectores, não necessariamente com as exatas especificações descritas no ANEXO 2-B – Caderno de Especificações Técnicas deste edital;

41.5.2. Prestação de serviços continuados de manutenção em sistema de detecção, alarme e combate automático de incêndio, dotado de agente extintor limpo, não necessariamente com as exatas especificações descritas no ANEXO 2-B – Caderno de Especificações Técnicas deste edital;

41.5.3. Prestação de serviços continuados de manutenção em sistema de detecção e alarme de incêndio, dotado de sistema de detecção precoce de fumaça por aspiração, não necessariamente com as exatas especificações descritas no ANEXO 2-B – Caderno de Especificações Técnicas deste edital;

41.5.4. Prestação de serviços de manutenção e recarga em cilindro de agente extintor limpo, não necessariamente com as exatas especificações descritas no ANEXO 2-B – Caderno de Especificações Técnicas deste edital;

41.5.5. Para fins de comprovação dos quantitativos referidos no § 41.6.1 (mínimo de 70 detectores), não será admitido o somatório de Atestados de Capacidade Técnica, conforme justificativa constante no §40.3;

41.5.6. Para fins de comprovação dos §§ 41.6.2 e 41.6.4, serão considerados agentes extintores limpos os agentes previstos na norma NFPA 2001 – *Standard on Clean Agent Extinguishing Systems*, incluindo o HFC-227ea, Novec 1230, FE-13, FE-25 e Inergen.



SENADO FEDERAL

Sistemas baseados em CO2 não são considerados extintores limpos conforme a NFPA 2001;

41.5.7. Caso seja solicitado pelo pregoeiro, a título de diligência, a licitante deve disponibilizar todas as informações e documentos que eventualmente se façam necessários à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, tais como documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do contratante e local em que foram prestados os serviços.

Qualificação econômico-financeira

41.6. Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de Insolvência Civil, expedida no domicílio da pessoa física;

41.7. Não será exigida comprovação de patrimônio líquido.

42. Não será exigida prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial. Não há requisitos estabelecidos em lei especial que regulem a prestação do objeto e exijam a comprovação de capacidade específica por parte da licitante.

F. CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE RELACIONADOS AO OBJETO

43. Os critérios e práticas de sustentabilidade estão detalhados no ANEXO 2-B – Caderno de Especificações Técnicas e no ANEXO 2-G – Diretrizes de Segurança, Meio Ambiente e Saúde – SMS deste Termo de Referência.

44. A logística reversa para reciclagem de materiais, tais como peças usadas e resíduos de manutenção, serão de responsabilidade da Contratada.

G. PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTO E ESTIMATIVA DE CUSTO

45. As licitantes devem apresentar as planilhas de composição de custos preenchidas, conforme ANEXO 2-A – Planilhas de Composição de Custo, indicando os custos unitários e totais necessários ao pleno atendimento do objeto.

46. A contratação está dividida em duas parcelas: uma parcela referente a serviços e uma parcela referente a materiais, com aplicação de um fator de utilização para materiais. A contratação está sumarizada na Tabela 2 – Estimativa de Custo.

47. O pagamento será feito conforme a efetiva necessidade de uso de materiais e execução de serviços, não havendo garantia de uso integral do que está previsto na contratação.

48. Tendo em vista a baixa probabilidade de uso integral dos materiais, será aplicado um fator de utilização ao valor total previsto para materiais, buscando reduzir o valor global da contratação



SENADO FEDERAL

para um patamar mais próximo do que de fato será executado. O fator de utilização está detalhado na Tabela 2 – Estimativa de Custo.

Tabela 2 – Estimativa de Custo

Item	Descrição	Valor integral para 30 meses (R\$)	Fator de utilização	Valor efetivo para 30 meses (R\$)
1	Serviços	823.726,74	N/A	823.726,74
2	Materiais	226.380,24	0,5	113.190,12
Valor total da contratação				936.916,86

Critério de aceitabilidade de preço unitário

49. Os preços unitários indicados no ANEXO 2-A – Planilhas de Composição de Custo deste Termo de Referência serão considerados preços máximos.

H. REGIME DE EXECUÇÃO

50. A Contratada iniciará a efetiva prestação dos serviços objeto deste Termo de Referência, que consiste na manutenção de sistemas de detecção, alarme e combate automático de incêndio, a partir da data indicada na Ordem de Serviço Inicial, a qual poderá ser emitida pelo SENADO entre **1 (um) e 90 (noventa) dias corridos** a contar da data de assinatura do contrato, conforme previsto no ANEXO 2-B – Caderno de Especificações Técnicas.
51. A prestação dos serviços será realizada no Complexo Arquitetônico do Senado Federal, localizado em Brasília – DF, nos sistemas indicados no ANEXO 2-D – Detalhamento Técnico dos Sistemas Existentes.
52. Não será permitida a subcontratação. O objeto da contratação é naturalmente especializado em sua totalidade, e sua execução é viável em seu todo pelas empresas que fazem parte desse mercado especializado. Adicionalmente, o objeto é tecnicamente indivisível, pois as diversas parcelas são altamente dependentes e correlacionadas. Dessa forma, a vedação da subcontratação não traz prejuízos para a contratação. Pelo contrário, otimiza o conjunto de materiais e serviços que são comuns aos vários sistemas objeto da manutenção.
53. A garantia dos materiais fornecidos e dos serviços realizados será de, no mínimo, **90 (noventa) dias corridos**, contados da conclusão da atividade, ainda que esse período de garantia ultrapasse o período de prestação dos serviços regularmente contratados. Essa garantia deverá vigorar por prazo superior caso a garantia do fabricante do material seja também superior, bem como nas situações previstas no ANEXO 2-B – Caderno de Especificações Técnicas deste Termo de Referência.



SENADO FEDERAL

- 53.1. Em caso de necessidade de acionamento da garantia, o prazo para conclusão dos serviços ou fornecimento de materiais de reposição será de **30 (trinta) dias corridos**, exceto em casos devidamente justificados e autorizados pela Fiscalização. Os materiais fornecidos e serviços realizados a título de garantia devem seguir o previsto no ANEXO 2-B – Caderno de Especificações Técnicas.
54. Ao Senado Federal não caberá qualquer ônus pela rejeição dos serviços e materiais rejeitados pela Fiscalização.

I. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

55. O objeto da contratação decorrente do presente Termo de Referência será recebido mensalmente após verificação dos aspectos referentes à execução técnica – por parte da Fiscalização –, bem como dos aspectos legais e fiscais – por parte do órgão gestor do contrato –, de acordo com as condições estabelecidas no presente Termo de Referência e seus Anexos.

J. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

56. São obrigações da Contratada, além de outras previstas no instrumento convocatório e seus anexos ou decorrentes da natureza do ajuste:
- 56.1. Manter durante a execução deste contrato as condições de habilitação e qualificações que ensejaram sua contratação, bem como a compatibilidade com as obrigações assumidas;
- 56.2. Apresentar cópia autenticada do ato constitutivo sempre que houver alteração;
- 56.3. Efetuar o pagamento de seguros, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, assim como quaisquer outras despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução deste contrato;
- 56.4. Manter, durante a realização de serviços nas dependências do Senado Federal, os seus empregados e prepostos devidamente identificados e munidos dos equipamentos de proteção e segurança do trabalho, quando for o caso;
- 56.5. Designar formalmente, no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis** contados da assinatura do contrato, um preposto para lhe representar frente à Administração, em estrita observância ao Capítulo III do Código Civil Brasileiro (“Dos Prepostos”), ao art. 68 da Lei 8.666/93 e demais regulamentos aplicáveis, com, no mínimo, os poderes indicados no modelo de designação de preposto mostrado no ANEXO 2-F – Modelo de Designação de Preposto;
- 56.5.1. Deverá ser demonstrada a competência do respectivo signatário para delegar poderes ao preposto, mediante a apresentação de documentação comprobatória (contrato social, atas de assembleia, procurações etc.).



SENADO FEDERAL

- 56.6. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados ao Senado Federal ou a terceiros, por ação ou omissão de seus empregados, prepostos ou colaboradores, decorrentes da execução do instrumento contratual decorrente deste Termo de Referência;
- 56.7. Não veicular publicidade acerca do objeto a que se refere o presente Termo de Referência, salvo autorização específica do Senado Federal;
- 56.8. Não ceder os créditos, nem sub-rogar direitos e obrigações do ajuste a terceiros;
- 56.9. Providenciar, às suas expensas, licenças, cadastros e autorizações junto aos órgãos federais, estaduais e distritais que eventualmente forem necessárias para execução das atividades previstas neste Termo de Referência;
- 56.10. Fornecer aos empregados Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC), obedecendo ao disposto nas normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e ao estabelecido no ANEXO 2-B – Caderno de Especificações Técnicas e no ANEXO 2-G – Diretrizes de Segurança, Meio Ambiente e Saúde – SMS deste Termo de Referência;
- 56.11. Prover suas equipes técnicas com todas as ferramentas e instrumentos necessários à perfeita execução dos serviços;
- 56.12. Acompanhar direta e continuamente suas equipes de trabalho e fazer cumprir a determinação de uso obrigatório dos EPIs e EPCs, bem como a utilização das ferramentas adequadas, sujeitando-se à aplicação de penalidades contratuais em caso de não observância;
- 56.13. Fornecer previamente à Fiscalização, para registro e autorização de entrada pela Secretaria de Polícia Legislativa, os dados de identificação (marca, modelo, cor, placa) dos veículos que necessitam ter acesso ao Complexo Arquitetônico do Senado Federal, próprios ou de terceiros, assim como a identificação de motoristas e ajudantes, sempre que necessário;
- 56.14. Comunicar à Fiscalização ou ao órgão gestor do contrato, conforme o caso, todas as ocorrências anormais verificadas na execução dos serviços, com os dados e as circunstâncias julgados necessários ao relato e ao esclarecimento dos fatos;
- 56.15. Selecionar e responsabilizar-se pela qualificação dos empregados que irão prestar o serviço objeto deste contrato, bem como promover o treinamento e a reciclagem em relação às Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho aplicáveis;
- 56.16. Alocar empregados devidamente capacitados e habilitados para os serviços contratados, de forma a manter equipes capazes de executar, de modo eficiente e no mínimo, todas as tarefas descritas no ANEXO 2-B – Caderno de Especificações Técnicas deste Termo de Referência;



SENADO FEDERAL

- 56.17. Manter a disciplina nos locais dos serviços e retirar e substituir, imediatamente, o empregado ou colaborador com conduta insatisfatória e/ou inconveniente, quando devidamente justificado;
- 56.18. Manter seus empregados identificados por intermédio de crachás, com fotografia recente, expedidos pela Polícia do SENADO, providenciando tempestivamente a documentação necessária;
- 56.19. Responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus empregados e colaboradores, das normas disciplinares e das orientações de segurança e de prevenção de incêndios, bem como qualquer outra que discipline as atividades internas do SENADO;
- 56.20. Fornecer à Fiscalização ou ao órgão gestor do contrato todas as informações por este solicitadas, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**;
- 56.21. Entregar ao órgão gestor do contrato até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, quando não for possível a verificação da regularidade dos mesmos no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF:
 - 56.21.1. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);
 - 56.21.2. Certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede da Contratada;
 - 56.21.3. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
 - 56.21.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
- 56.22. Não veicular publicidade acerca do objeto a que se refere o presente contrato, salvo autorização específica do SENADO;
- 56.23. Não utilizar as dependências do Senado Federal para fins diversos do objeto do contrato ou utilizar os recursos previstos no contrato para fins diversos do objeto;
- 56.24. Responsabilizar-se pela direção técnica e a execução dos serviços descritos neste Termo de Referência, cabendo ao Senado Federal apenas a função de zelar pelo cumprimento dos contratos segundo os ditames legais e da boa técnica. A existência de fiscalização pela contratante não diminui nem atenua a responsabilidade da Contratada pela execução de qualquer serviço;
- 56.25. Apresentar Anotação de Responsabilidade Técnica – ART para execução dos serviços, com readequação conforme a necessidade e prazos indicados no ANEXO 2-B – Caderno de Especificações Técnicas;
- 56.26. Executar, às suas expensas, os serviços necessários à completa e perfeita execução do objeto da contratação, não sendo admitidas alegações por parte da Contratada de desconhecimento ou omissões;



SENADO FEDERAL

- 56.27. Cumprir plenamente as disposições e especificações contidas neste Termo de Referência, que serão parte integrante do contrato, sob pena de aplicação de penalidades contratuais;
- 56.28. Observar e gerenciar ativamente o Plano de Manutenção e outras rotinas periódicas, conforme disposto no ANEXO 2-B – Caderno de Especificações Técnicas deste Termo de Referência;
- 56.29. Zelar pelo patrimônio público, acionando a Fiscalização quando observar a possibilidade de risco de danos ao patrimônio;
- 56.30. Zelar pela saúde de todos que transitam pelo Senado Federal, acionando a Fiscalização quando observar a possibilidade de risco à saúde de qualquer pessoa que esteja nas dependências da contratante;
- 56.31. Informar previamente à Fiscalização a necessidade de intervenção que cause indisponibilidade dos equipamentos e/ou sistemas do Senado Federal;
- 56.32. Tomar todas as providências necessárias para a manutenção da limpeza, da organização e da estética nos locais que sofrerão intervenções;
 - 56.32.1. Manter o local de execução dos serviços permanentemente limpo, livre de quaisquer sujidades causadas pela execução dos serviços, procedendo tanto à limpeza grossa quanto à fina logo após o término de quaisquer trabalhos;
 - 56.32.2. Remover detritos, consumíveis e demais resíduos resultantes dos serviços, que deverão ser devidamente acondicionados, transportados e depositados em locais apropriados, para reciclagem ou descarte, de acordo com as normas aplicáveis.
- 56.33. A Contratada deverá executar os serviços de acordo com as normas técnicas, com as boas práticas de engenharia, com bom padrão de acabamento e qualidade e no prazo previsto contratualmente ou estabelecido pela Fiscalização, seguindo, ainda, as instruções passadas pela Fiscalização;
- 56.34. Nos serviços executados, a Contratada deverá empregar materiais compatíveis com as especificações deste Termo de Referência e com as normas técnicas, seguindo as instruções preconizadas pelo fabricante;
- 56.35. Realizar toda a engenharia de manutenção necessária para maximizar a confiabilidade e vida útil dos equipamentos;
- 56.36. Realizar os serviços com equipe técnica devidamente treinada e qualificada pelos fabricantes dos equipamentos;
- 56.37. Realizar os serviços utilizando os procedimentos e ferramentas adequadas conforme a boa prática de engenharia e as recomendações do fabricante;
- 56.38. Realizar pelo menos uma manutenção por sistema por mês, exceto em casos devidamente autorizados pelo Senado Federal;



SENADO FEDERAL

- 56.39. Adotar todas as melhores práticas e procedimentos adequados para garantir o funcionamento dos locais onde os sistemas estão instalados sem interrupções;
- 56.40. Adotar todas as melhores práticas e procedimentos adequados para não interferir no funcionamento dos sistemas localizados no entorno dos equipamentos, incluindo painéis elétricos, sistema de climatização, sistema de energia ininterrupta e sistema de automação;
- 56.41. Adotar todas as melhores práticas e procedimentos adequados para não gerar descarga acidental do sistema de combate a incêndio automático por agente limpo;
- 56.42. Só realizar serviços com autorização ou agendamento prévio com o Senado Federal;
- 56.43. Informar previamente, de forma explícita, serviços que necessitem do disparo dos alarmes de incêndio, bem como serviços com alta probabilidade de disparo acidental dos alarmes. Realizar esses serviços com autorização do Senado Federal, nos dias e horários acordados;
- 56.44. Apresentar os relatórios de manutenção após a conclusão de cada serviço;
- 56.45. Cumprir e respeitar os prazos previstos no ANEXO 2-B – Caderno de Especificações Técnicas e as datas de atendimento previamente agendadas.
- 57. Correrá por conta exclusiva da Contratada a responsabilidade por quaisquer acidentes de trabalho durante a vigência dos serviços contratados.
- 58. A Contratada responsabilizar-se-á caso ocorra descarga acidental do agente limpo de combate a incêndio durante a execução de suas atividades, realizando a eventual recarga e os serviços de recondicionamento necessários, conforme especificação do ANEXO 2-B – Caderno de Especificações Técnicas, sem ônus para o SENADO.
- 59. Os empregados incumbidos da execução dos serviços não terão qualquer vínculo empregatício com o Senado Federal, sendo remunerados única e exclusivamente pela Contratada e a ela vinculados.
- 60. No que se refere ao material fornecido, aplicam-se subsidiariamente ao contrato decorrente da presente contratação as disposições do Código de Proteção e Defesa do Consumidor instituído pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

K. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 61. Caberá ao Senado Federal as seguintes obrigações e responsabilidades, sem prejuízo das disposições legais e das estabelecidas na contratação advinda do edital e deste contrato:
 - 61.1. Exercer a gestão e a fiscalização dos serviços prestados, podendo sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer qualquer serviço que não esteja de acordo com as condições e exigências especificadas, acompanhando rigorosamente o cumprimento, pela Contratada,



SENADO FEDERAL

de todas as suas obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias relacionadas ao respectivo contrato, exigindo cópias dos documentos comprobatórios da quitação dessas obrigações, bem como o exame das carteiras profissionais dos prestadores de serviços;

- 61.2. Comunicar oficialmente à Contratada quaisquer falhas verificadas no cumprimento do contrato, exigindo seu imediato saneamento sob pena de aplicação das penalidades previstas no contrato;
 - 61.3. Permitir o acesso e a permanência dos empregados, prepostos e colaboradores da Contratada às suas dependências, bem como o acesso aos seus equipamentos e instalações, para a execução dos serviços contratados;
 - 61.4. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pela Contratada ou por seu preposto, para cumprimento de suas obrigações;
 - 61.5. Efetuar inspeções com a finalidade de verificar a prestação dos serviços e o atendimento das exigências contratuais;
 - 61.6. Exigir, mediante justificativa, a imediata substituição de qualquer empregado quando não possuir a qualificação mínima exigida ou sempre que sua conduta for julgada insatisfatória ou inconveniente para o Senado Federal;
 - 61.7. Fornecer crachá de acesso às suas dependências, de uso obrigatório pelos empregados da Contratada;
 - 61.8. Efetuar os pagamentos, nos termos estabelecidos na **Seção L**.
62. É vedada qualquer ingerência de agentes públicos vinculados ao Senado Federal na administração da Contratada, inclusive no que se refere à proibição de direcionamento ou de indicação de pessoas para trabalharem na Contratada.

L. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

63. Os pagamentos serão efetuados mensalmente, por intermédio de depósito em conta bancária da Contratada, condicionados ao prévio atesto dos serviços pela Fiscalização, mediante o recebimento pelo órgão gestor do contrato do documento fiscal, com a discriminação dos serviços e materiais fornecidos.
64. O pagamento sempre ocorrerá de acordo com a quantidade de serviços efetivamente executados em um dado mês, mediante apresentação e aprovação de relatório técnico específico. Só serão pagos materiais e serviços efetivamente utilizados ou prestados que seguirem o previsto no ANEXO 2-B – Caderno de Especificações Técnicas.
65. Antes de apresentar o faturamento mensal, a Contratada deverá apresentar à Fiscalização os relatórios técnicos e às diretrizes definidas no ANEXO 2-B – Caderno de Especificações Técnicas deste Termo de Referência.



SENADO FEDERAL

66. Concluídas as verificações referentes à execução técnica, a documentação correspondente será encaminhada pela Fiscalização ao órgão gestor do contrato para autuação do processo de pagamento e avaliação dos aspectos legais e contratuais pertinentes.
67. A Contratada apresentará então, diretamente ao órgão gestor do contrato, o documento fiscal correspondente ao faturamento do mês, juntamente com toda documentação fiscal referente ao respectivo faturamento para as demais verificações.
68. A não entrega da documentação descrita na Seção I – CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO deste Termo de Referência poderá obstar o andamento do processo de pagamento.
69. Os pagamentos mensais ficam condicionados à manifestação final do órgão gestor do contrato no prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis**, contados do recebimento do documento fiscal, mediante termo circunstanciado, após verificações finais e cumprimento das demais obrigações legais e contratuais.
70. Os pagamentos serão efetuados com prazo não superior a **30 (trinta) dias corridos**, a contar do recebimento do documento fiscal, condicionados à manifestação do gestor na forma do parágrafo anterior e à apresentação de documentação complementar que eventualmente for necessária.
71. Não serão objeto de faturamento/pagamento eventuais serviços auxiliares, tais como frete, substituição, embalagem e outros.
72. As eventuais despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças ou agências são de responsabilidade da Contratada.
73. Havendo vício a reparar em relação à nota fiscal/fatura apresentada, a contagem do prazo constante do § 71 será interrompida até que haja reparação do vício.
74. O órgão gestor do contrato poderá aplicar glosas ao faturamento apresentado, em razão de eventuais desconformidades apuradas.

L.1. INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS

75. A Contratada deverá prestar os serviços definidos neste Termo de Referência de acordo com os níveis de serviço abaixo especificados, estando sujeita a glosas no pagamento pelo descumprimento do Instrumento de Medição de Resultado (IMR).
76. Os níveis de serviço apresentados neste IMR têm como função definir os indicadores de acompanhamento da qualidade dos serviços prestados durante a contratação.
77. Os indicadores a seguir definem os parâmetros a serem observados no cumprimento do IMR:



SENADO FEDERAL

Indicador	
01 – Plano de manutenção	
Item	Descrição
Finalidade	Assegurar a execução do plano de manutenção especificado, buscando minimizar a quantidade de falhas no sistema
Meta a cumprir	Execução plena do plano de manutenção, conforme indicado o ANEXO 2-C – Plano de Manutenção
Instrumento de medição e forma de acompanhamento	Verificação de conformidade por serviço de manutenção periódica efetivamente prestados. Medição realizada após a conclusão de cada serviço, realizado de forma individualizada por sistema.
Periodicidade	Mensal, por serviço de manutenção periódica executado
Mecanismo de cálculo	Conforme disposto no ANEXO 2-C – Plano de Manutenção
Início de vigência	A partir do primeiro serviço de manutenção periódica executado
Ajuste no pagamento	Conforme Tabela 4 – Ajuste no faturamento do serviço de manutenção periódico, incidindo no valor a ser pago dos itens 1.1, 1.2, 1.3, 1.4 e 1.5 (manutenções periódicas) da Planilha 1 do Anexo 2A, avaliado individualmente por sistema.
Sanções	Limite de 10 pontos por período de apuração. Após 10 pontos, glosa referente aos 10 pontos somada a eventual aplicação da penalidade estabelecida no Item 12 da Tabela 7

Indicador	
02 – Qualidade Técnica	
Item	Descrição
Finalidade	Aprimorar a efetividade da manutenção
Meta a cumprir	Baixa incidência de desconformidades
Instrumento de medição e forma de acompanhamento	Mediante controle por planilha eletrônica, realizado pela Fiscalização, para verificação das desconformidades e cálculo da pontuação correspondente
Periodicidade	Por período de manutenção (mensal)
Mecanismo de cálculo	Somatório de pontos, conforme observações da Fiscalização em relação aos serviços executados
Início de vigência	A contar da emissão da Ordem de Serviço para Início das Atividades
Ajuste no pagamento	Glosa conforme Tabela 5 – Glosas no faturamento mensal, no valor total de serviços e materiais a serem faturados em um determinado período de manutenção
Sanções	Limite de 10 pontos por período de apuração. Após 10 pontos, glosa referente aos 10 pontos somada a eventual aplicação da penalidade estabelecida no Item 17 da Tabela 7

78. Ao final de cada período de manutenção (mensal), será apurado o somatório de pontos relativos ao plano de manutenção e às desconformidades observadas na execução dos serviços (Indicadores 01 e 02). Serão considerados os pontos ocorridos dentro de um determinado período de apuração. Em função dos resultados obtidos, serão aplicados ajustes e/ou glosas sobre o faturamento mensal, de acordo com a Tabela 4 e Tabela 5 a seguir.
79. Para o Indicador 01, a avaliação ocorrerá de forma individualizada, por sistema, incidindo somente no valor a ser faturado do item de manutenção periódica correspondente (itens 1.1, 1.2,



SENADO FEDERAL

1.3, 1.4 e 1.5 da Planilha 1 do Anexo 2A). A avaliação ocorrerá a cada serviço realizado (periodicidade mensal).

79.1. Caso o serviço de manutenção periódica não ocorra em um determinado mês, poderá haver incidência da penalidade prevista na Tabela 7. Nesse caso, não haverá incidência de IMR referente ao Indicador 01 para aquele sistema. Todos os serviços previstos para aquele mês devem ser realizados no mês seguinte, acrescidos dos demais itens a serem realizados conforme o plano de manutenção.

80. Para o Indicador 02, a avaliação ocorrerá dentro de um determinado período de manutenção (mês). A glosa ocorrerá no valor total de materiais e serviços a serem faturados no período, incluindo o serviço de manutenção periódica com o devido ajuste, conforme o IMR referente ao plano de manutenção.

80.1. Caso a glosa ultrapasse o valor total da fatura de um determinado mês, não haverá pagamento da fatura. O restante do valor a ser glosado será aplicado no mês seguinte.

81. Os níveis aplicáveis de glosa em razão das desconformidades verificadas quanto à qualidade técnica dos serviços (Indicador 02) serão apurados com base na Tabela 3 a seguir:

Tabela 3 – Desconformidades referentes à qualidade dos serviços

Item	Descrição	Pontos	Incidência ²
4.1	Realizar os serviços sem uniforme ou identificação adequada, sem justificativa aceita pela Fiscalização.	1	Por ocorrência
4.2	Entregar relatório de execução de serviços incompleto ou com erros, sem justificativa aceita pela Fiscalização.	1	Por ocorrência
4.3	Deixar de cumprir data ou horário de execução de serviços previamente agendados, sem justificativa aceita pela Fiscalização.	1	Por ocorrência
4.4	Não realizar a limpeza ou remover o lixo/detritos após a conclusão dos serviços, sem justificativa aceita pela Fiscalização.	1	Por ocorrência
4.5	Não dar o acabamento ou organizar o ambiente após a conclusão dos serviços (deixando painéis abertos, parafusos soltos, placas de piso/teto soltas ou fora de posição, disparadores manuais abertos ou destrancados etc.), sem justificativa aceita pela Fiscalização.	1	Por ocorrência
4.6	Não atualizar a ficha histórica de manutenção, sem justificativa aceita pela Fiscalização.	1	Por ocorrência

² Os prazos são contados em **dias úteis**.



SENADO FEDERAL

Item	Descrição	Pontos	Incidência ²
4.7	Deixar de cumprir o prazo para fornecimento de materiais, de início ou de conclusão dos serviços (exceto para manutenções periódicas) ou de apresentação de relatórios de manutenção, conforme previsto neste Termo de Referência, sem justificativa aceita pela Fiscalização.	1	Por dia
4.8	Executar serviços sem autorização prévia da Fiscalização nos casos previstos neste Termo de Referência e seus Anexos, mesmo que previsto no Plano de Manutenção já aprovado, sem justificativa aceita pela Fiscalização.	3	Por ocorrência
4.9	Deixar de informar à Fiscalização fato relevante, como inoperância do sistema, risco de dano, necessidade de substituição de materiais ou de intervenção imediata nos sistemas, ou outras anormalidades verificadas na execução dos serviços, sem justificativa aceita pela Fiscalização.	3	Por ocorrência
4.10	Deixar de realizar ajuste no plano de manutenção, nos relatórios ou nos procedimentos de intervenção, sem justificativa aceita pela Fiscalização.	3	Por ocorrência
4.11	Disparar acidentalmente, ou sem autorização da Fiscalização, o alarme de incêndio durante a execução dos serviços, sem justificativa aceita pela Fiscalização. Testes do sistema de alarme (avisadores sonoros/visuais) devem ser agendados com antecedência para não causar pânico às pessoas que se encontrem nas respectivas edificações.	3	Por ocorrência
4.12	Deixar que seus empregados executem serviços sem a utilização dos EPIs ou ferramentas adequadas ou sem seguir os procedimentos técnicos e de segurança apropriados.	5	Por ocorrência
4.13	Executar serviço incompleto, paliativo, substitutivo como por caráter permanente ou em desacordo com normas técnicas, boas práticas de engenharia, bom padrão de acabamento e qualidade ou eventuais instruções passadas pela Fiscalização, bem como empregar materiais em desacordo com as especificações deste Termo de Referência e seus Anexos, de normas técnicas ou de instruções preconizadas pelo fabricante, sem justificativa aceita pela Fiscalização.	5	Por ocorrência
4.14	Deixar de realizar a vistoria do Responsável Técnico ou deixar de ter Responsável Técnico acompanhando os serviços quando solicitado pela Fiscalização, nos termos previstos neste Termo de Referência e seus Anexos, sem justificativa aceita pela Fiscalização.	5	Por ocorrência
4.15	Permitir situação que crie o risco de dano ou desligamento acidental dos sistemas e/ou equipamentos das áreas técnicas onde os serviços são realizados, sem justificativa aceita pela Fiscalização.	5	Por ocorrência



SENADO FEDERAL

Item	Descrição	Pontos	Incidência ²
4.16	Permitir situação que crie o risco de descarga acidental do agente limpo (FM-200) do sistema de combate automático a incêndios, sem justificativa aceita pela Fiscalização.	5	Por ocorrência

Tabela 4 – Ajuste no faturamento do serviço de manutenção periódico

Pontos	Ajuste no faturamento (percentual do valor do item de manutenção periódica a ser faturado)
0	100% (sem desconto)
1-3	95%
4-6	90%
7-10	80%
11 ou superior	80%, acrescido de eventual aplicação da penalidade estabelecida na Tabela 7

Tabela 5 – Glosas no faturamento mensal

Pontos	Valor da glosa
0	Sem glosa
1-3	R\$ 250,00
4-6	R\$ 500,00
7-10	R\$ 1.000,00
11 ou superior	R\$ 1.000,00, acrescida de eventual aplicação da penalidade estabelecida na Tabela 7

82. A aplicação de glosas em razão do IMR não isenta a Contratada em relação à eventual incidência de sanções contatuais, tratadas na **Seção P**.

M. FORMALIZAÇÃO E PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

83. O contrato decorrente deste Termo de Referência terá vigência por **30 (trinta) meses** consecutivos, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses a critério das partes e mediante termo aditivo, observado o art. 57, II, da Lei nº 8.666/1993.
- 83.1. A caracterização do serviço objeto deste Termo de Referência como sendo de prestação continuada decorre do fato de representarem necessidades permanentes da Instituição, garantindo, assim, a operacionalidade, a confiabilidade e a segurança dos sistemas do complexo do Senado Federal. Em última instância, o funcionamento regular das



SENADO FEDERAL

instalações elétricas ininterruptas do Senado Federal é fundamental para a continuidade do serviço público prestado ao país.

84. Caso as partes não se interessem pela prorrogação do contrato, deverão manifestar sua vontade, no mínimo, **90 (noventa) dias corridos** antes do término da vigência contratual.
85. Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente.

N. REAJUSTE

86. Caso previsto no instrumento contratual, o índice de reajuste a ser adotado deverá ser o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC.

O. GARANTIA CONTRATUAL PREVISTA NO ART. 56 DA LEI Nº 8.666/1993

87. Será exigida a garantia de execução contratual prevista no art. 56 da Lei nº 8.666/1993 para a presente contratação, pois a contratação pretendida não se encaixa em quaisquer das hipóteses previstas no parágrafo único do art. 11-B do Ato da Diretoria-Geral nº 9/2015.
88. A garantia deverá ser prestada no percentual de **5% (cinco por cento)** do valor global estimado do contrato decorrente deste Termo de Referência e é condição necessária para a efetivação dos pagamentos.
89. O referido percentual se justifica diante da existência de riscos de danos durante a execução do contrato, pelo fato de que as intervenções técnicas que devem ser realizadas no âmbito da contratação muitas vezes estão associadas a uma elevada complexidade e à possibilidade de interferência em outros sistemas e infraestruturas existentes no Senado Federal. Assim, um eventual erro na execução pela Contratada poderá causar danos materiais consideráveis ao Senado Federal, tendo em vista a extensão e a permeabilidade desses sistemas nas edificações do Congresso Nacional.
90. Além do pagamento por eventuais prejuízos diretos causados ao Senado Federal, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato, a garantia também terá por objetivo assegurar prejuízos advindos de outros problemas na execução contratual, como prejuízos decorrentes de acidentes de trabalho e multas moratórias e punitivas aplicadas pelo Senado Federal à Contratada.
91. Considerando o tempo necessário para a adoção de todos os procedimentos prévios a uma eventual execução da garantia (processo de apuração e aplicação de penalidades, por exemplo), a possibilidade de identificação de prejuízos posteriormente ao término da vigência contratual, bem como o período de garantia dos materiais empregados, a garantia deverá vigorar durante todo o prazo de execução do contrato e ainda se estender pelo prazo de **90 (noventa) dias corridos** após o término da vigência contratual.



SENADO FEDERAL

92. Havendo prorrogação contratual, a Contratada deverá renovar a garantia para abranger o período seguinte de execução contratual, respeitando as mesmas condições aqui estabelecidas para a garantia na primeira vigência contratual.

P. SANÇÕES CONTRATUAIS

93. Decorrido o prazo previsto para o início do contrato decorrente deste Termo de Referência, sem que a Contratada dê início à prestação do objeto, conforme os prazos estabelecidos neste TR, será aplicada multa diária de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor global deste contrato até o limite de 30 (trinta) dias corridos, após o qual será aplicada, cumulativamente, multa de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor global do contrato, sem prejuízo das demais sanções administrativas previstas no contrato, observando-se os critérios estabelecidos naquele instrumento.
94. Findo o prazo limite previsto no parágrafo 93, sem adimplemento da obrigação, aplicar-se-á, cumulativamente, multa de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida do contrato decorrente deste TR, observando-se os critérios constantes naquele instrumento, podendo ainda o Senado, a seu critério, fazer uso da garantia prestada pela empresa, quando for o caso, e impor outras sanções legais cabíveis.
95. Durante o período de **30 (trinta) dias corridos** previsto no parágrafo 93, a critério do Senado Federal, o contrato decorrente deste Termo de Referência poderá ser rescindido, sem prejuízo das demais sanções.
96. Iniciada a execução do objeto, a Contratada ficará sujeita a multas por descumprimento das obrigações contratuais ou execução insatisfatória dos serviços, omissão e outras faltas, em valores definidos conforme **Tabela 6** e **Tabela 7** a seguir, sem prejuízo das outras sanções previstas em lei.

Tabela 6 - Grau e Correspondência de cada Infração

Grau da infração	Correspondência
Leve	Advertência (na primeira infração do mesmo tipo) Multa no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais), por incidência (após a primeira infração)
Médio	Multa no valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), por incidência
Grave	Multa no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), por incidência
Muito grave	Multa no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), por incidência



SENADO FEDERAL

Tabela 7 – Infrações

Item	Descrição	Grau	Incidência ³
1.	Deixar de apresentar cópia autenticada das alterações contratuais, quando realizadas.	Leve	Por ocorrência
2.	Veicular publicidade acerca do serviço a que se refere o presente contrato, sem autorização expressa do Senado Federal.	Leve	Por ocorrência
3.	Deixar de manter durante a execução deste contrato as condições que ensejaram sua contratação.	Leve	Por dia
4.	Deixar de indicar e manter durante a execução do contrato Responsável Técnico pelos serviços ou de apresentar as ARTs referentes aos serviços conforme previsto neste Termo de Referência, sem justificativa aceita pela Fiscalização.	Leve	Por dia
5.	Deixar de designar preposto por escrito, indicando dados para contato direto, conforme previsto neste Termo de Referência, sem justificativa aceita pela Fiscalização.	Leve	Por dia
6.	Deixar de fornecer à Fiscalização ou ao órgão gestor do contrato as informações formalmente solicitadas no prazo estabelecido, quando não se tratar de documento necessário para efetivação de pagamentos, sem justificativa aceita pela Fiscalização.	Leve	Por ocorrência e por dia
7.	Realizar serviços sem ter o estudo de segurança do trabalho devidamente aprovado pela Fiscalização, conforme previsto neste Termo de Referência, sem justificativa aceita pela Fiscalização.	Médio	Por ocorrência
8.	Realizar serviços com equipe sem qualificação para a execução dos serviços ou sem o treinamento adequado, sem justificativa aceita pela Fiscalização.	Médio	Por ocorrência
9.	Deixar de fornecer à sua equipe de profissionais equipamentos de proteção e segurança do trabalho, de acordo com a legislação em vigor, ferramentas elétricas, mecânicas ou computacionais necessárias à execução do objeto do contrato, de acordo com o especificado neste contrato, sem justificativa aceita pela Fiscalização.	Médio	Por ocorrência
10.	Deixar de substituir material defeituoso ou refazer serviço no período de garantia, sem justificativa aceita pela Fiscalização.	Médio	Por ocorrência

³ Os prazos são contados em **dias úteis**.



SENADO FEDERAL

Item	Descrição	Grau	Incidência ³
11.	Deixar de executar os serviços de manutenção periódica em um determinado sistema no período de um mês, sem justificativa aceita pela Fiscalização.	Médio	Por ocorrência
12.	Exceder o limite de pontuação referente ao cumprimento do plano de manutenção, conforme disposto neste Termo de Referência, sem justificativa aceita pela Fiscalização.	Médio	Apuração mensal
13.	Deixar de indenizar o Senado Federal ou terceiros no caso de danos causados por seus empregados, prepostos ou colaboradores em razão da execução do presente contrato.	Grave	Por ocorrência
14.	Utilizar as dependências do Senado Federal para fins diversos do objeto do contrato ou utilizar os recursos previstos no contrato para fins diversos do objeto, sem justificativa aceita pela Fiscalização.	Grave	Por ocorrência
15.	Permitir situação que crie o risco de causar dano ao patrimônio do Senado Federal, sem justificativa aceita pela Fiscalização.	Grave	Por ocorrência
16.	Deixar de fornecer cilindro reserva de agente limpo ou mangueira reserva para cilindro de agente limpo, nos casos previstos neste Termo de Referência, sem justificativa aceita pela Fiscalização.	Grave	Por dia
17.	Exceder o limite de pontuação referente às desconformidades verificadas na prestação dos serviços, conforme disposto neste Termo de Referência, sem justificativa aceita pela Fiscalização.	Grave	Apuração mensal
18.	Ceder créditos ou sub-rogar direitos e obrigações deste contrato a terceiros.	Muito grave	Por ocorrência
19.	Realizar intervenção que gere indisponibilidade dos ambientes técnicos do Senado Federal onde os serviços são executados, incluindo desligamentos acidentais de equipamentos críticos, sem justificativa aceita pela Fiscalização.	Muito grave	Por ocorrência
20.	Realizar intervenção que gere a descarga acidental do agente limpo (FM-200) do sistema de combate automático a incêndios, sem justificativa aceita pela Fiscalização.	Muito grave	Por ocorrência
21.	Causar dano ao patrimônio do Senado Federal.	Muito grave	Por ocorrência



SENADO FEDERAL

Item	Descrição	Grau	Incidência ³
22.	Permitir situação que crie o risco de causar ou que efetivamente cause dano à saúde, lesão corporal ou consequências letais a qualquer pessoa, incluindo empregado ou colaborador da Contratada, bem como a servidores e usuários do Senado Federal.	Muito grave	Por ocorrência

97. As multas previstas na **Tabela 7**, somadas todas as penalidades aplicadas, não poderão superar, em cada mês, o máximo de 15% (quinze por cento) do valor correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor global anualizado do contrato, ressalvadas as hipóteses especiais previstas no contrato.
98. A reincidência na aplicação do percentual máximo previsto no item anterior poderá ensejar a rescisão unilateral do contrato.
99. As multas previstas nesta Seção podem ser aplicadas cumulativamente entre si, sem prejuízo das sanções eventualmente aplicáveis de advertência, de suspensão do direito de licitar e contratar com o Senado Federal e de declaração de inidoneidade, além da rescisão contratual.
100. Além das multas previstas nos itens anteriores, o contrato poderá ser rescindido unilateralmente, ficando ainda a Contratada sujeita à multa correspondente a até 10% (dez por cento) do valor global do contrato, fixada, a critério do Senado Federal, em função da gravidade apurada.
101. As demais hipóteses e condições de sanção deverão seguir as disposições da minuta-padrão de edital.

Q. INDICAÇÃO DOS GESTORES E FISCAIS DO CONTRATO

102. A execução do contrato que se originará do presente Termo de Referência será acompanhada e fiscalizada tecnicamente pelos seguintes órgãos do Senado Federal: Coordenação de Engenharia de Manutenção – COEMANT (titular) e Serviço de Gestão de Energia Elétrica – SEGEEN (substituto).
103. A gestão do contrato ficará a cargo do Núcleo de Gestão de Contratos de Infraestrutura e Comunicação – NGCIC do Senado Federal, conforme competência definida no art. 215, IV do Regulamento Administrativo do Senado Federal.
104. Caso haja alteração na estrutura organizacional do Senado que afete os órgãos responsáveis pela gestão ou pela fiscalização do contrato, a Contratada será informada a respeito.
105. As diretrizes para execução dos serviços estão detalhadas no ANEXO 2-B – Caderno de Especificações Técnicas deste Termo de Referência.



SENADO FEDERAL

R. NÚMERO SEQUENCIAL DO PLANO DE CONTRATAÇÕES

106. A contratação pretendida consta no Plano de Contratações⁴ de 2021 sob o número 20210113.

⁴ Demanda 0217/2020, solicitação 851 ao Comitê de Contratações.



SENADO FEDERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 115/2021

(Processo nº 00200.009307/2020-71)

ANEXO 2-A

PLANILHAS DE COMPOSIÇÃO DE CUSTO

A. DIRETRIZES

1. Este anexo traz as Planilhas de Composição de Custos, bem como as instruções e orientações básicas para fins de apresentação da proposta comercial.
2. As Planilhas de Composição de Custos deverão ser preenchidas pelas licitantes conforme os modelos a seguir, de acordo com o conteúdo de cada coluna.
3. As especificações detalhadas de cada item encontram-se no ANEXO 2H – Especificações Consolidadas. Contudo, o preenchimento das planilhas deverá levar em consideração todas as informações contidas no Edital e em seus anexos.
 - 3.1. Ressalta-se que as especificações dos serviços e insumos constantes no ANEXO 2B – Caderno de Especificações Técnicas e no ANEXO 2H – Especificações Consolidadas deverão ser observadas para fins de aferição da compatibilidade às exigências de qualidade e performance previstas no ato convocatório.
4. Os quantitativos dos serviços e materiais informados nas Planilhas 1 e 2 correspondem a uma mera previsão de consumo do Senado Federal ao longo da vigência do contrato, não assegurando à Contratada a certeza quanto ao fornecimento total desses quantitativos.
 - 4.1. A futura Contratada não poderá alegar falta ou omissão de itens nas referidas planilhas, e, às suas expensas, deverá executar todos os serviços que se mostrarem posteriormente necessários ao pleno atendimento dos objetos contratados, sem que isso implique custo adicional ao Senado Federal.
5. Os valores unitários e totais para cada item adotados nas Planilhas 1, 2 e 3 representam os valores máximos a serem praticados (valores de referência). Os valores a serem adotados pelos licitantes em suas Planilhas de Composição de Custos deverão ser menores ou iguais aos valores indicados pelo Senado Federal.



SENADO FEDERAL

A.1 SERVIÇOS

Planilha 1 – Composição de Custos para os Serviços

Subitem	Especi- ficação	Descrição	Unid.	Quant. Estimada p/ 30 Meses (A)	Preço Unitário (R\$) (B)	Preço Total (R\$) (C)=(A)*(B)
1.1	SF-02605	Manutenção periódica – Subestação dos Blocos 11-18 (Eletrocentro)	un	30	3.101,95	93.058,50
1.2	SF-02619	Manutenção periódica – Sala de Nobreaks do Anexo 2	un	30	3.166,93	95.007,90
1.3	SF-02620	Manutenção periódica – Sala de Nobreaks do Prodasen (Sala Y)	un	30	3.257,92	97.737,60
1.4	SF-02621	Manutenção periódica – Sistema Predial do Prodasen	un	30	6.200,50	186.015,00
1.5	SF-02622	Manutenção periódica – Sistema Predial do Interlegis	un	30	5.412,88	162.386,40
1.6	SF-02623	Manutenção corretiva – Subestação dos Blocos 11-18 (Eletrocentro)	un	3	4.270,00	12.810,00
1.7	SF-02624	Manutenção corretiva – Sala de Nobreaks do Anexo 2	un	3	4.270,00	12.810,00
1.8	SF-02625	Manutenção corretiva – Sala de Nobreaks do Prodasen (Sala Y)	un	3	4.270,00	12.810,00
1.9	SF-02626	Manutenção corretiva – Sistema Predial do Prodasen	un	5	2.775,00	13.875,00
1.10	SF-02627	Manutenção corretiva – Sistema Predial do Interlegis	un	5	2.934,00	14.670,00
1.11	SF-02628	Recondicionamento e teste hidrostático de cilindro de 49 lbs de HFC-227ea (sala de nobreaks do Anexo 2)	un	1	7.895,25	7.895,25
1.12	SF-02629	Recondicionamento e teste hidrostático de cilindro de 218 lbs de HFC-227ea (sala de nobreaks do Prodasen – sala Y)	un	1	25.850,46	25.850,46
1.13	SF-02630	Recondicionamento e teste hidrostático de cilindro de 82,5 kg de HFC-227ea (subestação dos blocos 11-18 - Eletrocentro)	un	1	27.119,76	27.119,76
1.14	SF-02631	Teste de estanqueidade de sala (door fan test)	un	5	8.794,11	43.970,55
1.15	SF-02632	Teste hidrostático em mangueira de acoplamento de cilindro de HFC-227ea	un	4	4.427,58	17.710,32
1	Subtotal de Serviços para 30 Meses (R\$)					R\$ 823.726,74



SENADO FEDERAL

A.2 MATERIAIS

Planilha 2 – Composição de Custos para os Materiais

Subitem	Especi- ficação	Descrição	Unid.	Quant. Estimad a p/ 30 Meses (A)	Preço Unitário (R\$) (B)	Preço Total (R\$) (C)=(A)*(B)
2.1	SF- 02633	Agente limpo HFC-227ea (FM-200)	kg	100	228,42	22.842,00
2.2	SF- 02634	Mangueira de acoplamento para cilindro de 49 lbs de HFC-227ea (sala de nobreaks do Anexo 2)	un	2	2.857,25	5.714,50
2.3	SF- 02635	Mangueira de acoplamento para cilindro de 218 lbs de HFC-227ea (sala de nobreaks do Prodasen – sala Y)	un	2	2.892,94	5.785,88
2.4	SF- 02636	Solenoide de disparo para cilindro de HFC-227ea Siex	un	1	3.000,00	3.000,00
2.5	SF- 02637	Solenoide de disparo para cilindro de HFC-227ea Kidde	un	1	7.004,79	7.004,79
2.6	SF- 02638	Pressostato para cilindro de HFC-227ea Kidde	un	1	4.037,73	4.037,73
2.7	SF- 02639	Comutador a pressão para sistemas de HFC-227ea	un	1	4.006,70	4.006,70
2.8	SF- 02640	Bateria 12 V / 7 Ah para central de incêndio	un	24	144,67	3.472,08
2.9	SF- 02641	Bateria 12 V / 18 Ah para central de incêndio	un	18	281,41	5.065,38
2.10	SF- 02642	Filtro para detector precoce Vesda by Xtrails VLF-250	un	3	737,02	2.211,06
2.11	SF- 02643	Filtro para detector precoce Kidde AirSense Stratos Micra 10	un	8	726,61	5.812,88
2.12	SF- 02644	Chave de bloqueio/aborto para agente limpo	un	1	1.441,49	1.441,49
2.13	SF- 02645	Cabo blindado para sistema de alarme de incêndio 2x1,5 mm2	m	100	9,84	984,00
2.14	SF- 02646	Detector de fumaça para central Notifier NFS-320	un	2	600,00	1.200,00
2.15	SF- 02647	Base para detector para central Notifier NFS-320	un	2	54,91	109,82
2.16	SF- 02648	Avisador sonoro/visual para central Notifier NFS-320	un	1	662,74	662,74
2.17	SF- 02649	Avisador sonoro/visual para central Notifier NFS-320 – uso externo	un	4	555,07	2.220,28
2.18	SF- 02650	Chave de disparo manual para central Notifier NFS-320	un	1	1.276,11	1.276,11
2.19	SF- 02651	Módulo monitor para central Notifier NFS-320	un	1	307,63	307,63



SENADO FEDERAL

2.20	SF-02652	Módulo de saída a relé para central Notifier NFS-320	un	1	726,00	726,00
2.21	SF-02653	Módulo de controle de extinção para central Notifier NFS-320	un	1	1.363,23	1.363,23
2.22	SF-02654	Placa principal para central Notifier NFS-320	un	1	11.171,59	11.171,59
2.23	SF-02655	Detector de fumaça para central Kidde Aegis	un	2	950,00	1.900,00
2.24	SF-02656	Detector termovelocimétrico para central Kidde Aegis	un	1	680,00	680,00
2.25	SF-02657	Base para detector para central Kidde Aegis	un	2	98,55	197,10
2.26	SF-02658	Avisador sonoro/visual para central Kidde Aegis	un	1	1.183,22	1.183,22
2.27	SF-02659	Chave de disparo manual para central Kidde Aegis	un	1	1.280,51	1.280,51
2.28	SF-02660	Placa principal para central Kidde Aegis	un	1	10.784,96	10.784,96
2.29	SF-02661	Detector de fumaça para central EST QuickStart	un	40	1.082,51	43.300,40
2.30	SF-02662	Detector termovelocimétrico para central EST QuickStart	un	4	672,50	2.690,00
2.31	SF-02663	Base para detector para central EST QuickStart	un	40	173,46	6.938,40
2.32	SF-02664	Avisador sonoro/visual para central EST QuickStart	un	10	800,03	8.000,30
2.33	SF-02665	Chave de disparo manual para central EST QuickStart	un	10	1.018,01	10.180,10
2.34	SF-02666	Módulo isolador para central EST QuickStart	un	5	650,60	3.253,00
2.35	SF-02667	Central de reposição para EST QuickStart	un	1	11.250,16	11.250,16
2.36	SF-02668	Detector de fumaça para central Simplex 4020	un	28	169,64	4.749,92
2.37	SF-02669	Base para detector para central Simplex 4020	un	28	180,91	5.065,48
2.38	SF-02670	Avisador sonoro/visual para central Simplex 4020	un	5	650,91	3.254,55
2.39	SF-02671	Chave de disparo manual para central Simplex 4020	un	5	689,42	3.447,10
2.40	SF-02677	Central de reposição para Simplex 4020	un	1	17.809,15	17.809,15
2	Subtotal de Materiais para 30 Meses (R\$)					R\$ 226.380,24

A.3 VALOR GLOBAL ESTIMADO

Planilha 3 – Valor Global Estimado para 30 (trinta) Meses



SENADO FEDERAL

Item	Descrição	Fator de Utilização (A)	Subtotal do Item (B)	Custo Global Estimado p/ 30 (trinta) Meses (C)=(A)*(B)
1	Subtotal de Serviços	N/A	R\$ 823.726,74	R\$ 823.726,74
2	Subtotal de Materiais	0,5	R\$ 226.380,24	R\$ 113.190,12
Valor Global Estimado para 30 Meses				R\$ 936.916,86



SENADO FEDERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 115/2021

(Processo nº 00200.009307/2020-71)

ANEXO 2-B

CADERNO DE ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

A. ESCOPO DA CONTRATAÇÃO

A.1. Resumo da contratação:

- A.1.1. Manutenção de sistemas de detecção, alarme e combate a automático incêndio, instalados no Complexo Arquitetônico do Senado Federal, com prestação de serviços técnicos especializados e fornecimento de materiais.

A.2. Equipamentos:

A.2.1. Os sistemas a serem mantidos são:

- A.2.1.1. Sistema de detecção, alarme e combate automático de incêndio da Subestação dos Blocos 11-18 (Eletrocentro);
- A.2.1.2. Sistema de detecção, alarme e combate automático de incêndio da Sala de Nobreaks do Anexo 2;
- A.2.1.3. Sistema de detecção, alarme e combate automático de incêndio da Sala de Nobreaks do Prodasen (Sala Y);
- A.2.1.4. Sistema de detecção e alarme de incêndio predial do Prodasen;
- A.2.1.5. Sistema de detecção e alarme de incêndio predial do Interlegis.

A.2.2. As principais características e componentes desses sistemas estão listados no ANEXO 2D – Detalhamento Técnico dos Sistemas Existentes;

A.2.3. Em cada um desses sistemas, faz parte do escopo da contratação:

- A.2.3.1. Subsistema de detecção e alarme de incêndio, incluindo seus subcomponentes (centrais, painéis repetidores, detectores, disparadores manuais, avisadores, sinalizadores, sensores, placas de interface, isoladores etc.);
- A.2.3.2. Subsistema de detecção precoce de fumaça (por aspiração), incluindo seus subcomponentes (tubulação, filtros etc.);
- A.2.3.3. Subsistema de combate automático de incêndio por agente limpo HFC-227ea (FM-200), incluindo seus subcomponentes (cilindros, tubulações, mangueiras, difusores, válvulas, manômetros, solenoides etc.);
- A.2.3.4. Painéis repetidores associados aos subsistemas listados acima;
- A.2.3.5. Condutores próprios do sistema de detecção e combate a incêndio;



SENADO FEDERAL

A.2.3.6. Componentes responsáveis pela integração dos subsistemas;

A.2.3.7. Acessórios inerentes aos sistemas e subsistemas, como módulos de interface, base de sensores, conectores, terminais, baterias, chaves de bloqueio, elementos de fixação e conexão etc.

A.3. Faz parte do escopo da contratação:

- A.3.1. Realização de serviços de manutenção preventiva, preditiva e corretiva, incluindo a disponibilização de equipe técnica especializada e de ferramental (ferramentas, equipamentos e instrumentos) geral e específico, bem como o fornecimento de materiais (módulos, peças, componentes, insumos etc.) necessários à realização da manutenção;
- A.3.2. Execução das atividades previstas no plano de manutenção de cada sistema;
- A.3.3. Supervisão dos serviços por equipe de engenharia especializada em manutenção de sistemas de detecção, alarme e combate a incêndio, garantindo que os procedimentos executados e o ferramental utilizado estejam dentro dos padrões e recomendações do fabricante original do equipamento, das normas vigentes e das melhores práticas de engenharia;
- A.3.4. Fornecimento e substituição de materiais, conforme a necessidade de cada sistema;
- A.3.5. Realização de inspeções, testes, medições, diagnósticos e reparos nos sistemas e subsistemas dentro do escopo da manutenção, utilizando os procedimentos e o ferramental recomendados pelos fabricantes originais dos equipamentos;
- A.3.6. Ajuste de limiares de alarme, reconfiguração e parametrização dos sistemas, inclusive com uso de *hardware/software* especializado, conforme a necessidade;
- A.3.7. Serviço de recarga de agente limpo HFC-227ea (FM-200), conforme a necessidade;
- A.3.8. Limpeza do sistema, incluindo os sensores (parte interna/externa) e a tubulação de detecção precoce (parte interna/externa), conforme orientação dos fabricantes;
- A.3.9. Fornecimento de apoio/acompanhamento para realização de simulações/treinamento de evacuação;
- A.3.10. Análise, ajuste e acompanhamento contínuo do plano de manutenção;
- A.3.11. Logística reversa e descarte adequado de resíduos gerados no âmbito da contratação;
- A.3.12. Elaboração de relatórios de manutenção;
- A.3.13. Elaboração de documentação de apoio (procedimentos operacionais etc.);
- A.3.14. Atualizações de *software* e *backup* de parâmetros, com fornecimento dos dados ao Senado Federal;



SENADO FEDERAL

- A.3.15. Prestação de serviço de suporte técnico (por telefone, e-mail e presencial, conforme o caso), orientando as equipes técnicas e as brigadas de incêndio do Senado Federal na operação e no monitoramento dos sistemas e subsistemas;
- A.3.16. Emissão de Anotações de Responsabilidade Técnica específicas para a execução contratual;
- A.3.17. Logística e apoio operacional para execução dos serviços, incluindo agendamento prévio, transporte dos funcionários, transporte de materiais, disponibilização de ferramental especializado etc.
- A.4. Não fazem parte do escopo da contratação:
 - A.4.1. Extintores portáteis de incêndio;
 - A.4.2. Portas corta-fogo;
 - A.4.3. Sinalização de segurança contra incêndio e pânico;
 - A.4.4. Hidrantes e sistemas de sprinklers, com exceção de pontos de interface como monitoramento de chaves de fluxo, pressostatos etc.
 - A.4.5. Mangueiras para hidrantes;
 - A.4.6. Alimentação elétrica em corrente alternada (incluindo quadros elétricos e condutores) dos sistemas mantidos, até a entrada dos equipamentos.
 - A.4.6.1. Condutores, fusíveis, borneiras e terminais relacionados a corrente alternada na parte interna dos equipamentos fazem parte do escopo da contratação. Medições de corrente alternada dentro dos equipamentos também fazem parte do escopo de manutenção;
 - A.4.6.2. Eventuais manobras nos disjuntores de alimentação dos sistemas fazem parte do escopo da manutenção. Contudo, a manutenção desses disjuntores está fora do escopo da contratação.

B. LÓGICA DA CONTRATAÇÃO

- B.1. A contratação tem como objetivo principal a manutenção de alguns dos principais sistemas de detecção, alarme e combate a incêndio do Senado Federal, buscando o atendimento normativo, a maximização da confiabilidade e a redução de falhas.
- B.2. A forma de execução será por meio da realização de serviços (especificados na Seção C), acrescidos de eventuais materiais necessários, conforme previsto na Seção D. A previsão é que sejam executados serviços periódicos mensais, acrescidos de serviços especializados e materiais conforme a demanda.
- B.3. A execução dos itens será à medida que eles forem efetivamente utilizados, conforme especificado nas Seções C e D. Assim, não há garantia de execução de nenhum dos itens previstos neste contrato.



SENADO FEDERAL

B.4. A contratação tem dois eixos principais de atuação, conforme exposto abaixo:

B.4.1. **Manutenção preventiva e preditiva**, voltadas a identificar e eliminar de forma precoce falhas nos sistemas, por intermédio de medições, identificação de tendências e substituição preventiva de materiais. Suas principais atividades estão previstas no plano de manutenção (ANEXO 2-C – Plano de Manutenção);

B.4.2. **Manutenção corretiva**, voltada a restabelecer o pleno funcionamento dos sistemas em caso de falha, atuando por meio de diagnóstico e reparo/substituição de materiais.

B.5. O faturamento ocorrerá de forma mensal, após apresentação e aprovação de relatórios de manutenção, detalhando os serviços e materiais utilizados ao longo do mês, conforme exposto na Seção H.

B.6. Como mostrado na Seção G, alguns dos sistemas realizam o monitoramento e a proteção de ambientes críticos para o Senado Federal. Outros sistemas interferem diretamente na rotina dos prédios do Senado Federal. Caberá à Contratada contornar essas restrições operacionais sem prejuízo das atividades previstas no escopo dessa contratação.

C. SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO

C.1. A Tabela 8 descreve os principais serviços previstos no âmbito da contratação.

Tabela 8 – Lista de serviços

Subitem	Especificação	Descrição	Quantidade p/ 30 meses
1.1	SF-02605	Manutenção periódica – Subestação dos Blocos 11-18 (Eletrocentro)	30
1.2	SF-02619	Manutenção periódica – Sala de Nobreaks do Anexo 2	30
1.3	SF-02620	Manutenção periódica – Sala de Nobreaks do Prodasen (Sala Y)	30
1.4	SF-02621	Manutenção periódica – Sistema Predial do Prodasen	30
1.5	SF-02622	Manutenção periódica – Sistema Predial do Interlegis	30
1.6	SF-02623	Manutenção corretiva – Subestação dos Blocos 11-18 (Eletrocentro)	3
1.7	SF-02624	Manutenção corretiva – Sala de Nobreaks do Anexo 2	3
1.8	SF-02625	Manutenção corretiva – Sala de Nobreaks do Prodasen (Sala Y)	3
1.9	SF-02626	Manutenção corretiva – Sistema Predial do Prodasen	5
1.10	SF-02627	Manutenção corretiva – Sistema Predial do Interlegis	5
1.11	SF-02628	Recondicionamento e teste hidrostático de cilindro de 49 lbs de HFC-227ea - Sala de Nobreaks do Anexo 2	1
1.12	SF-02629	Recondicionamento e teste hidrostático de cilindro de 218 lbs de HFC-227ea - Sala de Nobreaks do Prodasen (Sala Y)	1
1.13	SF-02630	Recondicionamento e teste hidrostático de cilindro de 82,5 kg de HFC-227ea - Subestação dos blocos 11-18 (Eletrocentro)	1
1.14	SF-02631	Teste de estanqueidade de sala (<i>door fan test</i>)	5



SENADO FEDERAL

Subitem	Especificação	Descrição	Quantidade p/ 30 meses
1.15	SF-02632	Teste hidrostático em mangueira de acoplamento de cilindro de HFC-227ea	4

- C.2. Os serviços listados na Tabela 8 serão sob demanda, ou seja, sua utilização ocorrerá à medida que houver necessidade e mediante aprovação prévia da Fiscalização. Não há garantia de utilização dos serviços previstos ao longo do período contratado, mesmo que eles estejam previstos no plano de manutenção.
- C.3. Os serviços de manutenção periódica deverão ter o agendamento realizado pela própria Contratada, conforme exposto na Seção F. Os demais serviços poderão ser agendados pela Contratada com base no que foi observado nas manutenções periódicas e conforme indicado no plano de manutenção, ou por demanda da própria Fiscalização. Independente da natureza do serviço, eles sempre devem ser confirmados/autorizados pela Fiscalização antes do início da execução.
- C.4. Os serviços a serem realizados devem sempre ser adequados para a aplicação, pautado nas normas técnicas e nas boas práticas de engenharia.
- C.5. Especificações Técnicas:
- C.6. As principais especificações de cada serviço estão listadas a seguir. As especificações detalhadas encontram-se no ANEXO 2-C – Plano de Manutenção.
- C.6.1. Manutenções periódicas:
- C.6.1.1. As manutenções periódicas têm previsão de execução mensal, com uma manutenção para cada sistema;
- C.6.1.2. As manutenções periódicas englobam a manutenção preventiva, a manutenção preditiva e as manutenções corretivas simples;
- C.6.1.3. Os serviços de manutenção periódica devem contemplar as atividades listadas abaixo:
- C.6.1.3.1. Realização de pelo menos uma visita técnica mensal nos sistemas e subsistemas;
- C.6.1.3.2. Execução dos serviços previstos no plano de manutenção, conforme disposto no ANEXO 2C – Plano de Manutenção;
- C.6.1.3.3. Troca de filtros e baterias, se necessário;
- C.6.1.3.4. Realização de diagnósticos simples (falha pontual de componentes, mediante verificação direta na central ou durante os testes previstos na manutenção preventiva), se necessário;
- C.6.1.3.5. Limpeza de histórico de erros e reconhecimento/*reset* de alarmes, se necessário;



SENADO FEDERAL

C.6.1.3.6. Reparos simples, incluindo a troca de materiais como detectores, disparadores e sinalizadores, com eventual reprogramação pontual para funcionamento com a central, se necessário;

C.6.1.3.7. Reparos de mau contato em cabos, conectores e conexões, se necessário;

C.6.1.3.8. Ajustes pontuais de configurações e limiares de alarmes, se necessário;

C.6.1.3.9. Atualizações de *software* e/ou *firmware*, se necessárias;

C.6.1.3.9.1. Observação: o serviço deve incluir o custo licenças para atualização do *software* e/ou *firmware*, se necessário.

C.6.1.3.10. Registro da visita na ficha histórica de manutenção, indicando data da visita, nome do técnico e eventuais observações. A ficha de ser mantida próxima à central e/ou próxima ao cilindro (se existente);

C.6.1.3.11. Elaboração do relatório de manutenção, conforme especificado na Seção I.

C.6.1.4. O valor do serviço de manutenção periódica é fixo, independente de eventuais reparos ou da quantidade de serviços previstos no plano de manutenção para um determinado mês;

C.6.1.5. A manutenção periódica deverá ser realizada ao longo de cada mês. O número de visitas técnicas necessárias ficará a critério da Contratada, levando em consideração as manutenções a serem realizadas, a quantidade de funcionários disponíveis para execução dos serviços, a eficiência da equipe, dificuldades na execução, entre outros. Os agendamentos deverão ser realizados com antecedência e confirmados pela Fiscalização, conforme exposto na Seção F;

C.6.1.5.1. Dessa forma, o prazo para execução dos serviços (atendimento de campo) é de um mês, a contar do dia 1º do mês de referência, e finalizado no último dia de cada mês;

C.6.1.5.2. Para fins de controle de prazo de execução dos serviços, não serão levados em consideração os prazos para elaboração de documentos, relatórios e semelhantes. O relatório técnico poderá ser apresentado após a conclusão das atividades de campo, no prazo indicado na Seção F.

C.6.1.6. O serviço de manutenção periódica engloba a mão de obra técnica e os materiais empregados, os quais devem seguir o previsto na Seção D.

C.6.2. Manutenções corretivas:

C.6.2.1. As manutenções corretivas ocorrerão quando houver necessidade de reparo não planejado no escopo do serviço da manutenção periódica;

C.6.2.2. A manutenção corretiva ocorrerá sob demanda, em caso de necessidade;



SENADO FEDERAL

C.6.2.3. O serviço de manutenção corretiva deve restaurar a funcionalidade plena do sistema, e pode incluir as atividades abaixo:

- C.6.2.3.1. Reprogramação, reconfiguração ou recomissionamento da central;
- C.6.2.3.2. Substituição da central, incluindo remoção da antiga e instalação completa da nova (*retrofit*, aproveitando a infraestrutura e o cabeamento existente);
- C.6.2.3.3. Testes e reparo de placas, módulos e componentes em bancada;
- C.6.2.3.4. Diagnósticos avançados (fora do escopo da manutenção da manutenção periódica – exemplo: erros intermitentes, problemas em laços, faltas a terra, corrente de loop elevada etc.).

C.6.2.4. O serviço só será dado como concluído após reestabelecimento do funcionamento do sistema.

- C.6.2.4.1. Não haverá pagamento em caso de reincidência do mesmo problema em um período de 30 (trinta) dias corridos, a contar da data de reestabelecimento do funcionamento do sistema;
- C.6.2.4.2. O reestabelecimento do sistema consiste no sistema de detecção e alarme de incêndio funcional, mesmo que de forma parcial. Ao menos um laço e a central devem estar operacionais. Eventuais problemas em dispositivos de ponta (detectores/avisadores) podem ser solucionados no escopo da manutenção periódica, desde que sejam pontuais.

C.6.2.5. Registro da visita na ficha histórica de manutenção, indicando data da visita, nome do técnico e eventuais reparos realizados. A ficha de ser mantida próxima a central e/ou próxima ao cilindro (se existente);

C.6.2.6. O prazo para conclusão do serviço será de 15 (quinze) dias corridos, a contar do início da manutenção;

- C.6.2.6.1. A contagem do prazo para a execução do serviço será suspensa em caso de necessidade de materiais. O prazo voltará a ser contado quando a peça for efetivamente fornecida (entregue no Senado Federal), de acordo com os prazos estabelecidos no parágrafo F.9;
- C.6.2.6.2. Para manutenções mais complexas ou em casos devidamente justificados, o prazo poderá ser excepcionalmente estendido a critério da Fiscalização;
- C.6.2.6.3. Para fins de controle de prazo de execução dos serviços, não serão levados em consideração os prazos para elaboração de documentos, relatórios e semelhantes. O relatório técnico poderá ser apresentado após a conclusão das atividades de campo, no prazo indicado na Seção F.

C.6.2.7. Após a conclusão da manutenção, deverá ser elaborado o relatório de manutenção, conforme especificado na Seção I;



SENADO FEDERAL

C.6.2.8. Caso não seja possível o reestabelecimento do funcionamento do sistema, deverá ser elaborado um relatório indicando o ocorrido e o motivo pela impossibilidade de reparo, nos moldes dos relatórios especificados na Seção I;

C.6.2.8.1. Nesse caso, não haverá pagamento pelo serviço.

C.6.2.9. O serviço de manutenção corretiva engloba a mão de obra técnica e os materiais empregados, os quais devem seguir o previsto na Seção D.

C.6.3. Recarga, recondicionamento e teste hidrostático de cilindros de HFC-227ea:

C.6.3.1. Os serviços de recarga, recondicionamento e teste hidrostático de cilindros de HFC-227ea (FM-200) ocorrerão a título de manutenção preventiva, conforme plano de manutenção, ou em caso de disparo do sistema automático de combate a incêndio;

C.6.3.2. O serviço deve englobar toda manutenção necessária para retornar o sistema automático de combate a incêndio ao funcionamento pleno;

C.6.3.3. O agente extintor, se utilizado, será pago à parte;

C.6.3.4. Além da manutenção no cilindro em si, o serviço engloba seus acessórios como válvulas, vedações, manômetros, medidores de nível, solenoides etc. O fornecimento do material necessário para manutenção desses componentes (anéis de vedação, molas, discos de retenção etc.), além da manutenção desses componentes, fazem parte do escopo serviço;

C.6.3.5. O serviço deve incluir:

C.6.3.5.1. Desinstalação do cilindro que receberá a recarga;

C.6.3.5.2. Pesagem do cilindro antes da manutenção, caso haja recuperação do agente extintor (manutenção preventiva);

C.6.3.5.3. Inspeção nas mangueiras, tubulações, dispersores e sensores associados ao sistema de combate automático de incêndio, averiguando a condição de utilização e a eventual necessidade de manutenção;

C.6.3.5.4. Fornecimento das proteções necessárias para transporte do cilindro, se necessário;

C.6.3.5.5. Transporte de ida e volta do cilindro a um laboratório especializado para realização do serviço, conforme normativo vigente;

C.6.3.5.6. Recuperação do conteúdo remanescente do agente limpo HFC-227ea (FM-200), se existente;

C.6.3.5.7. Realização de inspeção detalhada no cilindro (incluindo inspeção interna com sonda/boroscópio ou método equivalente), avaliando se ele pode retornar ao serviço;

C.6.3.5.8. Realização de teste hidrostático;



SENADO FEDERAL

- C.6.3.5.9. Realização de toda manutenção pós-descarga recomendada pelo fabricante, incluindo a troca ou reparo (*rebuild*) de vedações, válvulas, atuadores, medidores de nível, manômetros e outros componentes com indicação de manutenção, conforme especificação do fabricante;
- C.6.3.5.10. Realização da lubrificação necessária dos componentes do cilindro, se necessário, conforme manual do fabricante;
- C.6.3.5.11. Realização de pintura ou retoque de pintura na parte interna e externa do cilindro, conforme a necessidade;
- C.6.3.5.12. Realização de limpeza detalhada do cilindro;
- C.6.3.5.13. Recarga do agente limpo HFC-227ea (FM-200), utilizando o agente limpo novo e/ou recuperado, com carga conforme a necessidade de cada local;
- C.6.3.5.14. Verificação da carga realizada (peso e pressão/temperatura), no laboratório/oficina;
- C.6.3.5.15. Registro do teste hidrostático mediante marcação no cilindro;
- C.6.3.5.16. Registro da manutenção realizada na ficha de manutenção do cilindro;
- C.6.3.5.17. Verificação da carga realizada (peso e pressão/temperatura), no local de instalação;
- C.6.3.5.18. Reinstalação do cilindro;
- C.6.3.5.19. Realização dos testes e verificações necessárias (comissionamento) para retorno de serviço.
- C.6.3.6. O serviço deve ser necessariamente realizado em laboratório ou oficina credenciada pelo fabricante original do cilindro e/ou pela UL (*Underwriters Laboratories*) para realização de recargas em HFC-227ea;
- C.6.3.7. O serviço deve ser realizado em conformidade com as orientações do fabricante original do cilindro e do agente limpo utilizado, além do previsto nas normas brasileiras e internacionais relacionadas ao assunto, especialmente a NFPA 2001 e NR-13 do antigo MTE;
- C.6.3.8. Nos casos de manutenção periódica, com recuperação do agente extintor, a perda máxima admissível será de 20%, aferidos por peso, conforme a carga nominal indicada no cilindro;
- C.6.3.9. Após a conclusão da manutenção, deverá ser elaborado o relatório de manutenção, conforme especificado na Seção I, acompanhado de laudo de teste de estanqueidade;
- C.6.3.10. Deverá ser emitida uma Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) específica para o serviço executado no cilindro;



SENADO FEDERAL

C.6.3.11. O prazo para conclusão do serviço é de 20 (vinte) dias corridos, a partir da data de autorização de execução do serviço (retirada do cilindro) feita pela Fiscalização;

C.6.3.11.1. Após o prazo citado acima, a Contratada deverá providenciar e instalar, às suas expensas, um cilindro reserva, devidamente carregado, perfeitamente compatível com o cilindro retirado para manutenção, de tal forma que o sistema retorne à sua condição operacional. Não haverá pagamento adicional por parte do Senado Federal pelo empréstimo ou aluguel do cilindro;

C.6.3.11.2. A Contratada estará sujeita a penalidades contratuais específicas caso não cumpra com o prazo citado acima;

C.6.3.11.3. Para fins de eventuais contagens de prazo para penalidades, a conclusão do serviço será a data de reinstalação do equipamento, desconsiderando-se eventuais atrasos em entregas de relatórios e/ou apresentação de documentos.

C.6.3.12. O serviço de recarga, recondicionamento e teste hidrostático de cilindros de HFC-227ea engloba todos os serviços expostos acima, incluindo a mão de obra, transporte de ida/volta, consumíveis, nitrogênio e materiais necessários para o recondicionamento (kits de vedação, kits para *rebuild* de válvulas e atuadores, manômetros, etc.). O fornecimento de agente extintor limpo HFC-227ea utilizado será pago de forma apartada deve seguir o previsto na Seção D.

C.6.4. Teste hidrostático em mangueira de acoplamento de cilindro de HFC-227ea:

C.6.4.1. O serviço de teste hidrostático em mangueira de acoplamento de cilindro de HFC-227ea (FM-200) ocorrerá a título de manutenção preventiva, conforme previsto no plano de manutenção, ou quando as inspeções indicarem essa necessidade;

C.6.4.2. O serviço deve incluir:

C.6.4.2.1. Bloqueio temporário do funcionamento do sistema de combate automático a incêndio;

C.6.4.2.2. Desinstalação da mangueira;

C.6.4.2.3. Proteção da tubulação e do cilindro, para prevenir que detritos entrem no sistema;

C.6.4.2.4. Inspeção visual na mangueira e nos acoplamentos;

C.6.4.2.5. Realização de teste hidrostático;

C.6.4.2.6. Limpeza interna e externa da mangueira;

C.6.4.2.7. Secagem total da mangueira após o teste;

C.6.4.2.8. Marcação da mangueira com a data do teste;



SENADO FEDERAL

C.6.4.2.9. Substituição de anéis de vedação e outros componentes necessários para reinstalação, se necessário;

C.6.4.2.10. Reinstalação da mangueira, com verificação do aperto das conexões;

C.6.4.2.11. Realização dos testes e verificações necessárias (comissionamento) para retorno ao serviço;

C.6.4.2.12. Reestabelecimento do funcionamento do sistema de combate automático a incêndio.

C.6.4.3. O serviço deve ser realizado em conformidade com as orientações do fabricante sistema, além do previsto nas normas brasileiras e internacionais relacionadas ao assunto, especialmente a NFPA 2001;

C.6.4.4. Após a conclusão do teste, deverá ser elaborado o relatório de manutenção, conforme especificado na Seção I, acompanhado de laudo de teste hidrostático;

C.6.4.5. O prazo para conclusão do serviço é de 15 (quinze) dias corridos, a partir da data de autorização de execução do serviço (retirada das mangueiras) feita pela Fiscalização;

C.6.4.5.1. Após o prazo citado acima, a Contratada deverá disponibilizar e instalar, às suas expensas, uma mangueira reserva perfeitamente compatível com a mangueira retirada para manutenção, de tal forma que o sistema retorne à sua condição operacional. Não haverá pagamento adicional por parte do Senado Federal pelo empréstimo ou aluguel da mangueira;

C.6.4.5.2. A Contratada estará sujeita a penalidades específicas caso não cumpra com o prazo citado acima;

C.6.4.5.3. Para fins de eventuais contagens de prazo para penalidades, a conclusão do serviço será a data de reinstalação do equipamento, desconsiderando-se eventuais atrasos em entregas de relatórios e/ou apresentação de documentos.

C.6.5. Teste de estanqueidade de sala (*door fan test*):

C.6.5.1. Os serviços de teste de estanqueidade de sala ocorrerão conforme previsto no plano de manutenção, ou quando as inspeções indicarem essa necessidade;

C.6.5.2. O serviço deverá incluir uma inspeção visual em toda sala, buscando identificar possíveis pontos de vazamento, os quais devem ser identificados e apontados para a Fiscalização antes do teste;

C.6.5.3. O teste deverá avaliar, de forma quantitativa, a estanqueidade/integridade dos ambientes protegidos por combate automático de incêndio por agente limpo;

C.6.5.4. O ensaio deve ser realizado por meio de *door fan test* (teste de pressurização e despressurização com ventiladores), utilizando ferramental especializado e calibrado, capaz de pressurizar a sala e medir eventuais vazamentos;



SENADO FEDERAL

C.6.5.4.1. O equipamento utilizado deverá ser próprio para realização desse tipo de ensaio.

C.6.5.5. O ensaio deverá ser realizado por equipe especializada, com experiência na realização desse tipo de teste;

C.6.5.6. Os dados coletados devem ser analisados por *software* específico para avaliar a capacidade de retenção de agente limpo da sala;

C.6.5.7. O serviço deve ser realizado em conformidade o previsto na NFPA 2001 (*Clean Agent Enclosure Integrity Test*);

C.6.5.8. Levantamento de eventuais dados adicionais sobre o ambiente (medidas dimensionais, inspeções de furos/vazamentos etc.) são de responsabilidade da Contratada.

C.6.5.8.1. O Senado poderá fornecer os projetos dos ambientes, se necessário.

C.6.5.9. Após a conclusão do teste, deverá ser elaborado o relatório de manutenção, conforme especificado na Seção I, acompanhado de laudo específico com os resultados do ensaio. O laudo deverá indicar de forma clara os resultados dos testes, bem como atestar se a sala possui grau de estanqueidade suficiente para o funcionamento adequado do sistema;

C.6.5.10. Caso sejam identificados vazamentos graves, o relatório deve identificar os principais pontos prováveis por onde esses vazamentos estão ocorrendo;

C.6.5.11. O serviço deverá ser executado em data específica previamente acordada com a Fiscalização.

C.7. Considerações adicionais:

C.7.1. Após a conclusão de cada serviço, deverá ser apresentado um relatório técnico de atendimento, conforme especificação de cada serviço. O faturamento só ocorrerá após a entrega e aprovação do relatório técnico, conforme previsto na Seção H;

C.7.2. Para melhor gerenciar as manutenções de cada sistema, a Contratada deverá manter o registro histórico de intervenções, trocas de materiais e outros eventos relevantes nos equipamentos. Essa informação histórica, bem como as tendências observadas nas medições, deve atuar como informação complementar para fins de diagnóstico e aumento de efetividade da manutenção;

C.7.2.1. Sempre que necessário, as informações históricas deverão ser fornecidas ao Senado Federal;

C.7.2.2. Os parâmetros técnicos a serem registrados serão definidos entre as partes ao longo da contratação, com base na realidade dos sistemas. Inicialmente, deverão ser registrados os parâmetros previstos no plano de manutenção.



SENADO FEDERAL

- C.7.3. Caso seja identificada a necessidade de algum material para conclusão dos serviços previstos, a Contratada deverá informar a Fiscalização para receber a autorização de fornecimento, conforme previsto na Seção D;
- C.7.4. Adicionalmente, caso seja identificada alguma situação atípica e/ou excepcional (por exemplo: falhas em sistemas, descargas de agente limpo, erros graves nos equipamentos etc.), a Fiscalização deverá ser informada imediatamente;
- C.7.5. A fim de garantir a confiabilidade dos sistemas, os serviços de manutenção preventiva serão realizados todos os meses em todos os sistemas em situação operacional;
 - C.7.5.1. Os serviços só serão realizados em sistemas em situação operacional. Caso algum sistema fique fora de funcionamento e não haja manutenção, a Fiscalização poderá cancelar a execução de serviços periódicos. Nesses casos, não haverá faturamento para aquele equipamento;
 - C.7.5.2. Excepcionalmente, com justificativa técnica, o Senado Federal poderá solicitar que alguma manutenção prevista não seja realizada, ou que ela seja adiantada ou postergada.
- C.7.6. Os serviços prestados incluem toda parte logística necessária para execução das atividades, incluindo transporte de funcionários, equipamentos e materiais, entre outros;
- C.7.7. Não haverá pagamento adicional além do que já está previsto nesse Caderno de Especificações Técnicas. Eventuais gastos com alimentação, horas extras, sobreaviso, trabalho noturno, transporte, aluguel de equipamentos e semelhantes são de responsabilidade da Contratada;
- C.7.8. Garantia:
 - C.7.8.1. Os serviços prestados devem ter garantia de pelo menos 90 (noventa) dias corridos, devendo ser refeitos sem custo em caso de falha precoce;
 - C.7.8.2. A garantia não cobre mau uso, incêndio, vandalismo e outras situações semelhantes.

D. MATERIAIS

- D.1. A maior parte das atividades de manutenção requer o uso de materiais específicos – sejam eles módulos, peças, componentes, insumos ou semelhantes. Dessa forma, o fornecimento de materiais é fundamental para realização das atividades de manutenção de forma efetiva e eficiente.
- D.2. Nesse contexto, parte do objeto da contratação é o fornecimento sob demanda dos materiais necessários para realização das atividades no âmbito do contrato.
- D.3. A Tabela 9 descreve os principais materiais previstos para serem disponibilizados para fins de manutenção (*spare parts*).



SENADO FEDERAL

Tabela 9 – Lista de materiais

Subitem	Especificação	Descrição	Unidade	Quantidade p/ 30 meses
2.1	SF-02633	Agente limpo HFC-227ea (FM-200)	kg	100
2.2	SF-02634	Mangueira de acoplamento para cilindro de 49 lbs de HFC-227ea - Sala de Nobreaks do Anexo 2	un	2
2.3	SF-02635	Mangueira de acoplamento para cilindro de 218 lbs de HFC-227ea - Sala de Nobreaks do Prodasen (Sala Y)	un	2
2.4	SF-02636	Solenoide de disparo para cilindro de HFC-227ea Siex	un	1
2.5	SF-02637	Solenoide de disparo para cilindro de HFC-227ea Kidde	un	1
2.6	SF-02638	Pressostato para cilindro de HFC-227ea Kidde	un	1
2.7	SF-02639	Comutador a pressão para sistemas de HFC-227ea	un	1
2.8	SF-02640	Bateria 12 V / 7 Ah para central de incêndio	un	24
2.9	SF-02641	Bateria 12 V / 18 Ah para central de incêndio	un	18
2.10	SF-02642	Filtro para detector precoce Vesda by Xtrails VLF-250	un	3
2.11	SF-02643	Filtro para detector precoce Kidde AirSense Stratos Micra 10	un	8
2.12	SF-02644	Chave de bloqueio/aborto para agente limpo	un	1
2.13	SF-02645	Cabo blindado para sistema de alarme de incêndio 2x1,5 mm2	m	100
2.14	SF-02646	Detector de fumaça para central Notifier NFS-320	un	2
2.15	SF-02647	Base para detector para central Notifier NFS-320	un	2
2.16	SF-02648	Avisador sonoro/visual para central Notifier NFS-320	un	1
2.17	SF-02649	Avisador sonoro/visual para central Notifier NFS-320 – uso externo	un	4
2.18	SF-02650	Chave de disparo manual para central Notifier NFS-320	un	1
2.19	SF-02651	Módulo monitor para central Notifier NFS-320	un	1
2.20	SF-02652	Módulo de saída a relé para central Notifier NFS-320	un	1
2.21	SF-02653	Módulo de controle de extinção para central Notifier NFS-320	un	1
2.22	SF-02654	Placa principal para central Notifier NFS-320	un	1
2.23	SF-02655	Detector de fumaça para central Kidde Aegis	un	2
2.24	SF-02656	Detector termovelocimétrico para central Kidde Aegis	un	1
2.25	SF-02657	Base para detector para central Kidde Aegis	un	2
2.26	SF-02658	Avisador sonoro/visual para central Kidde Aegis	un	1
2.27	SF-02659	Chave de disparo manual para central Kidde Aegis	un	1
2.28	SF-02660	Placa principal para central Kidde Aegis	un	1



SENADO FEDERAL

Subitem	Especificação	Descrição	Unidade	Quantidade p/ 30 meses
2.29	SF-02661	Detector de fumaça para central EST QuickStart	un	40
2.30	SF-02662	Detector termovelocimétrico para central EST QuickStart	un	4
2.31	SF-02663	Base para detector para central EST QuickStart	un	40
2.32	SF-02664	Avisador sonoro/visual para central EST QuickStart	un	10
2.33	SF-02665	Chave de disparo manual para central EST QuickStart	un	10
2.34	SF-02666	Módulo isolador para central EST QuickStart	un	5
2.35	SF-02667	Central de reposição para EST QuickStart	un	1
2.36	SF-02668	Detector de fumaça para central Simplex 4020	un	28
2.37	SF-02669	Base para detector para central Simplex 4020	un	28
2.38	SF-02670	Avisador sonoro/visual para central Simplex 4020	un	5
2.39	SF-02671	Chave de disparo manual para central Simplex 4020	un	5
2.40	SF-02677	Central de reposição para Simplex 4020	un	1

- D.4. O ANEXO 2H – Especificações Consolidadas traz especificações detalhadas dos materiais previstos no âmbito da contratação, a serem fornecidos conforme a efetiva necessidade.
- D.5. As especificações listam as exigências mínimas para os materiais a serem fornecidos. A Contratada poderá fornecer materiais equivalentes ou superiores. Se eventualmente as circunstâncias ou as condições locais tornarem tecnicamente necessária a substituição de algum ferramental especificado, a Fiscalização poderá autorizar o uso de materiais tecnicamente equivalentes, desde que a funcionalidade e a qualidade sejam compatíveis com a especificação original. Não haverá pagamento adicional em caso de fornecimento de material equivalente ou superior.
- D.6. A indicação de marca e modelo configura mera referência comercial, uma vez que sem tal indicação alguns itens se tornam de difícil descrição. Essa referência comercial será indicada quando for fundamental para a fixação do nível de qualidade necessário para tal material ou ferramental. A Contratada somente poderá empregar materiais ou ferramental de fabricantes, marcas, especificações e modelos que possuam qualidade igual ou superior às dos itens referenciados, não sendo aceitos itens de qualidade inferior ou incompatíveis com as especificações. Contudo, não há obrigação de a Contratada fornecer exclusivamente as referências comerciais listadas.
- D.7. Os materiais a serem fornecidos devem sempre ser novos, sem uso, originais e adequados para aplicação, pautados nas normas técnicas e nas boas práticas de engenharia.
- D.8. A logística associada aos materiais faz parte do escopo do fornecimento. Assim, serviços relacionados ao transporte, armazenamento e movimentação dos materiais estão sempre



SENADO FEDERAL

inclusos. Da mesma forma, a guarda e a movimentação dos materiais dentro do Complexo Arquitetônico do Senado Federal são de responsabilidade da Contratada.

D.9. Métrica de pagamento e critérios de recebimento:

- D.9.1. A especificação técnica de cada material contém os critérios de recebimento. Os materiais fornecidos devem seguir as especificações técnicas e atender os critérios de recebimento;
- D.9.2. Só serão pagos os materiais que forem efetivamente utilizados e que atendam às especificações técnicas. A Fiscalização poderá inspecionar o material antes, durante e depois da instalação, e poderá auditar e aferir a quantidade efetivamente utilizada a qualquer momento;
- D.9.3. Ressalta-se que eventuais perdas de material, seja pela forma de fornecimento do fabricante, por erros de instalação ou por outros tipos de dano não serão alvo de faturamento e não serão pagos pelo Senado Federal;
- D.9.4. Caso algum material seja substituído a título de manutenção corretiva sem sucesso (ou seja, constatou-se que a peça instalada não apresentava defeito), o pagamento do material não será autorizado;
 - D.9.4.1. Eventual fornecimento de materiais para testes é de responsabilidade da Contratada;
 - D.9.4.2. Essa condição não se aplica aos materiais substituídos a título de manutenção preventiva.
- D.9.5. O pagamento pelos materiais utilizados ocorrerá mensalmente, em conjunto com os demais pagamentos pelas atividades do contrato. O detalhamento dos materiais utilizados deve constar nos relatórios de serviço entregues mensalmente, a ser analisado pela Fiscalização;
- D.9.6. Caso um material fornecido não atenda às especificações técnicas ou aos critérios de recebimento, ele não será recebido e não poderá ser faturado.

D.10. Consumíveis:

- D.10.1. A Contratada deverá fornecer todos os materiais consumíveis necessários para execução contratual;
- D.10.2. São considerados consumíveis os itens de pequeno valor consumidos durante a execução dos serviços de manutenção ou itens de elevado desgaste, tais como:
 - D.10.2.1. Spray para teste em detectores de fumaça, nitrogênio e ar comprimido, conectores, terminais, etiquetas, abraçadeiras, anilhas, resistores, componentes eletrônicos para reparo de placas (capacitores, transistores, relés etc.), anéis de vedação, colas e adesivos, solventes, álcool, querosene, materiais e produtos para limpeza, estopas, fitas isolantes, fusíveis, limpa contato, parafusos, porcas e arruelas, tubos isolantes termo retráteis, lixas, tinta, desengripante, óleo, inibidor de corrosão;



SENADO FEDERAL

- D.10.3. Excluem-se desses itens os especificamente previstos na tabela de materiais do ANEXO 2A – Planilhas de Composição de Custos do Termo de Referência;
- D.10.4. Os consumíveis devem sempre estar à disposição da equipe técnica da Contratada, e devem ser utilizados sempre que necessário. Não serão admitidos serviços improvisados, atrasos e outros problemas por falta de materiais consumíveis;
- D.10.5. Não haverá pagamento adicional pelos consumíveis utilizados. O custo dos consumíveis deve estar incluso nas demais parcelas da contratação.

D.11. Material do Senado Federal:

- D.11.1. O Senado Federal poderá fornecer o material para execução de qualquer serviço no âmbito do contrato. Nesses casos, a Contratada não fornecerá o material, mas executará todos os serviços associados;
- D.11.2. O material a ser fornecido pelo Senado Federal poderá ser novo ou usado, conforme cada caso. Eventualmente, o Senado Federal poderá solicitar que o material seja testado antes do seu uso efetivo;
- D.11.3. Eventualmente, alguns serviços removerão materiais dos sistemas de detecção, alarme e combate automático de incêndio. A Fiscalização poderá orientar a Contratada a prosseguir com o descarte ou solicitar a devolução do material ao Senado Federal;
- D.11.4. Materiais inservíveis poderão ser removidos e descartados pela Contratada.
- D.11.5. A Contratada deverá informar à Fiscalização sempre que remover materiais em condições de uso, além de materiais com alto valor agregado, mesmo que fora de condições de uso (cabos elétricos etc.);
- D.11.6. A Contratada deverá guardar e controlar os materiais removidos, até que a Fiscalização determine o destino a ser dado;
- D.11.7. Aplicam-se as orientações de descarte de resíduos ou logística reversa para todos os materiais removidos a serem descartados, conforme orientações do ANEXO 2G – Diretrizes de Segurança, Meio Ambiente e Saúde – SMS. Eventualmente, a Contratada deverá armazenar temporariamente os resíduos gerados para providenciar a destinação correta.

D.12. Garantia:

- D.12.1. Os materiais devem ter garantia de pelo 90 (noventa) dias corridos contra defeitos de fabricação, devendo ser substituídos sem custo em caso de falha precoce;
- D.12.2. A substituição em garantia inclui a mão de obra técnica necessária para realização da troca da peça;
- D.12.3. A garantia não cobre mau uso, incêndio, vandalismo e outras situações semelhantes.



SENADO FEDERAL

E. SUPORTE TÉCNICO

- E.1. O serviço de suporte técnico consiste na disponibilidade da equipe especializada para sanar dúvidas referente à utilização e operação dos sistemas de detecção, alarme e combate automático a incêndio.
- E.2. O suporte técnico também deverá dirimir dúvidas relacionadas à manutenção e prestar auxílio na elaboração de procedimentos operacionais dos equipamentos, de tal forma que a equipe residente do Senado Federal possa utilizar de forma mais efetiva os equipamentos instalados.
- E.3. A título exemplificativo, dentre as principais demandas ao suporte técnico, esperam-se que sejam tratadas questões como:
 - E.3.1. Identificação, silenciamento e reconhecimento de alarmes;
 - E.3.2. Procedimentos de bloqueio/desbloqueio dos sistemas de combate automático de incêndio;
 - E.3.3. Procedimentos para energização/desligamento dos sistemas;
 - E.3.4. Dúvidas sobre o significado e o procedimento a ser seguido em casos de falhas e erros na central.
- E.4. O atendimento ocorrerá preferencialmente por e-mail. Eventualmente, o atendimento poderá ser complementando por telefone, videoconferência ou reuniões presenciais.
- E.5. O atendimento ocorrerá em horário comercial, podendo se estender para outros dias/horários se houver concordância de ambas as partes.
- E.6. Não haverá faturamento adicional para os serviços de suporte técnico.

F. AGENDAMENTOS DE SERVIÇOS E PRAZOS DE ATENDIMENTO

- F.1. Parte do serviço a ser prestado inclui o apoio logístico e operacional para agendamento de manutenções. A Contratada deverá trabalhar ativamente para agendar os serviços necessários para manutenção dos sistemas, observando o plano de manutenção, o intervalo entre as manutenções, a necessidade de cada equipamento e a dinâmica do Senado Federal.
 - F.1.1. As manutenções e intervenções só ocorrerão com aprovação prévia da Fiscalização, nas datas e horários previamente acordados.
- F.2. Os serviços a serem prestados deverão ser agendados pela Contratada com pelo menos 2 (dois) dias úteis de antecedência.
 - F.2.1. A forma preferencial de agendamento dos serviços é por e-mail;
 - F.2.2. A Contratada deverá informar ao Senado Federal os dados necessários para liberação do acesso dos técnicos e dos veículos;



SENADO FEDERAL

- F.2.3. Excepcionalmente, em casos justificados e caso não haja prejuízo para o Senado Federal, a Fiscalização poderá autorizar agendamentos em prazos inferiores aos especificados.
- F.3. As datas exatas das manutenções ocorrerão conforme a disponibilidade da equipe da Contratada e a necessidade do Senado Federal. Em linhas gerais, a Contratada terá liberdade para propor datas. Contudo, o Senado Federal poderá impor restrições devido à atividade legislativa, ou solicitar a presença em datas específicas, buscando otimizar as janelas de intervenção.
- F.3.1. As restrições dependerão da agenda específica do Senado Federal, mas geralmente se restringem a alguns sistemas em dias/horários específicos.
- F.4. As manutenções de grande porte buscam alinhamento com os períodos de menor atividade no Senado Federal, que costumam ser em julho e em dezembro/janeiro. Dessa forma, os agendamentos das manutenções mais complexas serão feitos preferencialmente próximos dessas datas. Para que esse calendário seja cumprido, é natural que eventualmente algumas manutenções sejam adiantadas e outras adiadas.
- F.5. Deverá ocorrer pelo menos uma manutenção por sistema por mês.
- F.5.1. É de responsabilidade da Contratada gerenciar a agenda para garantir que o atendimento técnico seja concluído na periodicidade adequada, observando inclusive as atividades previstas no Plano de Manutenção;
- F.5.2. O período entre manutenções deve ser de aproximadamente 30 (trinta) dias. Períodos menores ou maiores poderão ser autorizados excepcionalmente pela Fiscalização;
- F.5.3. Eventualmente, os relatórios poderão ser apresentados após a conclusão do atendimento técnico, inclusive em meses subsequentes. Os faturamentos só serão autorizados após a apresentação dos respectivos relatórios.
- F.6. Para os serviços de suporte técnico, o prazo de atendimento é de 2 (dois) dias úteis.
- F.7. Para fins de controle de prazo de execução dos serviços, a data de conclusão será a de finalização dos serviços de campo, não levando em consideração os prazos para elaboração de documentos, relatórios e semelhantes. Já para materiais, o prazo de entrega será a data em que o material for entregue no Senado Federal.
- F.8. Após a execução de qualquer tipo de serviço, o prazo para apresentação do relatório de atendimento é de 30 (trinta) dias corridos, a contar da conclusão das atividades de campo.
- F.8.1. Os faturamentos só serão autorizados após a análise e a aprovação dos respectivos relatórios.
- F.9. Para materiais, o prazo para fornecimento será de 30 (trinta) dias corridos, a contar da autorização ou da solicitação pela Fiscalização.
- F.10. Para serviços sob demanda (incluindo manutenções corretivas e testes), o prazo para início das atividades será de 30 (trinta) dias corridos, a contar da autorização ou da



SENADO FEDERAL

solicitação pela Fiscalização. O prazo para conclusão das atividades será de 15 (quinze) dias corridos, a contar do início das atividades, exceto nos casos em que outro prazo for explicitamente indicado.

- F.11. Para os serviços de manutenção periódica, a execução do serviço deverá ocorrer ao longo de cada mês, ou seja, entre o dia 1º e o último dia do mês de referência.
- F.12. Excepcionalmente, em casos justificados e caso não haja prejuízo para o Senado Federal, a Fiscalização poderá dilatar os prazos para suporte técnico, entrega de relatórios, fornecimento de materiais e execução de serviços.

G. RESTRIÇÕES OPERACIONAIS

- G.1. As atividades previstas no contrato estão voltadas a garantir o bom funcionamento dos sistemas de detecção, alarme e combate automático de incêndio do Senado Federal. Contudo, as atividades também devem ser realizadas buscando minimizar ou eliminar o impacto nas atividades do Senado Federal.
- G.2. Assim, é de responsabilidade da Contratada organizar os serviços e as frentes de trabalho tendo em vista as diversas restrições operacionais que naturalmente existem no Senado Federal. Em última instância, as atividades de manutenção devem ter impacto mínimo nas atividades do Senado Federal, porém sem deixar de lado a boa técnica de engenharia.
- G.3. O principal instrumento para reduzir o impacto deve ser o bom planejamento. Atividades com potencial de incômodo devem ser realizadas em consonância com a agenda do Senado Federal, buscando eliminar (ou eventualmente reduzir) o impacto das manutenções.
- G.4. A manutenção não deve interferir com as atividades regulares da Instituição. Dessa forma, o agendamento das atividades deverá ser feito contornando as restrições impostas pela rotina do Senado Federal.
- G.5. Em linhas gerais, as manutenções não poderão ser realizadas quando houver sessões legislativas, eventos e outras atividades de grande movimentação no Senado Federal, exceto em casos autorizados pela Fiscalização.
- G.6. Os sistemas de detecção, alarme e combate automático de incêndio poderão ser desligados temporariamente para fins de manutenção, desde que a Fiscalização seja previamente informada.
- G.7. Os serviços rotineiros (testes, inspeções etc.) poderão ser realizados durante o horário comercial. Contudo, serviços especiais (com alto nível de incomodo e/ou interferência, como alto nível de ruído e necessidade de deslocamento de móveis) devem ser agendados para noites, madrugadas, finais de semana ou feriados, a critério da Fiscalização. Testes de sirenes e demais dispositivos de alerta deverão ser autorizados pela Fiscalização, sendo agendados com antecedência, preferencialmente em dias/horários fora do horário comercial.



SENADO FEDERAL

- G.8. As manutenções com maior impacto deverão ser agendadas em conjunto com a Fiscalização para os períodos de recesso parlamentar (mês de janeiro e últimas semanas de julho), tendo em vista a atividade reduzida nas edificações durante esse período.
- G.9. Independente do previsto nesta Seção, as atividades de manutenção só poderão ocorrer com autorização prévia da Fiscalização. Caberá a Contratada contornar as restrições de dias/horários impostas pela rotina do Senado Federal, mesmo que isso implique em atividades fora do horário comercial. Não haverá pagamento adicional por parte do Senado Federal para serviços realizados em horários alternativos.
- G.10. Ressalta-se que, mesmo com as restrições acima, a expectativa é que a maior parte das atividades seja de fato realizável durante o horário comercial.
- G.11. Áreas Técnicas:
- G.11.1. Nas áreas técnicas, os sistemas de detecção, alarme e combate automático de incêndio protegem equipamentos e cargas críticas que funcionam de forma ininterrupta, o que limita as possíveis janelas de intervenção, buscando sempre a redução máxima do risco operacional;
 - G.11.2. Os equipamentos (quadros elétricos, transformadores, nobreaks e semelhantes) estão instalados em áreas técnicas críticas do Senado Federal, com funcionamento contínuo (24h por dia / 7 dias por semana) o que impossibilita a realização de desligamentos rotineiros. Trata-se de salas com equipamentos elétricos energizados e climatização, que não podem ter seu funcionamento interrompido, exceto em casos excepcionais;
 - G.11.3. Assim, as manutenções rotineiras serão normalmente feitas com todos os sistemas (elétrico, climatização etc.) da sala energizados e operando normalmente. Somente o SDACI poderá ser desligado para fins de manutenção, e mesmo assim pelo menor período possível;
 - G.11.4. A contratada deverá providenciar condições para realizar a manutenção, incluindo inspeções, testes e substituições de materiais, sem a necessidade de intervenção nos demais equipamentos e sistemas da sala. Nesse contexto, caberá à Contratada a disponibilização de ferramental, meios de acesso e EPIs especiais para viabilizar esse tipo de serviço;
 - G.11.5. Caso a contratada entenda que mesmo assim exista algum risco aos equipamentos instalados no local ou aos trabalhadores que realizarão a manutenção, a Fiscalização deverá ser previamente alertada. A não realização dos serviços poderá ser autorizada em situações excepcionais, analisadas caso a caso. Da mesma forma, a Contratada será responsabilizada e eventualmente penalizada por colocar em risco seus trabalhadores, os equipamentos e o funcionamento do local caso não tome as medidas de proteção adequadas;
 - G.11.6. Eventuais desligamentos do sistema elétrico e de climatização das áreas técnicas poderão ocorrer de forma planejada, de forma semestral, para manutenções de maior porte. Essas janelas ocorrerão preferencialmente em noites, madrugadas,



SENADO FEDERAL

finais de semana ou feriados, a critério da Fiscalização. Vale destacar que as janelas de desligamentos são utilizadas para manutenções em diversos sistemas, então outras equipes técnicas poderão atuar simultaneamente nesses locais;

- G.11.7. Durante a manutenção, a Contratada deverá tomar todos os cuidados necessários para evitar descargas acidentais do agente limpo de combate a incêndio (FM-200). Caso uma descarga acidental ocorra durante a manutenção, todo custo de recarga será arcado pela Contratada. Penalidades adicionais poderão ser aplicadas, nos termos do edital. Da mesma forma, todos os cuidados (inclusive treinamento específico, se for o caso) para atuação em um ambiente crítico deverão ser adotados. A responsabilidade por eventual dano aos equipamentos do Senado Federal ou pela indisponibilidade dos equipamentos instalados nas salas técnicas por erro ou negligência da Contratada será da própria empresa, podendo ensejar a aplicação de penalidades contratuais, bem como o ressarcimento dos danos causados ao Senado Federal.

H. PAGAMENTO

- H.1. Em linhas gerais, o procedimento para pagamento seguirá a seguinte lógica, em um ciclo mensal:
- H.1.1. Agendamento e solicitação de autorização prévia para execução de serviços e fornecimento de materiais (Contratada);
 - H.1.2. Execução dos serviços (Contratada);
 - H.1.3. Entrega de relatórios (Contratada);
 - H.1.4. Análise dos relatórios (Fiscalização);
 - H.1.5. Início do processo de pagamento e emissão de NF, após aprovação dos relatórios.
- H.2. Antes da execução de qualquer serviço ou fornecimento de materiais, a Contratada deverá receber a aprovação da Fiscalização, confirmando o agendamento do serviço ou autorizando o fornecimento do material.
- H.3. Os serviços executados deverão ser acompanhados de relatórios específicos, conforme especificação da Seção I. Esses relatórios devem detalhar também os materiais utilizados nessas atividades.
- H.4. O relatório técnico apresentado, bem como os serviços executados e os materiais fornecidos, serão analisados pela Fiscalização.
- H.4.1. Caso os relatórios não sejam aprovados, caberá à Contratada realizar os ajustes necessários e reapresentar os relatórios, até que estes sejam aprovados;
 - H.4.2. Adicionalmente, os serviços prestados e os materiais empregados poderão ser auditados para certificação quando à qualidade e ao alinhamento com as especificações técnicas;



SENADO FEDERAL

- H.4.3. O processo de recebimento dos serviços e faturamento/pagamento será iniciado somente após conclusão dos serviços e a aprovação dos relatórios.
- H.5. Os faturamentos ocorrerão de forma mensal.
 - H.5.1. Caso algum relatório fique pendente, poderão ser realizados faturamentos parciais. Após apresentação e aprovação do relatório faltante, o faturamento pendente será liberado;
 - H.5.2. Caso os relatórios não sejam aprovados, caberá à Contratada realizar os ajustes necessários e reapresentar os relatórios, até que estes sejam aprovados.
- H.6. As notas fiscais emitidas devem seguir rigorosamente a legislação fiscal vigente, inclusive no que se refere à discriminação de materiais e serviços, conforme o caso.
 - H.6.1. As notas fiscais devem detalhar as quantidades de materiais empregados e os serviços efetivamente prestados.

I. RELATÓRIOS DE MANUTENÇÃO E EXECUÇÃO CONTRATUAL

- I.1. Após a execução de cada serviço, deverá ser apresentado um relatório de execução específico, conforme exposto na Seção C. O objetivo desse relatório é registrar o que de fato foi executado, além de formalizar medições e inspeções realizadas e eventuais observações sobre o sistema.
- I.2. Diversos serviços poderão ser consolidados em um único relatório, desde que este contenha todas as informações exigidas.
 - I.2.1. A Fiscalização poderá solicitar que os relatórios sejam separados por serviço, conforme o caso.
- I.3. A responsabilidade pela elaboração dos relatórios será do Responsável Técnico. Todos os relatórios devem ser obrigatoriamente assinados pelo RT do Contrato.
- I.4. Os relatórios devem ser objetivos e organizados, buscando registrar de forma sintética o que ocorreu na manutenção, além de realizar o controle/planejamento das próximas manutenções.
- I.5. Os relatórios de manutenção devem observar as previsões da norma ABNT NBR 17240.
- I.6. Os relatórios devem conter, no mínimo, as seguintes informações:
 - I.6.1. Nome da empresa e número do contrato com o Senado Federal;
 - I.6.2. Data e hora dos serviços realizados;
 - I.6.3. Sistema onde a manutenção foi realizada (conforme ANEXO 2D – Detalhamento Técnico dos Sistemas Existentes);
 - I.6.4. Relação da equipe técnica que executou o serviço em campo;
 - I.6.5. Condição de funcionamento do sistema ao final da manutenção (operacional sem falhas, operacional com falhas, operacional com necessidade de troca de materiais etc.);



SENADO FEDERAL

- I.6.6. Resumo das atividades realizadas e de eventuais problemas identificados (e ações tomadas para solucionar os problemas);
- I.6.7. Relação de materiais utilizados, se for o caso, ou o registro de que não foram empregados materiais;
- I.6.8. Relatórios de campo, se existentes;
- I.6.9. Assinatura do responsável técnico.
- I.7. Para os relatórios de manutenção periódica, também devem ser incluídos:
 - I.7.1. Itens do plano de manutenção executados na visita;
 - I.7.2. Medições e registros realizados na visita;
 - I.7.3. Controle de dispositivos (detectores, disparadores etc.) testados – indicar data do último teste;
 - I.7.4. Controle do plano de manutenção – indicar datas das últimas manutenções de cada item do plano;
 - I.7.5. Fotos da manutenção, se necessário;
 - I.7.6. Reparos e substituições de materiais, se for o caso.
- I.8. Para os relatórios de manutenção corretiva, também devem ser incluídos:
 - I.8.1. Diagnóstico do defeito;
 - I.8.2. Detalhamento dos reparos realizados;
 - I.8.3. Fotos de materiais trocados e reparos realizados, se for o caso.
- I.9. Para relatórios de recarga de agente limpo HFC-227ea (FM-200), também devem ser incluídos:
 - I.9.1. Dados do cilindro (fabricante, volume, peso, número de série etc.);
 - I.9.2. Dados do local de realização da recarga (nome do laboratório, localização etc.);
 - I.9.3. Dados agente limpo utilizado (fabricante, lote etc.);
 - I.9.4. Data do serviço;
 - I.9.5. Fotos de inspeção do cilindro;
 - I.9.6. Fotos do serviço (materiais trocados, testes realizados etc.);
 - I.9.7. Fotos da carga de gás (medição de peso e pressão antes e depois da recarga);
 - I.9.8. Laudo de recarga, conforme padrão da oficina/laboratório para esse tipo de serviço. Observação: caso as informações listadas acima já estejam no laudo, não haverá necessidade de incluí-las novamente no relatório de recarga.
- I.10. Ressalta-se que, buscando a eficiência da contratação, as informações e os detalhamentos previstos nos relatórios podem ser alterados, a critério da Fiscalização. Caberá à Contratada sugerir melhorias e alterações conforme cada caso. Da mesma forma, serviços



SENADO FEDERAL

mais complexos (manutenções semestrais, anuais, recargas de cilindros etc.) poderão exigir a inclusão outros tópicos e informações adicionais.

J. FERRAMENTAL MÍNIMO

- J.1. Todos os equipamentos, ferramentas e instrumentos necessários e adequados para execução dos serviços deverão ser providenciados no escopo da contratação, sem faturamento adicional.
- J.2. O ferramental deve necessariamente incluir computadores, associados a *softwares* e cabos específicos para comunicação com todos os sistemas a serem mantidos, além de equipamento especializado para realização testes funcionais nos sistemas mantidos;
- J.3. O ferramental disponibilizado deve buscar maximizar a produtividade do técnico em campo;
- J.4. A contratada não poderá deixar de executar nenhum serviço contratado por alegação de falta de ferramental ou EPI.
- J.5. Senhas e eventuais licenças de *software* também fazem parte do ferramental mínimo da Contratada.
 - J.5.1. O Senado Federal não possui as senhas para acesso e/ou manutenção dos sistemas a serem mantidos. É de responsabilidade da Contratada providenciar, 'resetar' e/ou recuperar eventuais senhas;
 - J.5.2. As senhas deverão ser repassadas para o Senado Federal.
- J.6. A Contratada e sua equipe de campo deverá contar com o ferramental descrito a seguir. Eventuais complementos poderão ser necessários conforme cada serviço a ser executado, e será responsabilidade da Contratada providenciá-los.
 - J.6.1. Computador portátil (*notebook*);
 - J.6.2. *Softwares* e cabos específicos para acesso às centrais de alarme de incêndio;
 - J.6.3. *Softwares* e cabos específicos para acesso aos subsistemas de detecção precoce de fumaça;
 - J.6.4. Ferramenta para teste de detectores de fumaça, com bastão para permitir o teste a partir do solo (referência comercial: Solo 330-001, com bastão Solo 100-001);
 - J.6.5. Ferramenta para teste de detectores de calor, com bastão para permitir o teste a partir do solo (referência comercial: Solo 460-001, com bastão Solo 100-001);
 - J.6.6. Ferramenta para remoção de detectores com bastão (referência comercial: Solo 200-001, com bastão Solo 100-001);
 - J.6.7. Crimpador de terminais;
 - J.6.8. Rotuladora;
 - J.6.9. Aspirador de pó, adequado para limpeza dos sistemas;



SENADO FEDERAL

- J.6.10. Compressor de ar portátil, com reservatório, mangueiras e bicos associados, adequado para limpeza dos sistemas;
- J.6.11. Escada, fabricada em material não condutor (fibra de vidro), carga de trabalho de pelo menos 120 kg e sapatas de borracha. Altura conforme a aplicação e necessidade dos serviços de manutenção;
- J.6.12. Balança digital, para medição de peso dos cilindros de agente limpo, com resolução mínima de 0,1 kg e certificado de calibração RBC/Inmetro válido;
- J.6.13. Câmera digital, com resolução e qualidade adequada para os relatórios;
- J.6.14. Multímetro CAT III 600 V, True-RMS, com capacidade de:
 - J.6.14.1. Medição de tensão AC (acurácia de 1%);
 - J.6.14.2. Medição de tensão DC (acurácia de 0,5%);
 - J.6.14.3. Medição de corrente AC (acurácia de 1,5%);
 - J.6.14.4. Medição de corrente DC (acurácia de 1%);
 - J.6.14.5. Medição de resistência (acurácia de 1%);
 - J.6.14.6. Medição de frequência, continuidade, diodo e capacitância;
 - J.6.14.7. Função máximo/mínimo/média;
 - J.6.14.8. Referência comercial: Fluke 115.
- J.6.15. Equipamentos para limpeza (vassouras, espanadores, panos etc.);
- J.6.16. Chave de abertura de painel elétrico;
- J.6.17. Dispositivos de bloqueio de disjuntores (caixa moldada e padrão DIN), acompanhados de cadeado e etiqueta de alerta;
- J.6.18. Conjunto de ferramentas manuais para manutenção, incluindo:
 - J.6.18.1. Jogo de chaves fenda e Philips;
 - J.6.18.2. Jogo de soquetes e chave catraca;
 - J.6.18.3. Jogo de chave hexagonal (*allen*);
 - J.6.18.4. Alicates de corte;
 - J.6.18.5. Alicate universal;
 - J.6.18.6. Alicate bico fino.
- J.6.19. Demais ferramentas, instrumentos e equipamentos necessários para manutenção e diagnóstico dos sistemas, incluindo chaves específicas, conforme a necessidade.
- J.7. Todos os instrumentos de medição utilizados devem estar devidamente calibrados no momento da utilização;



SENADO FEDERAL

- J.7.1. Os instrumentos de medição incluem instrumentos como multímetros, amperímetros e torquímetros, além de outras ferramentas semelhantes necessárias para realização de apertos e medições;
- J.7.2. Os intervalos de calibração devem seguir o recomendado pelo fabricante do equipamento.

K. EQUIPE TÉCNICA

- K.1. Todos os serviços de campo deverão ser executados por equipe técnica especializada, com treinamento para manutenção em sistemas de incêndio.
- K.2. Os técnicos de campo deverão estar familiarizados com ambientes de missão crítica e com a realização de trabalhos em ambientes com proteção de incêndio com agentes limpos e detecção precoce de incêndio.
- K.3. Os técnicos de campo devem contar com todo o ferramental adequado para a execução dos serviços da forma recomendada pelos fabricantes.
 - K.3.1. Os atendimentos devem sempre acontecer com todo o ferramental necessário para manutenção, medição e diagnóstico plenamente disponível;
 - K.3.2. O sistema de diagnóstico, composto por computador, *software* específico e cabos para conexão com o equipamento, deve estar disponível em todos os atendimentos;
 - K.3.3. Além das ferramentas manuais adequadas, devem estar disponíveis instrumentos de medição próprios para agilizar as medições e os diagnósticos.
- K.4. Os técnicos de campo devem contar, sempre que necessário, com o apoio (presencial ou remoto) do responsável técnico, auxiliando em diagnósticos mais complexos ou passando orientações em situação especiais.

L. SEGURANÇA DO TRABALHO

- L.1. A Contratada deverá se responsabilizar integralmente pelos aspectos de segurança do trabalho dos serviços executados, nos termos da legislação vigente, adotando as melhores práticas de engenharia.
- L.2. Parte dos serviços serão realizados em áreas com risco elétrico. Além disso, parte das atividades também poderá envolver trabalho em altura e outros riscos ocupacionais que precisam de uma avaliação especializada.
- L.3. Dessa forma, antes de efetivamente iniciar os serviços, a Contratada deverá realizar um estudo de segurança do trabalho, analisando de forma objetiva os riscos e as formas de contorno.
 - L.3.1. O estudo deverá ser realizado e assinado Engenheiro de Segurança do Trabalho;
 - L.3.2. O estudo deve conter:
 - L.3.2.1. Principais riscos identificados;



SENADO FEDERAL

- L.3.2.2. Soluções de segurança a serem adotadas, como EPIs a serem utilizados, ferramental especial e procedimentos de segurança a serem adotados;
- L.3.2.3. Treinamentos a serem realizados pela equipe que irá executar as atividades.
- L.3.3. O estudo poderá ser dividido entre áreas técnicas e áreas prediais, ou em cada sistema previsto no escopo da contratação, a critério do responsável pela elaboração. O estudo deve necessariamente abranger todas as áreas que necessitem de intervenção no escopo do contrato;
- L.3.4. O estudo deverá solucionar as questões relacionadas à segurança do trabalho, considerando as restrições descritas na Seção G. Não serão aceitas soluções que afetem a continuidade operacional das instalações do Senado Federal – as soluções devem contornar essas restrições de forma efetiva e segura;
- L.3.5. O estudo deverá ser analisado e aprovado pela Fiscalização, que poderá solicitar revisões e correções conforme as normas vigentes e a melhores práticas de engenharia.
- L.4. Associado ao estudo, deverá ser emitida uma Anotação de Responsabilidade Técnica específica para as questões relacionadas à segurança do trabalho no âmbito da contratação, conforme previsto na Seção M.
- L.5. O acompanhamento em campo de técnico de segurança do trabalho ou engenheiro de segurança do trabalho ficará a critério do Responsável Técnico pela segurança.
 - L.5.1. Para as atividades de rotina, não há obrigatoriedade por parte do Senado Federal de acompanhamento em campo, desde que devidamente analisadas e documentadas no estudo de segurança;
 - L.5.2. Atividades especiais não previstas no estudo de segurança ou cuja condições operacionais demonstrem um nível elevado de risco poderão necessitar de análise complementar e/ou acompanhamento de campo, conforme cada caso, a ser discutido entre o Responsável Técnico pela segurança do trabalho e a equipe de segurança do trabalho do Senado Federal.
- L.6. O estudo de segurança do trabalho deverá ser entregue em até 30 (trinta) dias corridos após a data de início das atividades, conforme previsto no item N.1.
- L.7. Para a equipe que irá executar atividades em áreas de risco elétrico, os certificados de conclusão do curso de NR-10 deverão ser entregues em até 30 (trinta) dias corridos após a data de início das atividades, conforme previsto no item N.1.
- L.8. A equipe do Senado Federal irá monitorar a execução dos serviços no quesito de segurança do trabalho.
 - L.8.1. Caso a equipe do Senado entenda que a execução não é segura, o serviço poderá ser interrompido e a situação será alinhada com a Contratada;



SENADO FEDERAL

- L.8.2. Conforme a necessidade, a Contratada deverá providenciar a documentação referente à segurança do trabalho, incluindo certificados de treinamento e Análises Preliminares de Risco (APRs), projetos de segurança do trabalho e outras documentações complementares.
- L.9. Além das diretivas previstas nesta seção, aplicam-se as orientações previstas no ANEXO 2G – Diretrizes de Segurança, Meio Ambiente e Saúde – SMS.
- L.10. Áreas técnicas
 - L.10.1. Nas áreas técnicas, a maior parte dos serviços ocorrerá com as instalações energizadas. Contudo, essa restrição deverá ser contornada de forma segura, pois será parte da rotina de manutenção;
 - L.10.1.1. Serviços especiais que exijam desligamentos deverão ser discutidos e aprovados previamente pela equipe do Senado Federal, e ocorrerão de forma excepcional.
 - L.10.2. As salas onde os equipamentos estão instalados possuem as seguintes características especiais:
 - L.10.2.1. Tensão das instalações: 13,8 kV e 380 V;
 - L.10.2.2. Correntes de curto-circuito: variadas entre 30 kA e 90 kA, a depender do ponto da instalação;
 - L.10.2.3. Risco de arco elétrico, com alguns painéis com certificação contra arco elétrico conforme IEC 61641 e detecção de arco;
 - L.10.2.4. Painéis elétricos com idades variadas (maior parte fabricada entre 2016 e 2017);
 - L.10.2.5. Aterramento elétrico das instalações.
 - L.10.3. O risco de arco elétrico deve ser considerado, mesmo estando fora da norma brasileira. Nesse caso, deve-se utilizar as normas internacionais aplicáveis;
 - L.10.4. A fim de atender o padrão de segurança do Senado Federal, as equipes devem contar no mínimo com os treinamentos/equipamentos listados abaixo:
 - L.10.4.1. Treinamento NR-10 válido;
 - L.10.4.2. Equipamentos de proteção individual conforme a necessidade (capacete, óculos de proteção etc.);
 - L.10.4.3. Botas isolantes;
 - L.10.4.4. Roupas de proteção antichama classe 2.
 - L.10.5. Os EPIs providenciados deverão atender as exigências legais vigentes, inclusive as normas do Ministério do Trabalho, e deverão estar dentro da validade.



SENADO FEDERAL

M. RESPONSÁVEIS TÉCNICOS E ANOTAÇÕES DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

- M.1. A Contratada deverá contar com pelo menos um Responsável Técnico, com formação em engenharia, que deverá se responsabilizar pela execução dos serviços, dos procedimentos de campo adotados e pela qualidade e efetividade das manutenções e intervenções realizadas nos sistemas do Senado Federal.
- M.1.1. O responsável técnico deve ter registro válido e regular junto ao CREA;
- M.1.2. O responsável técnico deverá fazer parte do quadro de funcionários da empresa contratada, além de ser responsável técnico da Contratada registrado no CREA;
- M.1.3. O responsável técnico deverá ter acervo técnico compatível com o exigido para fins de habilitação da contratada no momento da licitação;
- M.1.4. A critério da empresa, o contrato poderá ter mais de um responsável técnico.
- M.2. Adicionalmente, a Contratada deverá contar com pelo menos um Responsável Técnico de segurança do trabalho, com especialização em engenharia de segurança do trabalho, que deverá se responsabilizar pela segurança do trabalho das atividades realizadas no âmbito da contratação.
- M.2.1. O responsável técnico deve ter registro válido e regular junto ao CREA;
- M.2.2. A critério da empresa, o contrato poderá ter mais de um responsável técnico de segurança do trabalho;
- M.2.3. O responsável técnico de segurança do trabalho poderá ser o mesmo responsável técnico pelas atividades de manutenção;
- M.2.4. Não há necessidade de o responsável técnico de segurança do trabalho fazer parte do quadro da empresa contratada.
- M.3. Os Responsáveis Técnicos deverão realizar uma vistoria presencial, em campo, em até 30 (trinta) dias corridos após a data de início das atividades, conforme previsto no item N.1. A vistoria deverá inspecionar os equipamentos e instalações e deve servir de base para orientar a equipe de campo que realizará os serviços. Novas vistorias e o acompanhamento presencial de atividades de maior complexidade poderão ser solicitadas pela Fiscalização, conforme o caso.
- M.3.1. O Responsável Técnico pela manutenção deverá realizar pelo menos uma vistoria em campo a cada 12 (doze) meses, a contar da última vistoria realizada.
- M.4. É de responsabilidade dos Responsáveis Técnicos acompanhar continuamente execução das atividades, seja presencialmente, por fotos ou por meio de reuniões com sua equipe técnica, garantido que elas estejam sendo feitas de maneira tecnicamente adequada. Além disso, os Responsáveis Técnicos devem se reportar diretamente à Fiscalização sempre que necessário. Eventuais reuniões técnicas entre a Contratada e a Fiscalização devem contar com a presença dos Responsáveis Técnicos sempre que necessário.



SENADO FEDERAL

M.5. Deverão ser apresentadas as Anotações de Responsabilidade Técnica (ARTs) referente às atividades a serem executadas no âmbito da contratação, conforme padrão apresentado no item M.7.

M.5.1. Os Responsáveis Técnicos deverão emitir as ARTs listadas abaixo:

M.5.1.1. ART referente aos serviços de manutenção dos sistemas de detecção, alarme e combate automático a incêndio no âmbito dessa contratação;

M.5.1.2. ART de segurança do trabalho dos serviços realizados no âmbito da contratação;

M.5.1.3. Caso o mesmo profissional seja o responsável técnico pela manutenção e pela segurança do trabalho, uma única ART poderá ser emitida, desde que deixe claro o escopo de atuação do profissional.

M.5.2. Antes do registro definitivo de qualquer ART, o rascunho deverá ser preenchido e apresentado para a Fiscalização. O registro só poderá ocorrer após aprovação do conteúdo pela Fiscalização;

M.5.3. O prazo para registro das ARTs obrigatórias é de até 30 (trinta) dias corridos após a data de início das atividades, conforme previsto no item N.1;

M.5.4. As ARTs devem ser válidas por todo período de execução contratual;

M.5.5. Em caso de renovação contratual ou outra alteração semelhante, as ARTs devem ser atualizadas. A prazo para apresentação das novas ART é de 30 (trinta) dias corridos após a publicação do ajuste;

M.5.6. Em caso de substituição de algum Responsável Técnico, a Contratada terá 30 (trinta) dias corridos após a saída do responsável técnico anterior para apresentar a ART do substituto;

M.5.7. Será considerada a data de registro efetivo da ART no CREA-DF, quando a ART já estiver disponível para consulta de situação junto ao CREA-DF. Dessa forma, não serão aceitos comprovantes de envio de ART e comprovantes de pagamento como forma de comprovação do registro. A Contratada deverá se organizar para cumprir os prazos, observando inclusive os prazos bancários e do CREA-DF para registro dos documentos;

M.5.8. As ARTs devem ser sempre apresentadas para a Fiscalização assinadas em pelo menos duas vias. Uma via será retida para registro interno do Senado Federal;

M.5.9. As ARTs serão assinadas pela Fiscalização. Contudo, é de responsabilidade da Contratada a apresentação, a coleta das assinaturas e a armazenagem da documentação.

M.6. O Senado Federal não ressarcirá a Contratada pelos custos de emissão das ARTs.

M.7. As ARTs devem seguir o seguinte padrão de conteúdo:

M.7.1. Dados do Contrato:



SENADO FEDERAL

- M.7.1.1. **Contratante:** Senado Federal;
- M.7.1.2. **CNPJ:** 00.530.279/0001-15;
- M.7.1.3. **Endereço:** Praça dos Três Poderes;
- M.7.1.4. **Número:** S/N;
- M.7.1.5. **Bairro:** Zona Cívico-Administrativa;
- M.7.1.6. **CEP:** 70165-900;
- M.7.1.7. **E-mail:** sinfra@senado.leg.br;
- M.7.1.8. **Fone:** (61) 3303-1415;
- M.7.1.9. **Contrato:** Conforme número do Senado (exemplo: 999/2020);
- M.7.1.10. **Celebrado em:** Conforme data da assinatura do contrato;
- M.7.1.11. **Valor da obra/serviço:** Conforme valor global do contrato,
- M.7.2. **Dados da Obra/Serviço:**
 - M.7.2.1. **Endereço/dados do proprietário:** mesmos conteúdos dos Dados do Contrato, listados acima;
 - M.7.2.2. **Coordenadas Geográficas:** Latitude -15.797778 / Longitude -47.864167 (alternativamente, Latitude 15° 47' 52" S / Longitude 47° 51' 51" O);
 - M.7.2.3. **Finalidade:** Outra;
 - M.7.2.4. **Código/Obra Pública:** *em branco*.
- M.7.3. **Declaração de acessibilidade:** Não (*Não se aplica*);
- M.7.4. **Observações da ART (manutenção):** “ART referente às atividades de operação e manutenção dos sistemas de detecção e combate automático a incêndio do Senado Federal, conforme Edital do Pregão Eletrônico XXX/2021 (processo 00200.XXXXXXX/AAAA-XX) e Contrato XXX/2021. Detalhes da contratação disponíveis no Portal da Transparência do Senado Federal”. *Observação: alterar os campos conforme os dados efetivos da contratação, a serem fornecidos pelo Senado Federal;*
- M.7.5. **Observações da ART (segurança do trabalho):** “ART referente às atividades de segurança do trabalho no âmbito do Contrato XXX/2021 (manutenção de sistemas de incêndio do Senado Federal), conforme Edital do Pregão Eletrônico XXX/2021 (processo 00200.XXXXXXX/AAAA-XX). Detalhes da contratação disponíveis no Portal da Transparência do Senado Federal”. *Observação: alterar os campos conforme os dados efetivos da contratação, a serem fornecidos pelo Senado Federal;*
- M.7.6. O texto do campo “observações” deve necessariamente citar o número do processo, o número do contrato e o número do Pregão Eletrônico.



SENADO FEDERAL

Eventualmente, o texto pode ser alterado ou complementado, indicando outras informações relevantes;

M.7.7. Atividades técnicas:

M.7.7.1. Manutenção de equipamento de combate a incêndio – 3 unidades;

M.7.7.2. Manutenção de sistema de alarme e proteção – 5 unidades;

M.7.7.3. *Observação:* As atividades técnicas listadas acima são sugestões, podendo ser modificadas para representar de forma mais fiel a contratação. Porém, a listagem final deve ser aprovada pela Fiscalização.

M.7.8. O padrão de conteúdo listado acima é orientativo, mas deve ser seguido sempre que possível. Eventuais melhorias, alterações e correções podem ser discutidas previamente com a Fiscalização e devem representar a realidade da contratação.

N. OBSERVAÇÕES PARA O INÍCIO DA CONTRATAÇÃO

N.1. O início da efetiva execução contratual ocorrerá a partir da emissão pela Fiscalização de uma ordem de serviço específica, indicando a data de início das atividades. Esta ordem de serviço será denominada “Ordem de Serviço para Início das Atividades”.

N.1.1. As atividades não poderão ser iniciadas antes da data indicada na referida Ordem de Serviço para Início das Atividades. Não haverá pagamento por parte do Senado Federal pelo período sem atividades, mesmo que o contrato já esteja vigente.

N.2. A data para início das atividades será determinada pela Fiscalização, com base na realidade do Senado Federal.

N.2.1. A data para início poderá ser entre 1 (um) e 90 (noventa) dias corridos a partir da data de publicação do contrato;

N.2.2. Excepcionalmente, a data poderá ser antecipada ou estendida, desde que seja de comum acordo entre as partes.

N.3. Ressalta-se que existem algumas observações especiais para o início da execução contratual, conforme estabelecido neste Termo de Referência. Destacam-se os itens abaixo:

N.3.1. Realização da vistoria pelos Responsáveis Técnicos, conforme prazo estabelecido no item M.3;

N.3.2. A Contratada deverá providenciar a emissão das ARTs, conforme prazo estabelecido no item M.5.3;

N.3.3. A Contratada deverá apresentar o estudo de segurança do trabalho, conforme estabelecido no item L.6;

N.3.4. A Contratada deverá apresentar os certificados de NR-10 da equipe que realizará as atividades em áreas técnicas com risco elétrico, conforme estabelecido no item L.7.



SENADO FEDERAL

- N.4. O início da execução do plano de manutenção ocorrerá com autorização da Fiscalização, mediante apresentação e aprovação da documentação listada no item N.3.
- N.4.1. A Fiscalização poderá excepcionalmente autorizar o início das atividades com documentação pendente, em casos especiais e devidamente autorizados;
- N.4.2. Eventuais atrasos na apresentação da documentação obrigatória para o início da contratação poderão resultar em atrasos para o início das atividades de campo e execução das manutenções. Nesses casos, eventuais penalidades poderão ser aplicadas, conforme previsto em seção específica. O eventual atraso na entrega dos documentos não justificará o atraso no início das manutenções.

O. SISTEMAS FORA DE SITUAÇÃO OPERACIONAL

- O.1. Conforme exposto no ANEXO 2D – Detalhamento Técnico dos Sistemas Existentes, o Sistema predial do Prodasen e Sistema predial do Interlegis não estão em condição operacional.
- O.2. Para esses sistemas, caberá a Contratada realizar o diagnóstico e realizar a tentativa de reparo, buscando reestabelecer o funcionamento desses sistemas.
- O.3. Caso o reparo seja bem-sucedido, haverá pagamento do respectivo serviço de manutenção corretiva, bem como dos materiais utilizados, conforme especificado nas Seções C e D.
- O.4. Se o reparo não for bem-sucedido, a Contratada deverá elaborar um relatório, indicando o motivo pela inviabilidade do reparo.
- O.4.1. Nesse caso, não haverá nenhum tipo de pagamento, e os serviços de manutenção periódica não serão executados;
- O.4.2. Não haverá penalidade para a Contratada por não reestabelecer o funcionamento dos sistemas que estão fora de operação;
- O.4.3. Não haverá incidência de IMR referente ao plano de manutenção para os sistemas que não tenham tido seu funcionamento reestabelecido.
- O.5. Não haverá pagamento dos respectivos serviços de manutenção periódica enquanto os sistemas não estiverem funcionais.
- O.5.1. Caso seja reestabelecido o funcionamento do sistema, a data de início de execução do plano de manutenção será a data da conclusão do reparo;
- O.5.2. Não haverá pagamento retroativo referente a manutenção periódica desses sistemas. O primeiro mês de pagamento será o primeiro mês no qual a manutenção periódica foi efetivamente executada;
- O.5.3. Não haverá incidência de IMR referente ao plano de manutenção para esses sistemas enquanto os serviços de manutenção periódica não forem efetivamente iniciados.



SENADO FEDERAL

P. NORMAS APLICÁVEIS

- P.1. As seguintes normas se aplicam neste Caderno de Especificações Técnicas. Os equipamentos, materiais, serviços, testes e ensaios devem atender ou exceder às seguintes normas técnicas, conforme aplicável:
- P.1.1. ABNT NBR ISO 7240 – Sistemas de detecção e alarme de incêndio;
 - P.1.2. ABNT NBR 17240 – Sistemas de detecção e alarme de incêndio – Projeto, instalação, comissionamento e manutenção de sistemas de detecção e alarme de incêndio – Requisitos;
 - P.1.3. NFPA 70e – *Standard for Electrical Safety in the Workplace*;
 - P.1.4. NFPA 72 – *National Fire Alarm and Signaling Code*;
 - P.1.5. NFPA 2001 - *Standard on Clean Agent Fire Extinguishing Systems*;
 - P.1.6. ISO 14520-1 – *Gaseous fire-extinguishing systems - Physical properties and system design - Part 1: General requirements*;
 - P.1.7. ISO 14520-9 – *Gaseous fire-extinguishing systems - Physical properties and system design - Part 9: HFC 227ea extinguishant*;
 - P.1.8. Especificações técnicas e orientações dos fabricantes dos equipamentos ou suas subsidiárias;
 - P.1.9. Normas da ABNT específicas, aplicáveis direta ou subsidiariamente, que regulem os equipamentos e materiais, suas composições e características demandadas neste Caderno de Especificações Técnicas;
 - P.1.10. NR-10 – Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade, do antigo Ministério do Trabalho e Emprego;
 - P.1.11. NR-13 – Caldeiras e Vasos de pressão, do antigo Ministério do Trabalho e Emprego;
 - P.1.12. NR-35 – Trabalho em altura, do antigo Ministério do Trabalho e Emprego;
 - P.1.13. Normas de segurança específicas, aplicáveis direta ou subsidiariamente, que regulem os serviços demandados neste Caderno de Especificações Técnicas;
 - P.1.14. Normas internacionais, em complemento às normas da ABNT;
 - P.1.15. Recomendações, ensaios de qualidade e instruções de associações industriais ou Inmetro;
 - P.1.16. Normas técnicas e instruções normativas do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF);
 - P.1.17. Normas ASTM – *American Society for Testing and Materials*;
 - P.1.18. Normas DIN – *Deutsches Institut für Normung*;
 - P.1.19. Normas VDE – *Verband Deutscher Elektrotechniker*;



SENADO FEDERAL

- P.1.20. Normas ANSI – *American National Standard Institute*;
- P.1.21. Normas ISO – *International Organization for Standardization*;
- P.1.22. Normas NFPA – *National Fire Protection Association*;
- P.1.23. NEC – *National Electrical Code*;
- P.1.24. Normas IEC – *International Electrotechnical Commission*;
- P.1.25. Normas, padrões, recomendações e práticas do IEEE;
- P.1.26. Serão aceitos equipamentos com normas distintas das listadas, desde que sejam equivalentes ou superiores, a critério do Senado Federal.



SENADO FEDERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 115/2021

(Processo nº 00200.009307/2020-71)

ANEXO 2-C

PLANO DE MANUTENÇÃO

A. Plano de manutenção

A.1. O plano de manutenção para os sistemas, subsistemas e equipamentos está previsto na Tabela 10 a seguir:

Tabela 10 – Rotinas do Plano de Manutenção

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	Mensal	Trimestral	Semestral	Anual	Bienal	Sob
1	Sistema de detecção e alarme de incêndio (área predial)						
1.1	Realizar manutenções conforme as normas e recomendações da ABNT, do CBMDF, da NFPA e dos fabricantes dos equipamentos (periodicidade variável)	x	x	x	x	x	x
1.2	Verificar e registrar indicações de erro/histórico de eventos e falhas no painel	x					
1.3	Verificar a data/hora do equipamento, ajustar se necessário	x					
1.4	Inspecionar visualmente a central e por amostragem os detectores, avisadores, disparadores e demais componentes do sistema (pelo menos 33% do sistema deve ser inspecionado a cada visita. 100% do sistema deve ser inspecionado a cada 3 meses.)	x					
1.5	Realizar teste de luzes/indicadores do painel	x					
1.6	Realizar a limpeza superficial da central e suas imediações	x					
1.7	Verificar status/realizar teste de comunicação de todos os dispositivos endereçáveis do sistema	x					
1.8	Verificar o funcionamento dos painéis repetidores (se existentes)	x					
1.9	Realizar a verificação da supervisão em cada circuito de detecção, alarme e comandos	x					
1.10	Realizar a verificação visual do estado geral dos componentes da central e condições de operação	x					
1.11	Realizar a verificação da identificação (etiquetas) dos componentes (detectores, disparadores, etc.) inspecionados na visita. Substituir e/ou identificar conforme a necessidade	x					
1.12	Verificar o estado e carga das baterias, realizando medida da bateria com o carregador desconectado (circuito aberto). Comparar medições do painel com medições realizadas com multímetro	x					
1.13	Realizar medição de tensões da fonte primária (tensão de entrada/saída) e de flutuação das baterias	x					



SENADO FEDERAL

1.14	Realizar ensaio funcional de todos os acionadores manuais do sistema		x				
1.15	Realizar ensaio funcional de todos os avisadores, sirenes e sinalizadores do sistema		x				
1.16	Realizar ensaio funcional de todos os comandos, incluindo os de sistemas automáticos de combate a incêndio (se existentes)		x				
1.17	Realizar medição da corrente dos sistemas em cada circuito de detecção, alarme e comandos, e comparação com a leitura realizada na manutenção anterior		x				
1.18	Realizar ensaio funcional por amostragem dos detectores com gás apropriado, fonte de calor, ou procedimento recomendado pelo fabricante, no mínimo 25% do total de detectores. 100% dos detectores devem ser ensaiados no período de 1 ano		x				
1.19	Realizar verificação se houve alteração nas dimensões da área protegida, ocupação, utilização, novos equipamentos, ventilação, ar-condicionado, piso elevado, forro ou criação de novas áreas em relação à última revisão do projeto		x				
1.20	Realizar verificação de danos na rede de eletrodutos ou fiação		x				
1.21	Testar o funcionamento do sistema sem energia elétrica (funcionamento com baterias). Tempo de teste: 15 minutos. Verificar tensão das baterias no início e fim do teste		x				
1.22	Realizar a limpeza superficial dos detectores, disparadores, sirenes e sinalizadores eventualmente desmontados na visita		x				
1.23	Verificar as conexões elétricas e de comando na central. Realizar reaperto/recrimpagem conforme a necessidade.			x			
1.24	Realizar testes em conjunto com o sistema de combate a incêndio predial (sprinklers/hidrantes). Verificar o funcionamento de sensores e atuadores conectados ao sistema (pressostatos, chaves de fluxo, etc.) (conforme agendamento da Fiscalização, com a equipe de manutenção da rede de sprinklers)			x			
1.25	Realizar a limpeza interna da central			x			
1.26	Realizar atualização de software e/ou firmware, fazer backup da configuração (fornecer o arquivo ao Senado), ajustar parâmetros de configuração e limiares dos alarmes			x			
1.27	Realizar a limpeza interna dos disparadores, dos avisadores e dos detectores (utilizar aspirador, ar comprimido ou outro método recomendado). OBS: 100% dos dispositivos devem ser limpos no período de 1 ano (a limpeza poderá ser realizada de forma escalonada, com parte dos dispositivos a cada mês)				x		
1.28	Testar o funcionamento do sistema sem energia elétrica (funcionamento com baterias). Tempo de teste: 1 hora. Verificar a tensão das baterias no início e fim do teste				x		
1.29	Substituir as baterias (conforme necessidade ou, no máximo, a cada 2 anos). Etiquetar as novas baterias com a data de substituição					x	
1.30	Realizar simulação de evacuação do prédio, com acompanhamento da brigada de incêndio (conforme agendamento da Fiscalização, periodicidade prevista: semestral)						x
2	Sistema de detecção e alarme de incêndio (áreas técnicas)						
2.1	Realizar manutenções conforme as normas e recomendações da ABNT, do CBMDF, da NFPA e dos fabricantes dos equipamentos (periodicidade variável)	x	x	x	x	x	x



SENADO FEDERAL

2.2	Verificar e registrar indicações de erro/histórico de eventos e falhas no painel	x					
2.3	Verificar a data/hora do equipamento, ajustar se necessário	x					
2.4	Inspecionar visualmente a central e todos os detectores, avisadores, disparadores e demais componentes do sistema	x					
2.5	Verificar o funcionamento das chaves de bloqueio/aberto	x					
2.6	Realizar teste de luzes/indicadores do painel	x					
2.7	Realizar a limpeza superficial da central e suas imediações	x					
2.8	Verificar status/realizar teste de comunicação de todos os dispositivos endereçáveis do sistema	x					
2.9	Verificar o funcionamento dos painéis repetidores	x					
2.10	Realizar a verificação da supervisão em cada circuito de detecção, alarme e comandos	x					
2.11	Realizar a verificação visual do estado geral dos componentes da central e condições de operação	x					
2.12	Realizar a verificação da identificação (etiquetas) dos componentes (detectores, disparadores, etc.) inspecionados na visita. Substituir e/ou identificar conforme a necessidade	x					
2.13	Realizar a verificação do estado e carga das baterias, realizando medida da bateria com o carregador desconectado (circuito aberto). Comparar medições do painel com medições realizadas com multímetro	x					
2.14	Realizar medição de tensões da fonte primária (tensão de entrada/saída) e de flutuação das baterias	x					
2.15	Realizar o ensaio funcional de todos os acionadores manuais do sistema	x					
2.16	Realizar o ensaio funcional de todos os avisadores, sirenes e sinalizadores do sistema	x					
2.17	Realizar o ensaio funcional de todos os detectores com gás apropriado, fonte de calor, ou procedimento recomendado pelo fabricante	x					
2.18	Realizar o ensaio funcional de todos os comandos, incluindo os de sistemas automáticos de combate a incêndio (se existentes)		x				
2.19	Realizar a limpeza superficial de todos os detectores, disparadores, sirenes e sinalizadores		x				
2.20	Realizar a medição da corrente dos sistemas em cada circuito de detecção, alarme e comandos, e comparação com a leitura realizada na manutenção anterior		x				
2.21	Realizar verificação se houve alteração nas dimensões da área protegida, ocupação, utilização, novos equipamentos, ventilação, ar-condicionado, piso elevado, forro ou criação de novas áreas em relação à última revisão do projeto		x				
2.22	Verificação de danos na rede de eletrodutos ou fiação		x				
2.23	Testar o funcionamento do sistema sem energia elétrica (funcionamento com baterias). Tempo de teste: 15 minutos. Verificar tensão das baterias no início e fim do teste		x				
2.24	Verificar as conexões elétricas e de comando na central. Realizar reaperto/recrimpagem conforme a necessidade.			x			
2.25	Ensaio funcional de todo o sistema (simulação), incluindo sinalizadores, atuadores, sistemas automáticos de combate a incêndio e interface com sistemas de ar-condicionado			x			
2.26	Realizar a limpeza interna da central			x			
2.27	Realizar atualização de software e/ou firmware, fazer backup da configuração (fornecer o arquivo ao Senado), ajustar parâmetros de configuração e limiares dos alarmes			x			



SENADO FEDERAL

2.28	Realizar a limpeza interna dos disparadores, dos avisadores e dos detectores (utilizar aspirador, ar comprimido ou outro método recomendado)				X		
2.29	Realizar a limpeza externa dos eletrodutos acessíveis				X		
2.30	Testar o funcionamento do sistema sem energia elétrica (funcionamento com baterias). Tempo de teste: 1 hora. Verificar a tensão das baterias no início e fim do teste				X		
2.31	Substituir as baterias (conforme necessidade ou, no máximo, a cada 2 anos). Etiquetar as novas baterias com a data de substituição					X	
3	Sistema de detecção precoce de fumaça (aspiração)						
3.1	Realizar manutenções conforme as normas e recomendações da ABNT, do CBMDF, da NFPA e dos fabricantes dos equipamentos (periodicidade variável)	X	X	X	X	X	X
3.2	Verificar e registrar indicações de erro/histórico de problemas no painel, com cabo/software específico	X					
3.3	Verificar a data/hora do equipamento, ajustar se necessário	X					
3.4	Inspecionar detector, tubulações, orifícios e suportes	X					
3.5	Verificar fluxo de ar	X					
3.6	Realizar teste de luzes/indicadores do painel	X					
3.7	Realizar a limpeza superficial do equipamento	X					
3.8	Realizar teste do sistema (utilizar gás de simulação de incêndio, verificar acionamento dos alarmes e tempo de resposta)	X					
3.9	Verificar o cabeamento, apertar bornes e terminais se necessário		X				
3.10	Verificar a fonte (com corrente alternada e com baterias)		X				
3.11	Verificar/inspecionar situação do filtro			X			
3.12	Testar o funcionamento do sistema sem energia elétrica (funcionamento com baterias)			X			
3.13	Realizar atualização de software, fazer backup da configuração (fornecer o arquivo ao Senado) ajustar parâmetros de configuração e limiares dos alarmes			X			
3.14	Realizar a limpeza interna do equipamento			X			
3.15	Realizar a inspeção detalhada da tubulação e orifícios de aspiração			X			
3.16	Realizar a limpeza interna e externa (nos locais acessíveis) da tubulação e orifícios de aspiração, usando método recomendado pelo fabricante (lavagem e/ou ar-comprimado)				X		
3.17	Substituir o filtro do sistema (conforme necessidade ou, no máximo, a cada 2 anos). Anotar no filtro a data de substituição					X	
4	Combate automático de incêndio por agente limpo (HFC-227ea/FM-200)						
4.1	Realizar manutenções conforme as normas e recomendações da ABNT, do CBMDF, da NFPA e dos fabricantes dos equipamentos (periodicidade variável)	X	X	X	X	X	X
4.2	Realizar inspeção visual geral no sistema, incluindo cilindro, válvulas solenoides, sensores, bicos difusores, a tubulação e mangueiras	X					
4.3	Verificar e registrar a pressão dos cilindros (com respectiva temperatura ambiente)	X					
4.4	Verificar a fixação do cilindro	X					
4.5	Realizar a limpeza superficial do cilindro e acessórios (solenóide, manômetro, etc.), das mangueiras e tubulações próximas ao cilindro	X					
4.6	Verificar a integridade dos lacres do cilindro	X					
4.7	Conferir o acoplamento da válvula solenóide ao cilindro	X					



SENADO FEDERAL

4.8	Verificar o funcionamento dos atuadores associados ao cilindro (solenoides)	x				
4.9	Verificar o funcionamento dos sensores associados ao cilindro e rede (pressostatos/chaves de pressão)		x			
4.10	Realizar a limpeza externa completa do cilindro e acessórios (solenóide, manômetro, etc.)		x			
4.11	Verificar a fixação da rede de combate a incêndio		x			
4.12	Aferir a carga do agente limpo (pesagem, indicador de nível ou medidor ultrassônico). Atualizar a ficha de inspeção do cilindro		x			
4.13	Verificar a data dos testes hidrostáticos dos cilindros e mangueiras			x		
4.14	Realizar a limpeza externa (nos locais acessíveis) da tubulação de combate a incêndio e dos bicos difusores			x		
4.15	Realizar inspeção detalhada (com fotos) do cilindro e principais componentes associados			x		
4.16	Realizar inspeção detalhada (com fotos) das mangueiras. Verificar o aperto das conexões			x		
4.17	Realizar a limpeza interna da tubulação, usando método recomendado pelo fabricante (ar-comprimido)				x	
4.18	Realizar inspeção completa do cilindro, conforme procedimento detalhado na NFPA 2001, com emissão de relatório específico (a cada 5 anos, a contar do comissionamento ou da última inspeção)					x
4.19	Realizar teste hidrostático ou substituição das mangueiras (a cada 5 anos)					x
4.20	Realizar o teste de estanqueidade da sala (a cada 5 anos) (pagamento por serviço específico)					x
4.21	Realizar o teste hidrostático/manutenção do cilindro (a cada 10 anos ou após descarga) (pagamento por serviço específico)					x

- A.2. O plano de manutenção proposto nesta seção é a expectativa inicial de rotinas de manutenção a serem seguidas. Contudo, a própria Fiscalização ou a Contratada poderão realizar alterações no previsto inicialmente, tendo em vista as recomendações dos fabricantes, os resultados das inspeções de campo, a vida útil dos equipamentos e os riscos associados às atividades de manutenção, entre outros. As mudanças propostas pela Contratada deverão ser aprovadas pela Fiscalização.
- A.3. Além dos serviços propostos no plano de manutenção, a Contratada deverá analisar a realidade de cada sistema e as recomendações dos fabricantes para sugerir ou alterar as rotinas listadas no Plano de Manutenção, buscando maximizar a confiabilidade do sistema. Da mesma forma, deve-se procurar um alinhamento com as normas brasileiras (em especial as da ABNT e do CMBDF) e internacionais (NFPA) para manutenção desse tipo de sistema. Espera-se que monitoramento ativo dos planos de manutenção, inclusive sugerindo alterações e periodicidade de inspeções e medições quando necessário. Eventualmente, as rotinas de manutenção previstas poderão ser substituídas por rotinas equivalentes, desde que tecnicamente adequadas.
- A.3.1. As mudanças no Plano de Manutenção ou na sua forma de execução devem ser autorizadas previamente pela Fiscalização.
- A.3.2. Devido à situação operacional de cada sistema, eventualmente algumas das rotinas previstas no Plano de Manutenção podem trazer riscos operacionais ao Senado Federal, sem os respectivos benefícios para manutenção. Nesses casos,



SENADO FEDERAL

a Fiscalização poderá excepcionalmente autorizar que essas rotinas não sejam executadas, ou realizar uma alteração na periodicidade.

- A.3.3. Ressalta-se que o plano de manutenção já traz algumas rotinas que vão além dos mínimos previstos em norma (ou seja, rotinas e inspeções mais frequentes). Nesses casos, a periodicidade a ser adotada é a prevista no Edital, salvo em casos autorizados pela Fiscalização.
- A.4. É de responsabilidade da Contratada registrar e controlar a última data de execução de cada atividade do Plano de Manutenção, bem como a data de troca de peças e eventuais intervenções realizadas como manutenção corretiva.
- A.5. É responsabilidade da Contratada monitorar e agendar de acordo com o plano de manutenção os serviços a serem realizados a cada mês. Da mesma forma, é de responsabilidade da Contratada alertar a Fiscalização em relação a necessidade de troca de peças e/ou de execução de serviços. Além disso, a Contratada deverá otimizar as intervenções, buscando reduzir a indisponibilidade e o tempo de serviço. Nessa linha, deve sempre buscar combinar em uma mesma visita os serviços mensais, trimestrais, semestrais, etc.
- A.6. Em casos justificados, em que não haja prejuízo para o Senado Federal, a Contratada poderá propor mudanças nos serviços previstos para um determinado mês, adiando ou adiando parte das atividades. Essas mudanças deverão ser aprovadas pela Fiscalização. Da mesma forma, a Fiscalização poderá solicitar que certas atividades sejam adiantadas ou adiadas, conforme a realidade do Senado Federal.
- A.7. As rotinas de manutenção devem se repetir na periodicidade prevista no plano de manutenção, a contar de sua última execução.
- A.7.1. O controle ocorrerá de forma mensal, sem levar em conta o dia exato da execução.
- A.7.1.1. Por exemplo, caso um serviço semestral tenha ocorrido no dia 15/01/2021 (janeiro/2021), a próxima execução deverá ocorrer entre os dias 1 e 31/07/2021 (julho/2021), independente do dia exato da manutenção.
- A.7.2. As manutenções de um determinado mês deverão ocorrer dentro de um período de um mês, ou seja, entre o 1º e o último dia do mês de referência.
- A.7.3. O efetivo de número de visitas técnicas necessárias ficará a critério da Contratada, levando em consideração as manutenções a serem realizadas, a quantidade de funcionários disponíveis para execução dos serviços, a eficiência da equipe, dificuldades na execução, entre outros.
- A.7.4. Conforme exposto anteriormente, a Fiscalização poderá adiar ou adiantar as datas previstas para que os serviços ocorram em datas mais convenientes para o Senado Federal.



SENADO FEDERAL

- A.8. Em situações excepcionais, como descarga do agente extintor, algumas rotinas de manutenção poderão ser adiantadas, a critério da Fiscalização, tendo em vista a necessidade de inspeção e reestabelecimento do funcionamento do sistema.
- A.9. A data de início de execução do plano de manutenção será a data de início dos serviços do contrato, conforme Ordem de Serviço para Início das Atividades prevista no ANEXO 2B – Caderno de Especificações Técnicas. A contar da data de início do plano de manutenção, o prazo para primeira realização das rotinas é de:
- A.9.1. Rotinas mensais: 45 dias corridos;
 - A.9.2. Rotinas trimestrais: 90 dias corridos;
 - A.9.3. Rotinas semestrais: 180 dias corridos;
 - A.9.4. Rotinas anuais: 180 dias corridos;
 - A.9.5. Rotinas bianuais: 180 dias corridos;
 - A.9.6. Rotinas sob demanda: conforme a necessidade de cada sistema.
 - A.9.7. Observação: a testagem completa de detectores e outras rotinas escalonadas (a serem completadas ao longo do semestre/ano) devem ser concluídos nos primeiros 180 dias.
- A.10. Para fins de controle, cada linha do plano de manutenção será considerada um “item”. Ela será considerada como não executada se não houver execução total até o fim do prazo previsto no item A.7 e/ou A.9.
- A.10.1. Um item será considerado como “não executado” em casos de execução parcial do item, inexecução completa do item ou execução de forma não satisfatória (ou seja, em desacordo com as especificações técnicas, com as recomendações dos fabricantes e/ou com as melhores práticas de engenharia e manutenção).
 - A.10.2. A não execução do plano de manutenção poderá levar a aplicação do IMR e/ou eventuais penalidades, conforme previsto nas seções específicas.
- A.11. Caso um item previsto no plano de manutenção não seja executado em um determinado mês, ele será automaticamente reagendado para o mês seguinte.
- A.11.1. Se houver necessidade de adiamento ou reagendamento de um serviço por parte da Contratada, ela deverá informar a Fiscalização de forma tempestiva, antes da conclusão dos serviços e apresentação do relatório de execução. A Fiscalização avaliará a possibilidade de adiamento, desde que devidamente justificada pela Contratada e que não haja prejuízo para o Senado Federal.
 - A.11.2. O reagendamento automático não implica na isenção do IMR para aquele item.
- A.12. A cada mês, será calculado uma pontuação de atraso do plano de manutenção, conforme exposto abaixo:



SENADO FEDERAL

- A.12.1. A pontuação de atraso do plano de manutenção será utilizada para aplicação do Instrumento de Medição de Resultados (IMR), conforme exposto na seção específica do Termo de Referência.
- A.12.2. O cálculo ocorrerá com base nos itens agendados (previstos) para um determinado mês, mas não executados sem justificativa aceita pela Fiscalização.
- A.12.3. O controle dos itens efetivamente executados para um determinado mês ocorrerá no último dia de cada mês, ou no momento de entrega do relatório de execução dos serviços referente ao mês em questão, considerando o que ocorrer primeiro.
- A.12.4. Cada item não executado somará à pontuação de atraso do plano de manutenção, com base na sua periodicidade, conforme tabela abaixo:
 - A.12.4.1. Periodicidade mensal: 1 ponto;
 - A.12.4.2. Periodicidade trimestral: 3 pontos;
 - A.12.4.3. Periodicidade semestral, anual, bienal e sob demanda: 6 pontos;
 - A.12.4.4. Caso ocorra não execução de um mesmo item em meses consecutivos, a pontuação de a ser considerada será dobrada em relação à última pontuação aplicada (por exemplo: 1 ponto no primeiro mês, 2 pontos no segundo mês, 4 pontos no terceiro mês, etc.).
- A.12.5. O cálculo da pontuação de atraso do plano de manutenção ocorrerá de forma independente por sistema a ser mantido.



SENADO FEDERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 115/2021

(Processo nº 00200.009307/2020-71)

ANEXO 2-D

DETALHAMENTO TÉCNICO DOS SISTEMAS EXISTENTES

A. Sistema da subestação dos Blocos 11-18 (Eletrocentro)

A.1. Seguem abaixo os principais detalhes técnicos do sistema de detecção, alarme e combate automático de incêndio da Subestação dos Blocos 11-18 (Eletrocentro).

Equipamento	Marca	Modelo	Quant.	Observação
Central de alarme endereçável	Notifier by Honeywell	NFS-320	1	
Bateria	Haze	HSC12-18	2	
Detector de fumaça (fotoelétrico)	Notifier by Honeywell	FSP-851	4	
Base para detector	Notifier by Honeywell	B501	4	
Avisador sonoro/visual	Notifier by Honeywell	P2R	2	Avisador para uso interno.
Módulo de controle de extinção (saída a relé)	Notifier by Honeywell	FCM-1-REL	1	
Chave de aborto de extinção	Kidde	CBSCORPIO	2	
Chave de disparo manual	Notifier by Honeywell	NBG-12LR	2	
Chave de bloqueio	Omini	CMMGL	1	
Módulo endereçável (saída a relé)	Notifier by Honeywell	FRM-1	1	
Módulo endereçável (monitor)	Notifier by Honeywell	FMM-101	7	
Avisador sonoro/visual	Verin	IV02/PT	2	Avisador para uso externo.
Cilindro	Siex	Siex-HC 125M84 40UF25	1	Agente HFC-227ea (FM-200); Pressão 31 bar (20°C); Carga 82,5kg; Peso Total 146,5kg; Capacidade 127L; Data: 13/07/2017; Válvula RGS-MAM-50
Difusor	Siex	FEDR32180	2	
Difusor	Siex	FEDR15180	2	
Detector precoce	Vesda by Xtrails	VLf-250	1	Filtro: VSP-005
Comutador a pressão	RG Systems		1	
Solenóide de disparo	Siex	227SOL	1	Com disparador manual 227DMS
Observação:	Demais equipamentos de pequeno porte (eletrodutos, condutores, dutos de aspiração, tubulação de FM-200, componentes do cilindro etc.) fazem parte do sistema e não estão relacionados na lista acima. As informações foram baseadas em inspeções visuais e projetos e devem ser confirmadas pelas licitantes pelas fotos ou por vistorias.			

Localização	Próximo ao Bloco 14, Senado Federal, Brasília, DF
Área protegida (aproximada, m²)	47
Volume protegido (aproximado, m³)	147
Tipo de proteção	Combate automático por agente limpo HFC-227ea (FM-200)
Tipo de área	Área técnica
Situação	Sistema operacional
Planos de manutenção	Plano 2 - Sistema de detecção e alarme de incêndio (áreas técnicas); Plano 3 - Sistema de detecção precoce de fumaça (aspiração); Plano



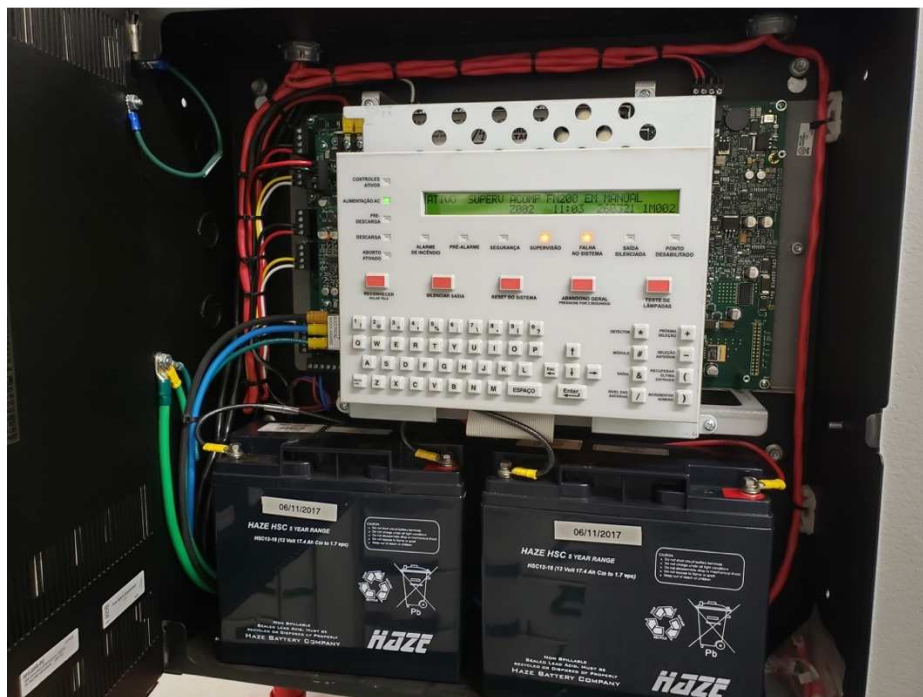
SENADO FEDERAL

	4 - Combate automático de incêndio por agente limpo (HFC-227ea/FM-200)
<i>EPIs obrigatórios</i>	Vestimenta anti-chama classe de risco 2, botas isolantes (500 V). Luvas isolantes, óculos de proteção e capacete conforme o caso.
<i>Treinamento obrigatório</i>	NR-10 básico
<i>Fornecedor original do sistema</i>	Omini
<i>Ano de comissionamento</i>	2017
<i>Observações sobre o local</i>	Subestação, com instalações de 13,8 kV e 380 V, transformadores, e painéis elétricos de baixa e média tensão.





SENADO FEDERAL





SENADO FEDERAL



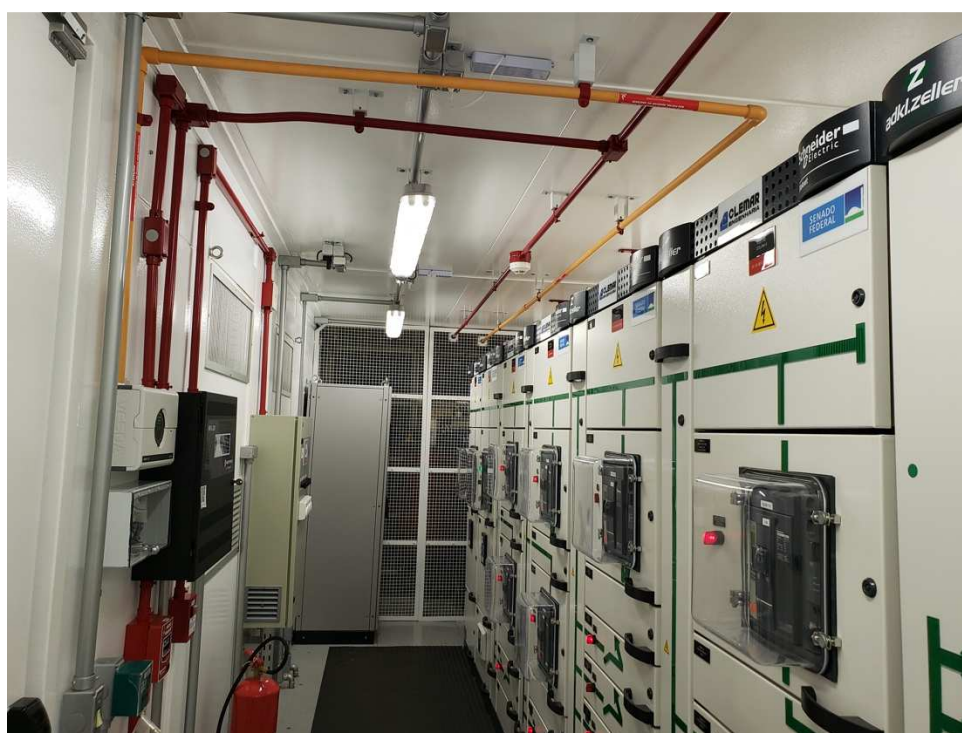


SENADO FEDERAL



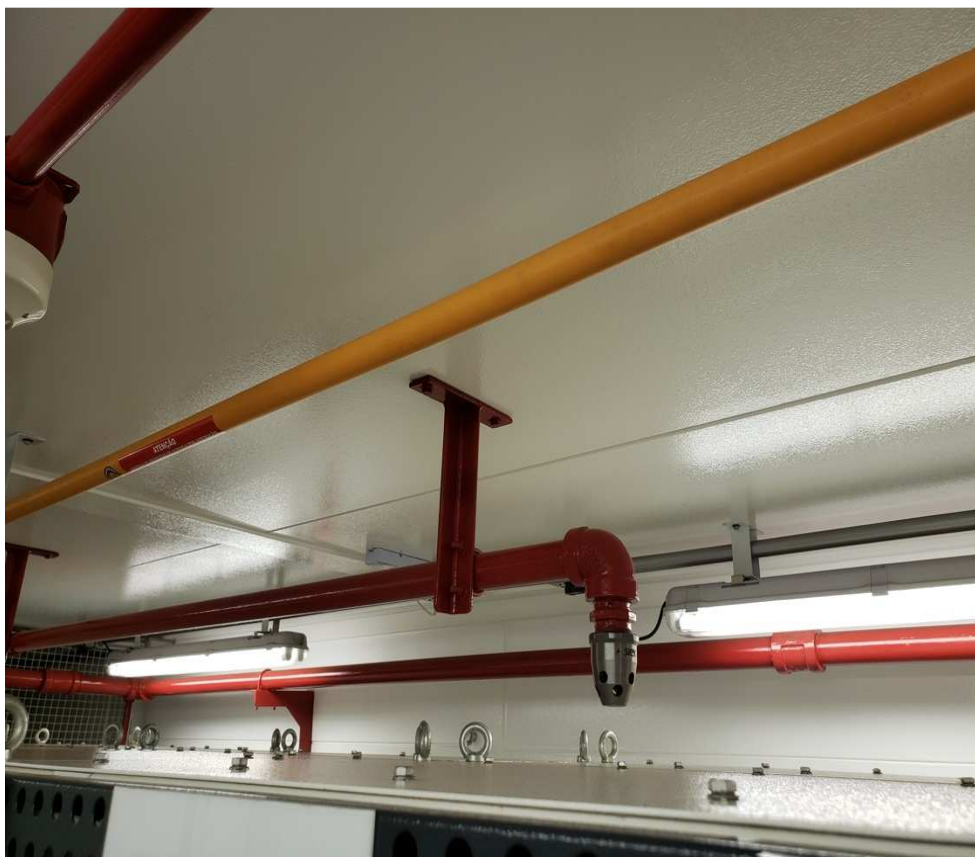


SENADO FEDERAL





SENADO FEDERAL





SENADO FEDERAL

B. Sistema da sala de nobreaks do Anexo 2

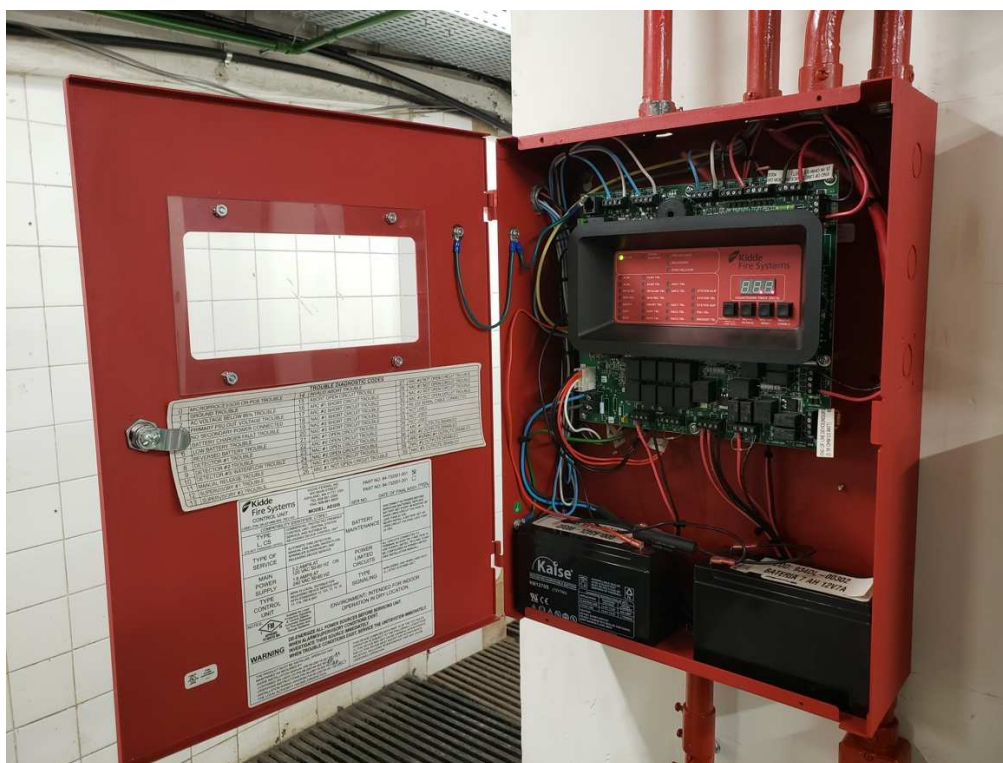
B.1. Seguem abaixo os principais detalhes técnicos do sistema de detecção, alarme e combate automático de incêndio da Sala de Nobreaks do Anexo 2.

Equipamento	Marca	Modelo	Quant.	Observação
Central de alarme	Kidde	Aegis	1	Part number: 84-732001-001 (Part number da placa: 06-220113-001)
Disparador manual	Kidde	3300	1	Part number: 84-330001-001
Chave de bloqueio	Kidde	CBFM-200	1	Código 11072419
Avisador sonoro/visual	Tucano	ISVW-12/24V	2	
Detector precoce	Kidde AirSense	Stratos Micra 10	1	Filtro: 30755 (9-30755)
Detector de fumaça (fotoelétrico)	Fenwal	PSD-7155	2	
Base para detector	Fenwal	2 WB	2	Part number: 70-501000-001
Cilindro	Kidde	WK-486531-000	1	Agente HFC-227ea (FM-200); Pressão 360 PSI (21°C); Carga 49 lbs; Peso Total 104 lbs; Peso vazio 52 lbs; Data: 01/09/2016
Difusor	Kidde		1	
Painel repetidor	Sob medida		1	Caixa de comando, sinalizadores e chaves 22 mm
Bateria	Kaise	KB1270S	2	
Comutador a pressão	Kidde Fenwall	486536	1	Part number: 81-486536-000
Solenóide de disparo	Kidde	890181	1	Part number: 85-890181-000
Pressostato do cilindro	Kidde	06-118262-001	1	
Mangueira de acoplamento do cilindro	Kidde	283898	1	Part number: WK-283898-000
Tubulação de combate a incêndio	Tupy			3/4 polegadas
Observação:	Demais equipamentos de pequeno porte (eletrodutos, condutores, dutos de aspiração, tubulação de FM-200, componentes do cilindro etc.) fazem parte do sistema e não estão relacionados na lista acima. As informações foram baseadas em inspeções visuais e projetos e devem ser confirmadas pelas licitantes pelas fotos ou por vistorias.			

Localização	Anexo 2, Senado Federal, Brasília, DF
Área protegida (aproximada, m²)	15
Volume protegido (aproximado, m³)	41
Tipo de proteção	Combate automático por agente limpo HFC-227ea (FM-200)
Tipo de área	Área técnica
Situação	Sistema operacional
Planos de manutenção	Plano 2 - Sistema de detecção e alarme de incêndio (áreas técnicas); Plano 3 - Sistema de detecção precoce de fumaça (aspiração); Plano 4 - Combate automático de incêndio por agente limpo (HFC-227ea/FM-200)
EPIs obrigatórios	Vestimenta antichama classe de risco 2, botas isolantes (500 V), óculos de proteção. Luvas isolantes, óculos de proteção e capacete conforme o caso.
Treinamento obrigatório	NR-10 básico
Fornecedor original do sistema	Kidde
Ano de comissionamento	2016
Observações sobre o local	Sala de painéis elétricos em 380 V e nobreaks.



SENADO FEDERAL





SENADO FEDERAL





SENADO FEDERAL



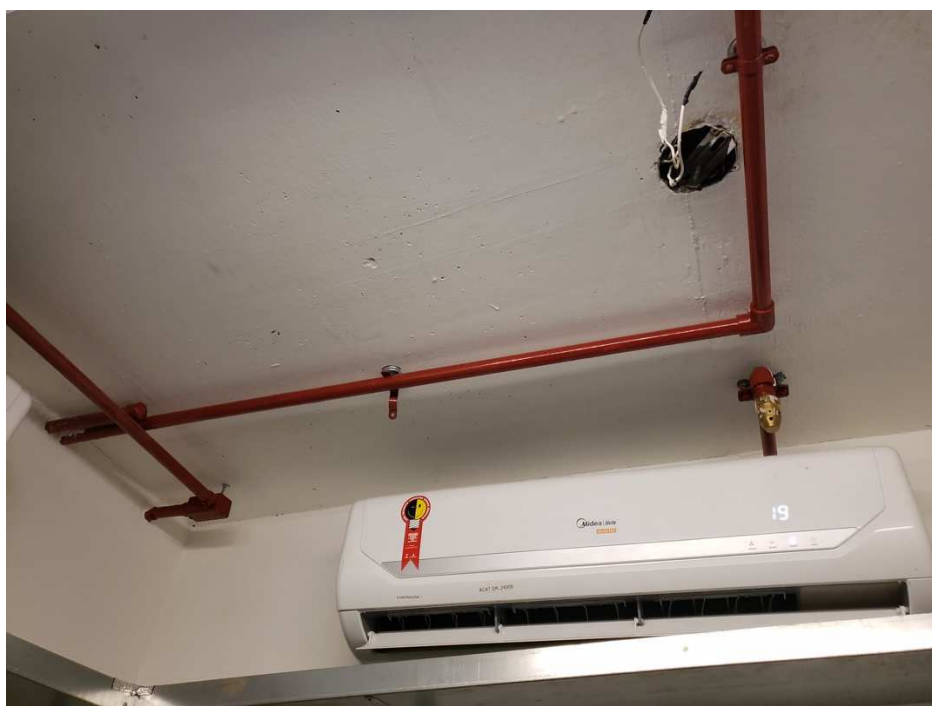


SENADO FEDERAL





SENADO FEDERAL





SENADO FEDERAL





SENADO FEDERAL





SENADO FEDERAL

C. Sistema da sala de nobreaks do Prodasen (Sala Y)

C.1. Seguem abaixo os principais detalhes técnicos do sistema de detecção, alarme e combate automático de incêndio da Sala de Nobreaks do Prodasen (Sala Y).

Equipamento	Marca	Modelo	Quant.	Observação
Central de alarme	Kidde	Aegis	1	Part number: 84-732001-001 (Part number da placa: 06-220113-001)
Disparador manual	Kidde	3300	1	Part number: 84-330001-001
Chave de bloqueio	Kidde	CBFM-200	1	Código 11072419
Avisador sonoro/visual	Tucano	ISVW-12/24V	2	
Detector precoce	Kidde Airsense	Stratos Micra 10	1	Filtro: 30755 (9-30755)
Detector térmico/termovelocimétrico	Kidde Fenwall	THD-7052	1	Part number 70-520000-001
Detector de fumaça (fotoelétrico)	Kidde Fenwall	PSD-7155	4	
Base para detector	Fenwal	2 WB	5	Part number: 70-501000-001
Cilindro	Kidde	06-236049-000	1	Agente HFC-227ea (FM-200); Pressão 360 PSI (21°C); Carga 218 lbs; Peso Total 442.7 lbs; Peso vazio 216.1 lbs; Data: 01/09/2016 (estimada); Válvula: 85-150000-530 (2 polegadas)
Difusor	Kidde		2	
Painel repetidor	Sob medida		1	Caixa de comando, sinalizadores e chaves 22 mm
Bateria	Kaise	KB1270S	2	
Comutador a pressão	Kidde Fenwall	486536	1	Part number: 81-486536-000
Solenóide de disparo	Kidde	890181	1	Part number: 85-890181-000
Pressostato do cilindro	Kidde	06-118262-001	1	
Mangueira de acoplamento do cilindro	Kidde	283899	1	Part number: WK-283899-000
Tubulação de combate a incêndio	Tupy			1 ½ polegadas
Observação:	Demais equipamentos de pequeno porte (eletrodutos, condutores, dutos de aspiração, tubulação de FM-200, componentes do cilindro, etc.) fazem parte do sistema e não estão relacionados na lista acima. As informações foram baseadas em inspeções visuais e projetos e devem ser confirmadas pelas licitantes pelas fotos ou por vistorias.			

Localização	Prodasen (Bloco 1), Senado Federal, Brasília, DF
Área protegida (aproximada, m²)	51
Volume protegido (aproximado, m³)	209
Tipo de proteção	Combate automático por agente limpo HFC-227ea (FM-200)
Tipo de área	Área técnica
Situação	Sistema operacional
Planos de manutenção	Plano 2 - Sistema de detecção e alarme de incêndio (áreas técnicas); Plano 3 - Sistema de detecção precoce de fumaça (aspiração); Plano 4 - Combate automático de incêndio por agente limpo (HFC-227ea/FM-200)
EPIs obrigatórios	Vestimenta antichama classe de risco 2, botas isolantes (500 V), óculos de proteção. Luvas isolantes, óculos de proteção e capacete conforme o caso.
Treinamento obrigatório	NR-10 básico
Fornecedor original do sistema	Kidde
Ano de comissionamento	2016
Observações sobre o local	Sala de painéis elétricos em 380 V, nobreaks e chave de transferência automática

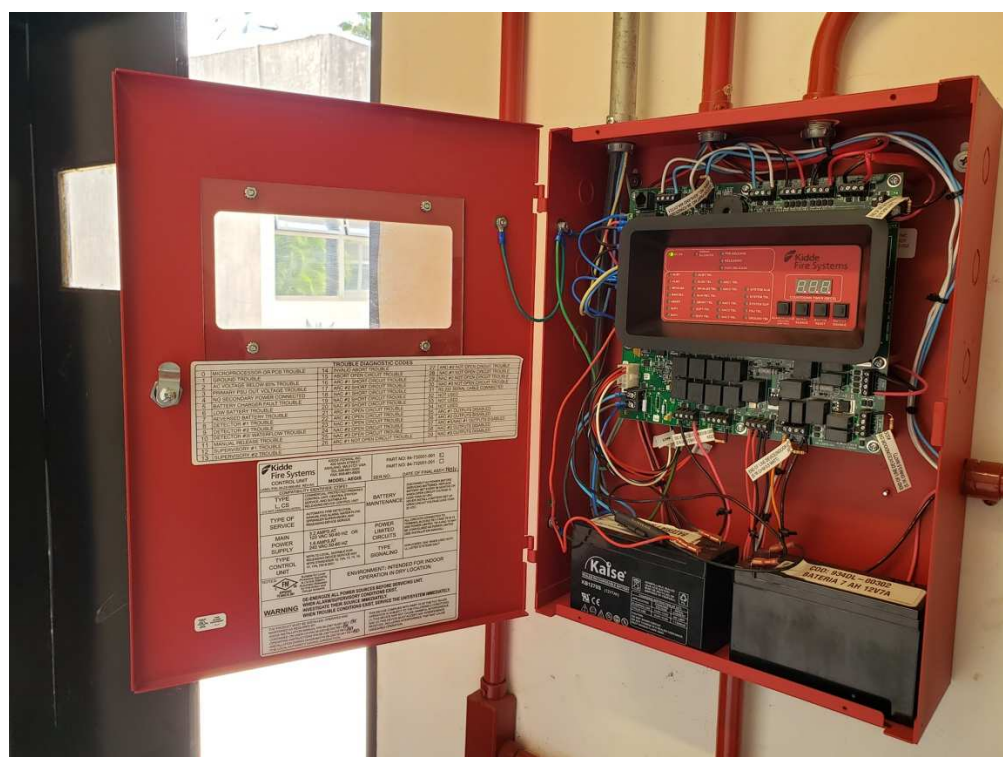


SENADO FEDERAL





SENADO FEDERAL



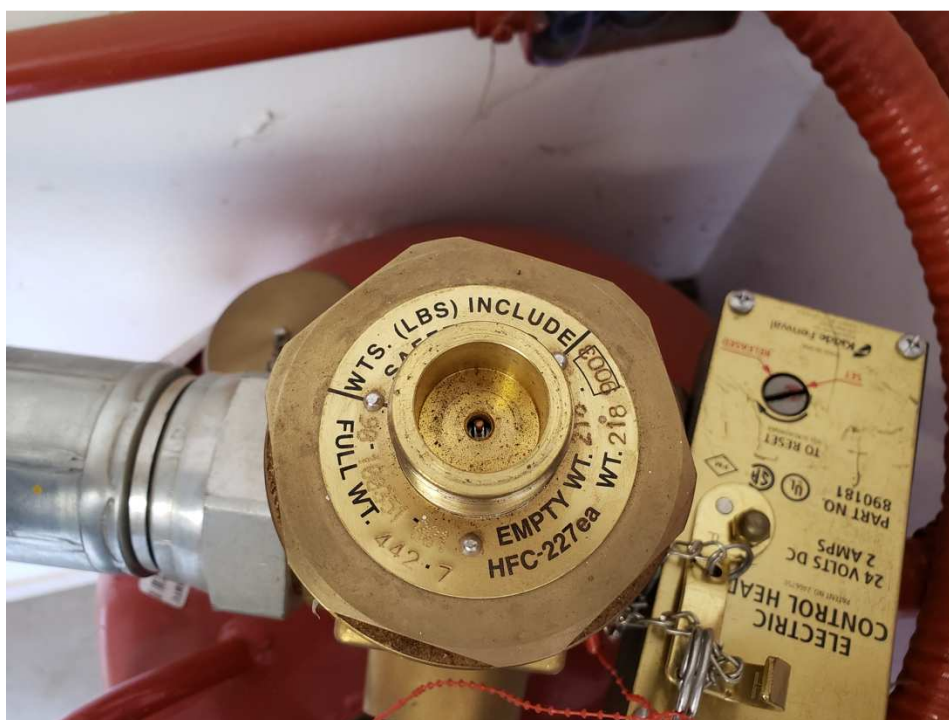


SENADO FEDERAL





SENADO FEDERAL



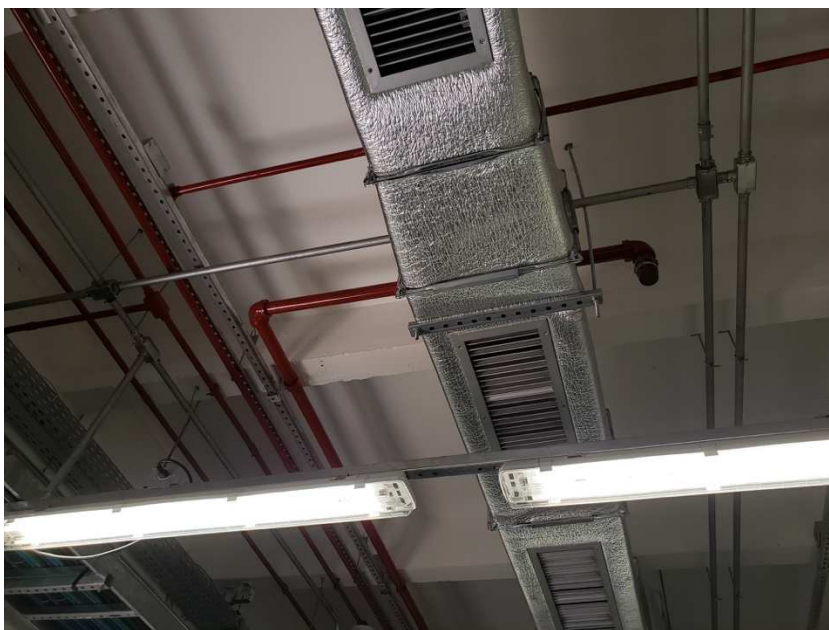


SENADO FEDERAL



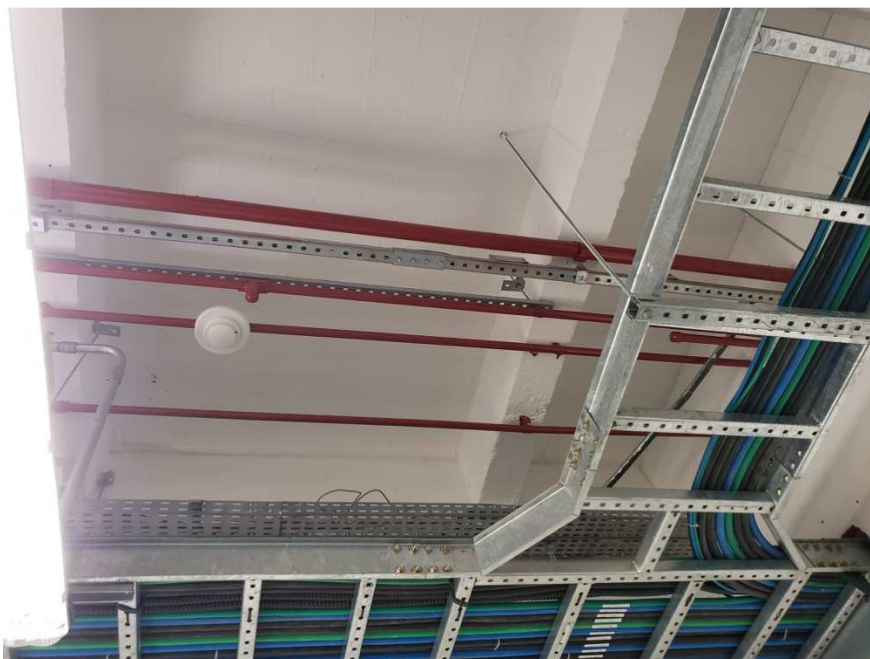


SENADO FEDERAL





SENADO FEDERAL





SENADO FEDERAL

D. Sistema predial do Prodasen

D.1. Seguem abaixo os principais detalhes técnicos do sistema de detecção e alarme de incêndio predial do Prodasen.

Equipamento	Marca	Modelo	Quant.	Observação
Central de alarme	EST	QuickStart QS1	1	
Detector de fumaça (fotoelétrico)	EST	SIGA-PS	142	Quant. estimada
Detector térmico/ termovelocimétrico	EST	SIGA-HRS	6	Quant. estimada
Chave de disparo manual	EST	SIGA-278	20	Quant. estimada
Avisador sonoro/visual	Edwards/EST	G1R-HDVM	20	Quant. estimada
Base para detector	EST	SIGA-SB	148	Quant. estimada
Módulo isolador	EST	SIGA-IM	13	Quant. estimada
Módulo monitor	EST	SIGA-MM1	1	Quant. estimada
Bateria	MHB	MS7-12	2	
Observação:	Demais equipamentos de pequeno porte (eletrodutos, condutores, etc.) fazem parte do sistema e não estão relacionados na lista acima. As informações foram baseadas em inspeções visuais e projetos e devem ser confirmadas pelas licitantes através de fotos ou por vistorias.			

Localização	Prodasen (Bloco 1), Senado Federal, Brasília, DF
Área protegida (aproximada, m²)	4650
Tipo de proteção	Monitoramento de sprinkler/hidrantes. Sem agente limpo e sem disparo automático. Sistemas de combate a incêndio predial existentes estão fora do escopo do contrato.
Tipo de área	Predial
Situação	Sistema fora de operação. Diagnóstico preliminar: instalação de uma placa controladora de laço (indevidamente removida), reprogramação da central e troca de detectores.
Planos de manutenção	Plano 1 - Sistema de detecção e alarme de incêndio (área predial)
EPIs obrigatórios	Sem EPIs obrigatórios. Demais EPIs conforme análise de segurança.
Treinamento obrigatório	Sem treinamento obrigatório. Demais treinamentos conforme análise de segurança.
Fornecedor original do sistema	Staefa Control System
Ano de comissionamento	2009/2010 (estimado)
Observações sobre o local	Predial. Bloco 01 do Senado Federal.



SENADO FEDERAL





SENADO FEDERAL





SENADO FEDERAL





SENADO FEDERAL

E. Sistema predial do Interlegis

E.1. Seguem abaixo os principais detalhes técnicos do sistema de detecção e alarme de incêndio predial do Interlegis.

Equipamento	Marca	Modelo	Quant.	Observação
Central de alarme	Simplex	4020	1	Peças conforme manual; Fonte: 636-341; Master Controller: 565-325; Standard Slave: 565-368; Power IO Interface: 565-256
Detector de fumaça (fotoelétrico)	Simplex	4098-9714	112	
Chave de disparo manual	Simplex	4099-9002 Breakglass	13	
Avisador sonoro/visual	Simplex	49AV-WRF	13	
Bateria	Unipower	Unipower UP1270SEG	2	
Base para detector	Simplex	4098-9792	112	
Módulo de IO	Simplex	Multi-way Input/Output Interface	(desconhecida)	Indicado em levantamentos prévios, não encontrada em campo
Módulo isolador	Simplex	Mapnet II Isolator (2190-9170)	2	Montado na central
Observação:	Demais equipamentos de pequeno porte (eletrodutos, condutores, etc.) fazem parte do sistema e não estão relacionados na lista acima. As informações foram baseadas em inspeções visuais e projetos e devem ser confirmadas pelas licitantes através de fotos ou por vistorias.			

Localização	Interlegis (Bloco 2), Senado Federal, Brasília, DF
Área protegida (aproximada, m²)	4448
Tipo de proteção	Sem monitoramento de sprinkler/hidrantes. Sem agente limpo e sem disparo automático. Sistemas de combate a incêndio predial existentes estão fora do escopo do contrato.
Tipo de área	Predial
Situação	Sistema fora de operação. Diagnóstico preliminar: fonte queimada.
Planos de manutenção	Plano 1 - Sistema de detecção e alarme de incêndio (área predial)
EPIs obrigatórios	Sem EPIs obrigatórios. Demais EPIs conforme análise de segurança.
Treinamento obrigatório	Sem treinamento obrigatório. Demais treinamentos conforme análise de segurança.
Fornecedor original do sistema	(desconhecido)
Ano de comissionamento	2001 (estimado)
Observações sobre o local	Predial. Bloco 02 do Senado Federal.



SENADO FEDERAL



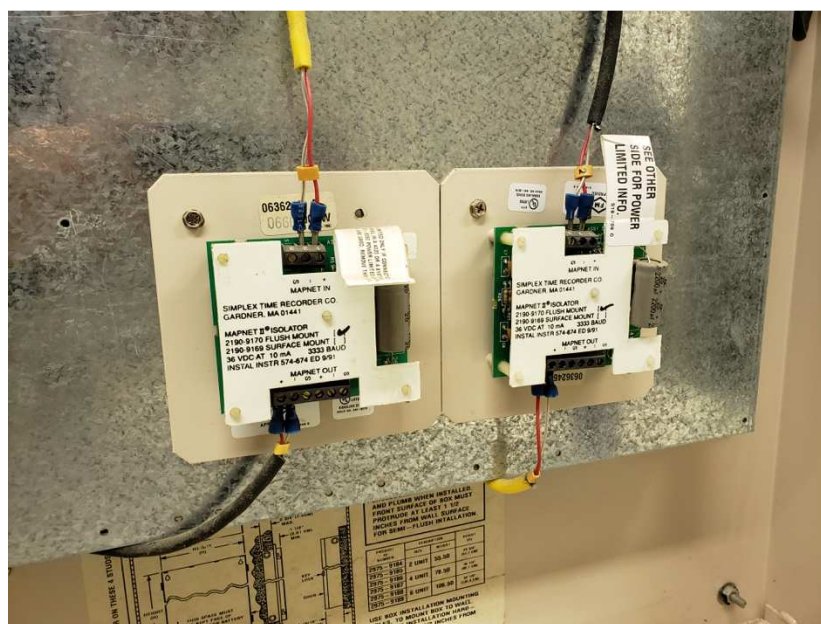


SENADO FEDERAL





SENADO FEDERAL





SENADO FEDERAL





SENADO FEDERAL

F. Observações

- F.1. As informações contidas nesse anexo foram baseadas em inspeções visuais, levantamentos de campo e projetos do acervo técnico do Senado Federal. Ressalta-se que pode haver divergências nos modelos e/ou quantitativos apresentados, especialmente nos sistemas mais antigos com documentação técnica limitada.
- F.2. Caso necessário, as licitantes devem confirmar as informações por intermédio de vistorias ou por meio das fotos disponibilizadas.
- F.3. Além disso, ao longo da execução contratual, poderá haver mudanças pontuais na quantidade de dispositivos conectados a cada central (avisadores, detectores e/ou monitores), tendo em vista a dinâmica do Senado Federal. As mudanças, se ocorrerem, serão pontuais e mínimas, e não alteram a complexidade total do sistema. A futura Contratada continuará responsável pelos sistemas, mesmo após as mudanças.
- F.4. A Contratada será responsável pelos sistemas no escopo da contratação em sua integridade, independente de eventuais divergências pontuais entre a situação real dos sistemas e o que foi apresentado neste anexo.



SENADO FEDERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 115/2021

(Processo nº 00200.009307/2020-71)

ANEXO 2-E

MODELO DE TERMO DE VISTORIA E DE DISPENSA DE VISTORIA

Modelo de Termo de Vistoria

Secretaria de Infraestrutura – Senado Federal Pregão Eletrônico n.º [Identificação do Pregão].	
Objeto da contratação: “Prestação de serviços de manutenção de sistemas de detecção, alarme e combate a automático incêndio instalados no Complexo Arquitetônico do Senado Federal, com prestação de serviços e fornecimento de materiais, conforme as Especificações Técnicas”.	
CAPÍTULO III - DA VISTORIA	
[Conteúdo do CAPÍTULO III - DA VISTORIA do Edital]	
Servidor responsável pelo acompanhamento da vistoria	Nome: Matrícula:
Data da vistoria	
Empresa licitante	
CNPJ	
E-mail e telefone	
Representante da licitante	Nome: CPF: RG:



SENADO FEDERAL

Declaro, em atendimento ao previsto no Edital do Pregão Eletrônico **[Identificação do Pregão]**, que a empresa **[Identificação da licitante]**, por intermédio do(a) Sr(a) **[Identificação do Representante da Empresa]**, portador(a) do CPF nº **[Número do CPF]** e RG nº **[Número do RG]**, vistoriou os locais onde serão executados os serviços objeto da licitação em questão.

Local e data

Assinatura e carimbo

(Representante do Senado Federal)

(Matrícula nº: _____)



SENADO FEDERAL

Modelo de Declaração de Dispensa de Vistoria

Declaro, em atendimento ao previsto no Edital do Pregão Eletrônico **[Identificação do Pregão]**, que eu, **[Nome completo do Responsável Técnico ou Representante da Empresa]**, **[Profissão]**, portador(a) do CPF nº **[Número do CPF]**, responsável técnico ou representante da empresa **[Nome da Empresa Licitante]**, estabelecida no(a) **[Endereço constante dos documentos de constituição da empresa]**, não considero necessário vistoriar o local, pois as informações constantes do Edital da licitação são suficientes para avaliar as condições e grau de dificuldade para a plena execução do serviço.

Local e data

Assinatura

(Responsável Técnico ou Representante da Empresa)

(CPF nº: _____)



SENADO FEDERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 115/2021

(Processo nº 00200.009307/2020-71)

ANEXO 2-F

MODELO DE DESIGNAÇÃO DE PREPOSTO

Titular: _____, brasileiro____, RG____, CPF_____.

Substituto(s): _____, brasileiro____, RG____, CPF_____.

A empresa _____, sediada/filial à [endereço], [cidade-UF], inscrita no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], neste ato representada por seu Diretor-Presidente, abaixo assinado, nomeia e constitui as pessoas acima qualificadas como seus Prepostos, para bem representá-la perante o Senado Federal no âmbito do contrato nº ____/20____, durante todo o período de vigência contratual e prorrogações legais, se houver.

Os Prepostos acima designados têm poderes bastantes e suficientes para receber e enviar – sempre por escrito – comunicações, notificações, reclamações e outros documentos, reportar-se à Fiscalização e ao órgão gestor do contrato sempre que necessário, debater assuntos administrativos e contratuais, concordar, discordar, transigir, desistir, firmar compromissos, assinar e rubricar atas, comunicações e outros documentos, recorrer de qualquer instância administrativa, entregar documentos, requerer informações e providências, formular solicitações, registrar e controlar a assiduidade e a pontualidade dos ocupantes dos postos de trabalho e orientá-los no que couber, requer internamente à empresa a adoção das providências que se façam necessárias para a plena execução contratual e para a correção das falhas detectadas, podendo enfim, praticar todos os atos necessários e implícitos ao fiel, pleno e perfeito desempenho da presente designação.

Local e data

Assinatura

(Diretor-Presidente da Empresa)

(CPF nº:_____)



SENADO FEDERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 115/2021

(Processo nº 00200.009307/2020-71)

ANEXO 2-G

DITETRIZER DE SEGURANÇA, MEIO AMBIENTE E SAÚDE - SMS

A. INTRODUÇÃO

1. A execução dos serviços objeto desta contratação deverá ser precedida das Diretrizes de Segurança, Meio Ambiente e Saúde – SMS abaixo detalhadas.
2. Estas exigências definem os deveres e as responsabilidades da Contratada e estabelecem as orientações e procedimentos concernentes às atividades de Segurança Industrial, Saúde Ocupacional e Proteção ao Meio Ambiente, que devem ser cumpridas com o objetivo de proteger pessoas, equipamentos e instalações do Senado Federal e da Contratada, bem como promover a preservação do meio ambiente e a aptidão ao trabalho dos seus empregados, em decorrência da execução dos serviços ora contratados.
3. Além das exigências contidas neste Anexo, a Contratada deve atender aos requisitos dos Aspectos de Segurança Industrial, Saúde Ocupacional e Proteção ao Meio Ambiente constantes da legislação e normas infralegais existentes em âmbito distrital e federal.

B. DA SEGURANÇA E HIGIENE DO TRABALHO

4. A Contratada deverá fornecer aos seus funcionários e subcontratados todos os equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC) exigidos por regramento oficial, cumprindo, no que couber, as determinações das Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego, em especial: NR 1 – Disposições Gerais; NR 6 – Equipamentos de Proteção Individual – EPI; NR 10 – Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade; NR 35 – Trabalho em Altura.
5. Complementarmente, em relação aos riscos de arco elétrico, devem ser observadas as orientações e normativos internacionais, incluindo a NFPA 70E, a IEEE 1584 e demais normas consolidadas, além das melhores práticas de engenharia, tendo em vista a ausência de normas brasileiras específicas sobre o assunto.
6. A seleção e a especificação técnica dos EPI devem ser definidas pela Contratada em função da avaliação dos riscos inerentes aos serviços contratados. Os EPIs devem ser



SENADO FEDERAL

eficazes e eficientes para garantir a preservação da saúde dos trabalhadores frente aos riscos do ambiente de trabalho onde os serviços serão desenvolvidos, conforme os níveis a que os empregados poderão estar expostos. Além disso, as especificações e EPIs mínimos previstos no Edital e seus anexos (incluindo o Caderno de Especificações Técnicas) também devem ser observados.

7. A Contratada deve sinalizar, quando aplicável e em conformidade com a legislação, os locais e áreas de risco onde serão executados os serviços contratados, indicando a obrigatoriedade de uso e o tipo adequado de EPI a ser utilizado.
8. A Contratada deverá acompanhar direta e continuamente sua equipe de trabalho e fazer cumprir a determinação de uso obrigatório dos EPIs e EPCs, podendo sofrer glosas e penalidades contratuais em caso de não observância.
9. Constatada a falta ou o uso inadequado de EPI, cabe à Contratada corrigir imediatamente tal desconformidade ou retirar o empregado da exposição aos riscos, até que seja suprida a falta ou adotada a prática de uso adequado.
10. A Contratada manterá organizadas, limpas e em bom estado de higiene as instalações dos locais de execução dos serviços, das casas de máquinas, das vias de circulação, das passagens e das escadarias, coletando e removendo regularmente as sobras de materiais, entulhos e detritos em geral.
11. A Contratada deverá estocar e armazenar os materiais de forma a não prejudicar o trânsito de pessoas e a circulação de materiais, bem como não obstruir portas e saídas de emergência e impedir o acesso de equipamentos de combate a incêndio.
12. Todos os serviços deverão ser realizados de acordo com as normas técnicas e de segurança vigentes.
13. Caberá à Contratada comunicar à Fiscalização e, nos casos de acidentes, às autoridades competentes, da maneira mais detalhada possível, por escrito, todo tipo de acidente ou incidente que ocorrer durante a execução dos serviços, inclusive princípios de incêndio.
14. O Senado Federal realizará inspeções periódicas nos locais de execução dos serviços, a fim de verificar o cumprimento das medidas de segurança adotadas nos trabalhos, o estado de conservação dos equipamentos de proteção individual e dos dispositivos de proteção de máquinas e ferramentas que ofereçam riscos aos trabalhadores, bem como a observância das demais condições estabelecidas pelas normas de segurança e saúde no trabalho.
15. O Senado Federal também poderá estabelecer padrões e procedimentos mínimos de segurança, conforme cada caso. Nesses casos, a Contratada deverá seguir as orientações



SENADO FEDERAL

do Senado Federal, podendo exceder as exigências mínimas previstas em norma ou pela análise da Contratada se entender que é necessário.

16. Caso a Fiscalização identifique alguma situação insegura, ela poderá solicitar a interrupção imediata da atividade. A Contratada deverá esclarecer a situação, e retomar a atividade caso seja autorizado. A interrupção da atividade insegura pela Fiscalização não isenta a Contratada de eventuais penalidades.
17. Da mesma forma, o Senado Federal poderá exigir previamente o detalhamento e a documentação de segurança das atividades a serem realizadas. Caso ela não seja apresentada ou seja apresentada de forma não satisfatória, intempestiva ou incompleta, a Fiscalização poderá não autorizar a execução do serviço. É obrigação da Contratada realizar as análises e o planejamento com a devida antecedência. Nesses casos, eventuais atrasos serão responsabilidade da Contratada, sem abono ou extensão de prazo pela Fiscalização exceto em casos especiais.
18. A Contratada deverá indicar e manter durante a execução do contrato os Responsáveis Técnicos pelos serviços.

C. DO MANEJO DE EQUIPAMENTOS, MATERIAIS E RESÍDUOS

19. Todos os resíduos, incluindo lubrificantes, e os materiais inservíveis provenientes dos serviços de substituição, instalação e manutenção decorrentes da presente contratação serão descartados pela Contratada conforme a legislação ambiental distrital e federal.
20. Nenhuma substância sólida, semissólida, líquida, gasosa ou de vapor deve ser descartada sem prévia análise de suas consequências e impactos ao meio ambiente. A Fiscalização deve ser informada com antecedência quando da necessidade de descarte de tais substâncias, bem como quanto aos procedimentos a serem utilizados pela Contratada para atender aos requisitos legais e para prevenir ocorrências anormais, acidentes e impactos indesejados ao meio ambiente.
21. Correrá por conta da Contratada a gestão, o armazenamento, o transporte e a disposição final de materiais, resíduos, efluentes ou emissões.
22. A Contratada será responsável pelo descumprimento das normas de higiene e segurança do trabalho por parte de seus empregados nas atividades realizadas nas dependências do Complexo Arquitetônico do Senado Federal.
23. A presença da Fiscalização durante a execução dos serviços, quaisquer que sejam os atos praticados no desempenho de suas atribuições, não implicará solidariedade ou corresponsabilidade com a Contratada, que responderá única e integralmente pela



SENADO FEDERAL

execução dos serviços, inclusive pelos serviços executados por suas subcontratadas, na forma da legislação vigente.

24. Para os materiais listados no art. 33 da Lei nº 12.305/2010 (baterias, óleos, lâmpadas, produtos eletroeletrônicos etc.), a Contratada deverá atuar mediante sistema de logística reversa, descartando os materiais substituídos na forma estabelecida nos regulamentos ambientais, resoluções e legislações vigentes aplicáveis. Se necessário, o custo para esse descarte deverá estar incluso no custo de cada um desses materiais.
 - 24.1. Deverão ser apresentados declarações/certificados de conformidade de descarte sempre que solicitados pela Fiscalização.
25. Resíduos inertes de pequeno porte, oriundos de atividades corriqueiras do contrato e atividades de escritório, poderão ser descartados com os demais resíduos do Senado Federal.
26. Para os demais materiais, incluindo baterias, pilhas, óleos, hidrocarbonetos, restos de vidro, material contaminado (incluindo EPIs, estopas etc.) e demais resíduos perigosos (Classe I conforme a ABNT NBR 10004) e não inertes (Classe II A, conforme a ABNT NBR 10004), a responsabilidade de descarte é da Contratada. Não haverá ressarcimento referente aos custos de armazenagem, embalagem, transporte e disposição final de materiais, resíduos, efluentes ou emissões.
27. Ressalta-se que:
 - 27.1. O descarte de óleos lubrificantes, fluidos, drenados e resíduos sólidos oleosos (embalagens, filtros, estopas, panos) usados deverá ser realizado conforme regulamentos ambientais do Distrito Federal e da União, Resoluções CONAMA nº 362/2005 e nº 430/2011, bem como suas respectivas alterações e demais normas vigentes;
 - 27.2. O descarte de baterias e demais resíduos sólidos deverão ser realizados conforme a Lei nº 12.305/2010, suas alterações e demais normas vigentes;
 - 27.3. Quando aplicável, o descarte deve ser feito conforme as determinações do Comitê Gestor do Plano Integrado de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil e Volumosos – CORC/DF;
 - 27.4. As pilhas e baterias adquiridas no âmbito desta contratação deverão atender à legislação vigente, em especial a Resolução CONAMA nº 401/2008, a Instrução Normativa IBAMA nº 03/2010 e a Política Nacional de Resíduos Sólidos PNRS, instituída pela Lei nº 12.305/2010.



SENADO FEDERAL

28. Os casos especiais serão resolvidos pela Fiscalização.

D. TRABALHO EM ELETRICIDADE

29. Em relação aos trabalhos com eletricidade, deverão ser seguidas as diretrizes previstas na NR 10, além das recomendações adicionais especificadas abaixo.
30. As instalações do Senado Federal englobam instalações de extra-baixa, baixa e média tensão, além de painéis elétricos com correntes de curto-circuito estimadas em até 90 kA e categoria de arco 4, conforme a NFPA 70E. Algumas instalações contam ainda com múltiplas fontes de energia e configurações complexas, o que exige procedimentos específicos de segurança e manutenção.
31. A idade dos componentes do sistema elétrico do Senado Federal é variada, com diferenças nos padrões de montagem e segurança dos equipamentos instalados. Dessa forma, é obrigação da Contratada avaliar individualmente cada situação do ponto de vista de segurança, tomando a ação adequada conforme cada caso.
32. As intervenções deverão ser feitas preferencialmente com os sistemas desenergizados, exceto nos casos de medição e diagnóstico que exijam que os equipamentos estejam em funcionamento. Intervenções com o sistema energizado deverão ser excepcionais e devidamente analisadas e aprovadas pela equipe de segurança da Contratada.
33. Os trabalhadores autorizados a intervir em instalações elétricas devem possuir treinamento específico sobre os riscos decorrentes do emprego da energia elétrica e as principais medidas de prevenção de acidentes em instalações elétricas, de acordo com o estabelecido no Anexo II da norma NR 10. Além disso, quando necessário, deverão utilizar EPI adequado à execução de tarefas em áreas com instalações elétricas de baixa e média tensão.
34. Os colaboradores envolvidos nas atividades de manutenção nas áreas com risco de arco elétrico deverão fazer uso de vestimentas antichamas (macacão ou calça e camisa), grau de risco 2, conforme as normas NFPA 2112, NFPA 70E, ASTM F1959/99, ASTM F1506/10, NR 10 e NR 6. A título de padronização, o uso de vestimentas antichamas será obrigatório em todas as salas com risco elevado de arco, independente da distância do painel elétrico, sempre que o local estiver energizado.
35. Adicionalmente, a Contratada deverá realizar uma análise e determinar os EPIs que são obrigatórios para cada local.
36. A Análise de Risco deverá ser realizada sempre que necessário, especialmente em atividades de maior complexidade e risco como as manutenções de grande porte.



SENADO FEDERAL

37. A depender do risco e complexidade da atividade, deverão ser elaborados procedimentos específicos, buscando mitigar os riscos e a possibilidade de erros. Os procedimentos deverão ser compartilhados e aprovados pela Fiscalização sempre que necessário. A Fiscalização poderá não autorizar a execução de um determinado serviço caso entenda que os procedimentos elaborados não são adequados.
38. As técnicas e procedimentos de segurança deverão ser seguidos, incluindo o uso efetivo de sistemas de bloqueio de energização (*Lock Out, Tag Out*) quando necessário.

E. TRABALHO EM ESPAÇOS CONFINADOS

39. Conforme a norma NR 33 – Segurança e saúde nos trabalhos em espaços confinados, considera-se espaço confinado qualquer área ou ambiente não projetado para ocupação humana contínua, que possua meios limitados de entrada e saída, cuja ventilação existente é insuficiente para remover contaminantes ou onde possa existir deficiência ou enriquecimento de oxigênio.
40. Nos trabalhos em eventuais espaços confinados existentes nas dependências do Complexo Arquitetônico do Senado Federal, de acordo com a situação de risco existente, a Contratada deverá seguir e atender às normas NBR 14787 e NR 33, dispor de sinalizações e barreiras necessárias, funcionários treinados, equipamentos de proteção individual, equipamentos de comunicação e iluminação e equipamentos de resgate necessários.
41. A Contratada deverá inclusive realizar quaisquer ensaios necessários para o reconhecimento e identificação dos espaços confinados existentes (incluindo possíveis testes quanto aos níveis de oxigênio, inflamáveis, gases/vapores tóxicos, poeiras/fumos/névoa tóxicos – conforme item 2 do Anexo A da norma NBR 14787:2002).

E.1. Permissão de Entrada e Trabalho – PET em espaços confinados

42. Para os trabalhos em eventuais espaços confinados, o acesso a esses somente deve ser liberado por funcionários da Contratada treinados e apenas após a emissão, por escrito, da Permissão de Entrada e Trabalho –PET – inclusive conforme Anexo II da norma NR 33. A PET deve conter o conjunto de medidas de controle visando à entrada e ao desenvolvimento de trabalho seguro, além de medidas de emergência e resgate em espaços confinados.
43. A PET deve ser emitida, aprovada pelo responsável pela autorização da permissão, disponibilizada no local de execução da atividade e, ao final, encerrada e arquivada de



SENADO FEDERAL

forma a permitir sua rastreabilidade. A Contratada deverá apresentar prontamente à Fiscalização, sempre que solicitado, as Permissões de Trabalho.

F. PROTEÇÃO DO TRABALHO EM ALTURA

44. Deverão ser tomadas pela Contratada, além das medidas gerais de segurança do trabalho, as medidas para proteção dos seus empregados em trabalhos realizados em altura, nos termos da norma NR 35 – Trabalho em altura. Conforme a norma NR 35, considera-se trabalho em altura toda a atividade executada acima de 2,00 m (dois metros) do nível inferior, onde haja risco de queda.
45. Todas as atividades com risco para os trabalhadores devem ser precedidas de análise e o trabalhador deve ser informado sobre estes riscos e sobre as medidas de proteção implantadas pela empresa, conforme estabelece a norma NR 1 – Disposições Gerais. As determinações da norma NR 35 não isentam a Contratada da adoção de medidas para eliminar, reduzir ou neutralizar os riscos nos trabalhos realizados a qualquer altura, seja ela igual, superior ou inferior a 2,00 m.
46. Nas lacunas da norma NR 35, deverão ser buscados os dispositivos aplicáveis ao trabalho em altura nas demais normas regulamentadoras, normas técnicas nacionais ou internacionais e legislações vigentes aplicáveis.
47. Caberá à Contratada garantir a implementação de todas as medidas determinadas pela norma NR 35, compreendendo, dentre outros, os seguintes procedimentos previstos:
 - 47.1. Elaborar, emitir e encaminhar à Fiscalização as **Análises de Risco – AR**, as **Permissões de Trabalho – PT** e os **Procedimentos Operacionais**, nas situações previstas na norma NR 35;
 - 47.2. Assegurar a realização de avaliação prévia das condições no local do trabalho em altura, pelo estudo, planejamento e implementação das ações e medidas complementares de segurança aplicáveis. A avaliação prévia deve ser realizada no local do serviço pelo trabalhador ou equipe de trabalho, considerando as boas práticas de segurança e saúde no trabalho;
 - 47.3. Adotar as providências necessárias para acompanhar o cumprimento das medidas de proteção estabelecidas na norma NR 35 pelas empresas contratadas, nos casos de subcontratação permitidos;
 - 47.4. Garantir aos trabalhadores informações atualizadas sobre os riscos e as medidas de controle;



SENADO FEDERAL

- 47.5. Garantir que qualquer trabalho em altura só se inicie depois de adotadas as medidas de proteção definidas na norma NR 35;
 - 47.6. Assegurar a suspensão dos trabalhos em altura quando verificar situação ou condição de risco não prevista, cuja eliminação ou neutralização imediata não seja possível, dando ciência imediata à Fiscalização;
 - 47.7. Estabelecer uma sistemática de autorização dos trabalhadores para trabalho em altura;
 - 47.8. Assegurar que todo trabalho em altura seja realizado sob supervisão, cuja forma será definida pela Análise de Riscos de acordo com as peculiaridades da atividade;
 - 47.9. Assegurar a organização e o arquivamento da documentação prevista na norma NR 35;
 - 47.10. Tomar todas as medidas para que seus empregados cumpram as disposições legais e regulamentares sobre trabalho em altura, inclusive os procedimentos expedidos pela Contratada;
 - 47.11. Orientar seus empregados a interromper suas atividades exercendo o direito de recusa, sempre que constatarem evidências de riscos graves e iminentes para sua segurança e saúde ou a de outras pessoas, comunicando imediatamente o fato ao seu superior hierárquico, que diligenciará as medidas cabíveis para o prosseguimento dos serviços de forma segura e dará ciência imediata à Fiscalização;
 - 47.12. Assegurar que seus empregados zelem por sua segurança e saúde e a de outras pessoas que possam ser afetadas por suas ações ou omissões no trabalho;
 - 47.13. Dispor de equipe capacitada e treinada para trabalhos em altura, conforme item 35.3 da norma NR 35, de forma a garantir que todo trabalho em altura será planejado, organizado e executado por trabalhador capacitado e autorizado; e
 - 47.14. Avaliar o estado de saúde dos seus empregados que exercem atividades em altura, garantindo o previsto no item 35.4.1 da norma NR 35, mantendo cadastro atualizado que permita conhecer a abrangência da autorização de cada trabalhador para trabalho em altura. Tal cadastro poderá ser solicitado pela Fiscalização para averiguação.
48. No planejamento do trabalho em altura, devem ser adotadas as seguintes medidas pela Contratada, de acordo com a hierarquia abaixo, conforme item 35.4.2 da norma NR 35:



SENADO FEDERAL

- 48.1. Medidas para evitar o trabalho em altura, sempre que existir meio alternativo de execução. Adotar um meio alternativo de execução sem expor o trabalhador ao risco de queda é a melhor alternativa; e
- 48.2. Medidas que minimizem as consequências da queda, quando o risco de queda não puder ser eliminado.

F.1. Análise de Risco – AR para trabalhos em altura

- 49. Todo trabalho em altura deverá ser precedido de Análise de Risco. Análise de risco é um método sistemático de exame e avaliação de todas as etapas e elementos de um determinado trabalho para:
 - 49.1. Desenvolver e racionalizar toda a sequência de operações que o trabalhador executará;
 - 49.2. Identificar os riscos potenciais de acidentes físicos e materiais; e
 - 49.3. Identificar e corrigir problemas operacionais e implementar a maneira correta para execução de cada etapa do trabalho com segurança.
- 50. A Análise de Risco deve ser documentada e é fundamentada em metodologia de avaliação e procedimentos conhecidos, divulgados e praticados e, principalmente, aceitos pelo poder público, órgãos e entidades técnicas.
- 51. A Análise de Risco, além dos riscos inerentes ao trabalho em altura, deve considerar:
 - 51.1. O local em que os serviços serão executados e seu entorno;
 - 51.2. O isolamento e a sinalização no entorno da área de trabalho;
 - 51.3. O estabelecimento dos sistemas e pontos de ancoragem;
 - 51.4. As condições meteorológicas adversas;
 - 51.5. A seleção, inspeção, forma de utilização e limitação de uso dos sistemas de proteção coletiva e individual, atendendo às normas técnicas vigentes, às orientações dos fabricantes e aos princípios da redução do impacto e dos fatores de queda;
 - 51.6. O risco de queda de materiais e ferramentas;
 - 51.7. Os trabalhos simultâneos que apresentem riscos específicos;
 - 51.8. O atendimento a requisitos de segurança e saúde contidos nas demais normas regulamentadoras;



SENADO FEDERAL

- 51.9. Os riscos adicionais ao risco do trabalho em altura, como riscos mecânicos, elétricos, contaminação, soterramento etc.;
- 51.10. As condições impeditivas, ou seja, situações que impedem a realização ou continuidade do serviço que possam colocar em risco a saúde ou a integridade física do trabalhador;
- 51.11. As situações de emergência e o planejamento do resgate e primeiros socorros, de forma a reduzir o tempo da suspensão inerte do trabalhador;
- 51.12. A necessidade de sistema de comunicação; e
- 51.13. A forma de supervisão.

F.2. Procedimento Operacional para trabalhos em altura

- 52. Para atividades rotineiras de trabalho em altura a Análise de Risco poderá estar contemplada no respectivo Procedimento Operacional. As atividades rotineiras são aquelas habituais, independente da frequência, que fazem parte do processo de trabalho da empresa. O disposto neste item diz respeito a excluir a obrigatoriedade de realização de uma Análise de Risco documentada anteriormente a cada momento de execução destas atividades, desde que os requisitos técnicos da Análise de Risco estejam contidos nos respectivos Procedimentos Operacionais.
- 53. O Procedimento Operacional para as atividades rotineiras de trabalho em altura deve conter, no mínimo, as diretrizes e os requisitos da tarefa, as orientações administrativas, o detalhamento da tarefa, as medidas de controle dos riscos característicos à rotina, as condições impeditivas, os sistemas de proteção coletiva e individual necessários e as competências e responsabilidades.

F.3. Permissão de Trabalho para trabalhos em altura

- 54. As atividades de trabalho em altura não rotineiras devem ser previamente autorizadas pelos Responsáveis Técnicos da Contratada mediante Permissão de Trabalho.
- 55. A Permissão de Trabalho deve ser emitida, aprovada pelo responsável pela autorização da permissão, disponibilizada no local de execução da atividade e, ao final, encerrada e arquivada de forma a permitir sua rastreabilidade. A Contratada deverá apresentar prontamente à Fiscalização, sempre que solicitado, as Permissões de Trabalho.
- 56. A Permissão de Trabalho deve conter os requisitos mínimos a serem atendidos para a execução dos trabalhos, as disposições e medidas estabelecidas na Análise de Risco além da relação de todos os envolvidos e suas autorizações.



SENADO FEDERAL

57. A Permissão de Trabalho deve ter validade limitada à duração da atividade, restrita ao turno de trabalho, podendo ser revalidada pelo responsável pela aprovação nas situações em que não ocorram mudanças nas condições estabelecidas ou na equipe de trabalho.



SENADO FEDERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 115/2021

(Processo nº 00200.009307/2020-71)

ANEXO 2-H

ESPECIFICAÇÕES CONSOLIDADAS

A. Especificações Técnicas

1. Neste anexo, encontram-se as especificações técnicas consolidadas referentes aos serviços e materiais a serem fornecidos no âmbito da contratação.
2. As especificações técnicas são apresentadas através de fichas específicas para cada item. Os itens têm designação em formato padronizado, com código no formato SF-XXXXX, onde XXXXX é um número sequencial único (exemplo: SF-12345).
3. Ressalta-se, conforme especificado no ANEXO 2-B – Caderno de Especificações Técnicas, que a indicação de marca e modelo configura mera referência comercial, uma vez que sem tal indicação alguns itens se tornam de difícil descrição. Não há obrigação de a Contratada fornecer exclusivamente as referências comerciais listadas – serão aceitos materiais e serviços tecnicamente equivalentes (similares) nos termos do ANEXO 2-B.

(Observação: As Fichas de Itens serão disponibilizadas às licitantes pela COPELI, juntamente com o edital, em formato “zip”, por ocasião da divulgação do edital.)



SENADO FEDERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 115/2021

(Processo nº 00200.009307/2020-71)

ANEXO 3

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº

Que entre si celebram, de um lado, a UNIÃO por intermédio do SENADO FEDERAL e, do outro, _____, para a **prestação de serviços de manutenção de sistemas de detecção, alarme e combate automático a incêndio instalados no Complexo Arquitetônico do Senado Federal, com fornecimento de materiais.**

A **UNIÃO**, por intermédio do SENADO FEDERAL, doravante denominado SENADO ou CONTRATANTE, com sede na Praça dos Três Poderes, em Brasília-DF, CNPJ nº 00.530.279/0001-15, neste ato representado pela sua Diretora-Geral, _____, e _____, com sede na _____, fax nº (____) ____-____ e (____) ____-____, telefone nº (____) ____-____ e ____-____, CNPJ-MF nº _____ /____-____, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. _____, CI. _____, expedida pela ____/____, CPF nº. _____-____, resolvem celebrar o presente contrato, decorrente do **PREGÃO ELETRÔNICO nº ____/20__**, homologado pela Senhora Diretora-Geral, conforme [documento digital nº _____](#) do Processo nº 00200.009307.2020-71, incorporando o edital e a proposta apresentada pela CONTRATADA, [documento digital nº _____](#), a este instrumento, e sujeitando-se as partes às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da Política de Contratações do Senado Federal, Anexo V da Resolução nº 13 de 2018 e do Ato da Diretoria-Geral nº 9 de 2015, e das cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente instrumento tem por objeto a **prestação de serviços de manutenção de sistemas de detecção, alarme e combate automático a incêndio instalados no Complexo Arquitetônico do Senado Federal, com fornecimento de materiais**, durante 30 (trinta) meses consecutivos, de acordo com os termos e especificações constantes deste contrato e do edital.



SENADO FEDERAL

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

São obrigações da CONTRATADA, além de outras previstas neste contrato ou decorrentes da natureza do ajuste:

- I** – manter durante a execução deste contrato as condições de habilitação e de qualificação que ensejaram sua contratação, bem como a compatibilidade com as obrigações assumidas;
- II** – apresentar cópias autenticadas das alterações do ato constitutivo, sempre que houver;
- III** – efetuar o pagamento de seguros, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, assim como quaisquer outras despesas diretas e/ou indiretas relacionadas com a execução deste contrato;
- IV** – manter, durante a realização de serviços nas dependências do SENADO, os seus empregados e prepostos devidamente identificados e munidos dos equipamentos de proteção e segurança do trabalho, quando for o caso;
- V** – designar formalmente, no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, contados da assinatura do contrato, um preposto para lhe representar frente à Administração, em estrita observância ao Capítulo III do Código Civil Brasileiro (“Dos Prepostos”), ao art. 68 da Lei 8.666/93 e demais regulamentos aplicáveis, com, no mínimo, os poderes indicados no modelo de designação de preposto mostrado no Anexo 2-F;
 - a)** Deverá ser demonstrada a competência do respectivo signatário para delegar poderes ao preposto mediante a apresentação de documentação comprobatória (contrato social, atas de assembleia, procurações etc.).
- VI** - providenciar, às suas expensas, licenças, cadastros e autorizações junto aos órgãos federais, estaduais e distritais que eventualmente forem necessárias para execução das atividades previstas neste contrato;
- VII** - fornecer aos empregados Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC), obedecendo ao disposto nas normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e ao estabelecido nos Anexos 2-B e 2-G do edital;
- VIII** - prover suas equipes técnicas com todas as ferramentas e instrumentos necessários à perfeita execução dos serviços;
- IX** - acompanhar direta e continuamente suas equipes de trabalho e fazer cumprir a determinação de uso obrigatório dos EPIs e EPCs, bem como a utilização das ferramentas adequadas, sujeitando-se à aplicação de penalidades contratuais em caso de não observância;



SENADO FEDERAL

X - fornecer previamente à Fiscalização, para registro e autorização de entrada pela Secretaria de Polícia Legislativa, os dados de identificação (marca, modelo, cor, placa) dos veículos que necessitam ter acesso ao Complexo Arquitetônico do Senado Federal, próprios ou de terceiros, assim como a identificação de motoristas e ajudantes, sempre que necessário;

XI - comunicar à Fiscalização ou ao órgão gestor do contrato, conforme o caso, todas as ocorrências anormais verificadas na execução dos serviços, com os dados e as circunstâncias julgados necessários ao relato e ao esclarecimento dos fatos;

XII - selecionar e responsabilizar-se pela qualificação dos empregados que irão prestar o serviço objeto deste contrato, bem como promover o treinamento e a reciclagem em relação às Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho aplicáveis;

XIII - alocar empregados devidamente capacitados e habilitados para os serviços contratados, de forma a manter equipes capazes de executar, de modo eficiente e no mínimo, todas as tarefas descritas no Anexo 2-B do edital;

XIV - manter a disciplina nos locais dos serviços e retirar e substituir, imediatamente, o empregado ou colaborador com conduta insatisfatória e/ou inconveniente, quando devidamente justificado;

XV - manter seus empregados identificados por intermédio de crachás, com fotografia recente, expedidos pela Polícia do SENADO, providenciando tempestivamente a documentação necessária;

XVI - cumprir, por parte de seus empregados e colaboradores, as normas disciplinares e as orientações de segurança e de prevenção de incêndios, bem como qualquer outra que discipline as atividades internas do SENADO;

XVII - fornecer à Fiscalização ou ao órgão gestor do contrato todas as informações por este solicitadas, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**;

XVIII - entregar ao órgão gestor do contrato até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, quando não for possível a verificação da regularidade dos mesmos no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF:

- a)** Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);
- b)** Certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede da CONTRATADA;
- c)** Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- d)** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.



SENADO FEDERAL

XIX - não utilizar as dependências do SENADO para fins diversos do objeto do contrato ou utilizar os recursos previstos no contrato para fins diversos do objeto;

XX - responsabilizar-se pela direção técnica e a execução dos serviços descritos neste contrato, cabendo ao SENADO apenas a função de zelar pelo cumprimento do contrato, segundo os ditames legais e da boa técnica;

a) A existência de fiscalização pelo SENADO não diminui nem atenua a responsabilidade da CONTRATADA pela execução de qualquer serviço.

XXI - apresentar Anotação de Responsabilidade Técnica – ART para execução dos serviços, com readequação conforme a necessidade e prazos indicados no Anexo 2-B do edital;

XXII - executar, às suas expensas, os serviços necessários à completa e perfeita execução do objeto da contratação, não sendo admitidas alegações por parte da CONTRATADA de desconhecimento ou omissões;

XXIII - cumprir plenamente as disposições e especificações contidas neste contrato, sob pena de aplicação de penalidades contratuais;

XXIV - observar e gerenciar ativamente o Plano de Manutenção e outras rotinas periódicas, conforme disposto no Anexo 2-B do edital;

XXV - zelar pelo patrimônio público, acionando a Fiscalização quando observar a possibilidade de risco de danos ao patrimônio;

XXVI - zelar pela saúde de todos que transitam pelo SENADO, acionando a Fiscalização quando observar a possibilidade de risco à saúde de qualquer pessoa que esteja nas dependências do SENADO;

XXVII - informar previamente à Fiscalização a necessidade de intervenção que cause indisponibilidade dos equipamentos e/ou sistemas do SENADO;

XXVIII - tomar todas as providências necessárias para a manutenção da limpeza, da organização e da estética nos locais que sofrerão intervenções;

a) Manter o local de execução dos serviços permanentemente limpo, livre de quaisquer sujidades causadas pela execução dos serviços, procedendo tanto à limpeza grossa quanto à fina logo após o término de quaisquer trabalhos;

b) Remover detritos, consumíveis e demais resíduos resultantes dos serviços, que deverão ser devidamente acondicionados, transportados e depositados em locais apropriados, para reciclagem ou descarte, de acordo com as normas aplicáveis.



SENADO FEDERAL

XXIX - realizar toda a engenharia de manutenção necessária para maximizar a confiabilidade e vida útil dos equipamentos;

XXX - realizar os serviços com equipe técnica devidamente treinada e qualificada pelos fabricantes dos equipamentos;

XXXI - realizar os serviços utilizando os procedimentos e ferramentas adequadas conforme a boa prática de engenharia e as recomendações do fabricante;

XXXII - realizar pelo menos uma manutenção por sistema por mês, exceto em casos devidamente autorizados pelo SENADO;

XXXIII - adotar todas as melhores práticas e procedimentos adequados para garantir o funcionamento dos locais onde os sistemas estão instalados sem interrupções;

XXXIV - adotar todas as melhores práticas e procedimentos adequados para não interferir no funcionamento dos sistemas localizados no entorno dos equipamentos, incluindo painéis elétricos, sistema de climatização, sistema de energia ininterrupta e sistema de automação;

XXXV - adotar todas as melhores práticas e procedimentos adequados para não gerar descarga acidental do sistema de combate a incêndio automático por agente limpo;

XXXVI - realizar os serviços somente com autorização ou agendamento prévio com o SENADO;

XXXVII - informar previamente, de forma explícita, serviços que necessitem do disparo dos alarmes de incêndio, bem como serviços com alta probabilidade de disparo acidental dos alarmes. Realizar esses serviços com autorização do SENADO, nos dias e horários acordados;

XXXVIII - apresentar os relatórios de manutenção após a conclusão de cada serviço;

XXXIX - cumprir e respeitar os prazos previstos no Anexo 2-B do edital e as datas de atendimento previamente agendadas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os empregados incumbidos da execução dos serviços não terão qualquer vínculo empregatício com o SENADO, sendo remunerados única e exclusivamente pela CONTRATADA e a ela vinculados.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A CONTRATADA responsabilizar-se-á por quaisquer danos causados ao SENADO ou a terceiros, por ação ou omissão de seus empregados, ou prepostos, decorrentes da execução deste contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Não poderá a CONTRATADA veicular publicidade acerca do objeto a que se refere o presente contrato, salvo autorização específica do SENADO.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO QUARTO – A CONTRATADA não poderá ceder os créditos, nem sub-rogar direitos e obrigações deste contrato a terceiros.

PARÁGRAFO QUINTO – Aplicam-se a este contrato as disposições do Código de Proteção e Defesa do Consumidor instituído pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

PARÁGRAFO SEXTO – A CONTRATADA deverá executar os serviços de acordo com as normas técnicas, com as boas práticas de engenharia, com bom padrão de acabamento e qualidade e no prazo previsto contratualmente ou estabelecido pela Fiscalização, seguindo, ainda, as instruções passadas pela Fiscalização.

PARÁGRAFO SÉTIMO – Nos serviços executados, a CONTRATADA deverá empregar materiais compatíveis com as especificações contidas neste contrato, no edital e seus anexos, e com as normas técnicas, seguindo as instruções preconizadas pelo fabricante.

PARÁGRAFO OITAVO – A CONTRATADA responsabilizar-se-á caso ocorra descarga acidental do agente limpo de combate a incêndio durante a execução de suas atividades, realizando a eventual recarga e os serviços de recondicionamento necessários, conforme especificação no Anexo 2-B do edital, sem ônus para o SENADO.

PARÁGRAFO NONO – A logística reversa para reciclagem de materiais, tais como peças usadas e resíduos de manutenção, serão de responsabilidade da CONTRATADA.

PARÁGRAFO DÉCIMO – Caberá ao SENADO as seguintes obrigações e responsabilidades, sem prejuízo das disposições legais e das estabelecidas na contratação advinda do edital e deste contrato:

- I** - exercer a gestão e a fiscalização dos serviços prestados, podendo sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer qualquer serviço que não esteja de acordo com as condições e exigências especificadas, acompanhando rigorosamente o cumprimento, pela CONTRATADA, de todas as suas obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias relacionadas ao respectivo contrato, exigindo cópias dos documentos comprobatórios da quitação dessas obrigações, bem como o exame das carteiras profissionais dos prestadores de serviços;
- II** - comunicar oficialmente à CONTRATADA quaisquer falhas verificadas no cumprimento do contrato, exigindo seu imediato saneamento sob pena de aplicação das penalidades previstas neste contrato;
- III** - permitir o acesso e a permanência dos empregados, prepostos e colaboradores da CONTRATADA às suas dependências, bem como o acesso aos seus equipamentos e instalações, para a execução dos serviços contratados;
- IV** - prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pela CONTRATADA ou por seu preposto, para cumprimento de suas obrigações;



SENADO FEDERAL

V - efetuar inspeções com a finalidade de verificar a prestação dos serviços e o atendimento das exigências contratuais;

VI - exigir, mediante justificativa, a imediata substituição de qualquer empregado quando não possuir a qualificação mínima exigida ou sempre que sua conduta for julgada insatisfatória ou inconveniente para o SENADO;

VII - fornecer crachá de acesso às suas dependências, de uso obrigatório pelos empregados da CONTRATADA;

VIII - efetuar os pagamentos, nos termos estabelecidos na Cláusula Quinta.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – É vedada qualquer ingerência de agentes públicos vinculados ao SENADO na administração da CONTRATADA, inclusive no que se refere à proibição de direcionamento ou de indicação de pessoas para trabalharem na CONTRATADA.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

A **CONTRATADA** iniciará a efetiva prestação dos serviços objeto deste contrato, compreendendo a manutenção de sistemas de detecção, alarme e combate automático de incêndio, a partir da data indicada na Ordem de Serviço Inicial, a qual será emitida pelo SENADO em até **90 (noventa) dias corridos**, a contar da data de assinatura deste contrato, conforme previsto no Anexo 2-B do edital.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A ordem de serviço deverá ser recebida pela CONTRATADA diretamente do gestor deste contrato, conforme detalhado na Seção N do Anexo 2-B do edital.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A prestação dos serviços será realizada no Complexo Arquitetônico do Senado Federal, localizado em Brasília – DF, nos sistemas indicados no Anexo 2-D do edital.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A garantia dos materiais fornecidos e dos serviços realizados será de, no mínimo, **90 (noventa) dias corridos**, contados da conclusão da atividade, ainda que esse período de garantia ultrapasse o período de prestação dos serviços regularmente contratados.

I - A garantia deverá vigorar por prazo superior caso a garantia do fabricante do material seja também superior, bem como nas situações previstas no Anexo 2-B do edital.

II - Em caso de necessidade de acionamento da garantia, o prazo para conclusão dos serviços ou fornecimento de materiais de reposição será de **30 (trinta) dias corridos**, exceto em casos devidamente justificados e autorizados pela Fiscalização.

III - Os materiais fornecidos e serviços realizados a título de garantia devem seguir o previsto no Anexo 2-B do edital.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO QUARTO – O objeto será recebido mensalmente após verificação dos aspectos referentes à execução técnica – por parte da Fiscalização –, bem como dos aspectos legais e fiscais – por parte do órgão gestor do contrato –, de acordo com as condições estabelecidas neste contrato, no edital e seus anexos.

I - Concluídas as verificações referentes à execução técnica, a documentação correspondente será encaminhada pela Fiscalização ao órgão gestor do contrato para autuação do processo de pagamento e avaliação dos aspectos legais e contratuais pertinentes.

II - A CONTRATADA apresentará então, diretamente ao órgão gestor do contrato, o documento fiscal correspondente ao faturamento do mês, juntamente com toda documentação fiscal referente ao respectivo faturamento para as demais verificações.

III - A não entrega da documentação descrita neste Parágrafo poderá obstar o andamento do processo de pagamento.

IV - Os pagamentos mensais ficam condicionados à manifestação final do órgão gestor do contrato no prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis**, contados do recebimento do documento fiscal, mediante termo circunstanciado, após verificações finais e cumprimento das demais obrigações legais e contratuais.

V - Não serão objeto de faturamento/pagamento eventuais serviços auxiliares, tais como frete, substituição, embalagem e outros.

PARÁGRAFO QUINTO – Ao SENADO não caberá qualquer ônus pela rejeição dos serviços e materiais rejeitados pela Fiscalização.

CLÁUSULA QUARTA – DO INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

A CONTRATADA deverá prestar os serviços definidos neste contrato de acordo com os níveis de serviço abaixo especificados, estando sujeita a ajustes no pagamento pelo descumprimento do Instrumento de Medição de Resultado (IMR).

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os níveis de serviço apresentados neste IMR têm como função definir os indicadores de acompanhamento da qualidade dos serviços prestados durante a contratação.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Os indicadores a seguir definem os parâmetros a serem observados no cumprimento do IMR:



SENADO FEDERAL

Indicador	
01 – Plano de manutenção	
Item	Descrição
Finalidade	Assegurar a execução do plano de manutenção especificado, buscando minimizar a quantidade de falhas no sistema.
Meta a cumprir	Execução plena do plano de manutenção, conforme indicado no Anexo 2-C - Plano de Manutenção. ANEXO 2-C – Plano de Manutenção
Instrumento de medição e forma de acompanhamento	Verificação de conformidade por serviço de manutenção periódica efetivamente prestados. Medição realizada após a conclusão de cada serviço, realizado de forma individualizada por sistema.
Periodicidade	Mensal, por serviço de manutenção periódica executado.
Mecanismo de cálculo	Conforme disposto no Anexo 2-C - Plano de Manutenção.
Início de vigência	A partir do primeiro serviço de manutenção periódica executado.
Ajuste no pagamento	Conforme Tabela 4 – Ajuste no faturamento do serviço de manutenção periódico, incidindo no valor a ser pago dos itens 1.1, 1.2, 1.3, 1.4 e 1.5 (manutenções periódicas) da Planilha 1 do Anexo 2-A, avaliado individualmente por sistema.
Sanções	Limite de 10 pontos por período de apuração. Após 10 pontos, ajuste referente aos 10 pontos somada a eventual aplicação da penalidade estabelecida no item 12 da Tabela 5 do Parágrafo Quinto da Cláusula Décima Primeira.

Indicador	
02 – Qualidade Técnica	
Item	Descrição
Finalidade	Aprimorar a efetividade da manutenção.
Meta a cumprir	Baixa incidência de desconformidades.
Instrumento de medição e forma de acompanhamento	Mediante controle por planilha eletrônica, realizado pela Fiscalização, para verificação das desconformidades e cálculo da pontuação correspondente.
Periodicidade	Por período de manutenção (mensal).
Mecanismo de cálculo	Somatório de pontos, conforme observações da Fiscalização em relação aos serviços executados.
Início de vigência	A contar da emissão da Ordem de Serviço para Início das Atividades.
Ajuste no pagamento	Ajuste conforme Tabela 3 do Parágrafo Sexto desta Cláusula, no valor total de serviços e materiais a serem faturados em um determinado período de manutenção.
Sanções	Limite de 10 pontos por período de apuração. Após 10 pontos, ajuste referente aos 10 pontos somada a eventual aplicação da penalidade estabelecida no item 17 da Tabela 5 do Parágrafo Quinto da Cláusula Décima Primeira.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Ao final de cada período de manutenção (mensal), será apurado o somatório de pontos relativos ao plano de manutenção e às desconformidades observadas na execução dos serviços (Indicadores 01 e 02).

I - Serão considerados os pontos ocorridos dentro de um determinado período de apuração.



SENADO FEDERAL

II - Em função dos resultados obtidos, serão aplicados ajustes sobre o faturamento mensal, de acordo com as Tabelas 2 e 3 do Parágrafo Sexto desta Cláusula.

PARÁGRAFO QUARTO – Para o Indicador 01, a avaliação ocorrerá de forma individualizada, por sistema, incidindo somente no valor a ser faturado do item de manutenção periódica correspondente (itens 1.1, 1.2, 1.3, 1.4 e 1.5 da Planilha 1 do Anexo 2-A). A avaliação ocorrerá a cada serviço realizado (periodicidade mensal).

I - Caso o serviço de manutenção periódica não ocorra em um determinado mês, poderá haver incidência da penalidade prevista na Tabela 5 do Parágrafo Quinto da Cláusula Décima Primeira. Nesse caso, não haverá incidência de IMR referente ao Indicador 01 para aquele sistema. Todos os serviços previstos para aquele mês devem ser realizados no mês seguinte, acrescidos dos demais itens a serem realizados conforme o plano de manutenção.

PARÁGRAFO QUINTO – Para o Indicador 02, a avaliação ocorrerá dentro de um determinado período de manutenção (mês). O ajuste ocorrerá no valor total de materiais e serviços a serem faturados no período, incluindo o serviço de manutenção periódica com o devido ajuste, conforme o IMR referente ao plano de manutenção.

I - Caso o ajuste ultrapasse o valor total da fatura de um determinado mês, não haverá pagamento da fatura. O restante do valor a ser ajustado será aplicado no mês seguinte.

PARÁGRAFO SEXTO – Os níveis aplicáveis de ajuste em razão das desconformidades verificadas quanto à qualidade técnica dos serviços (Indicador 02) serão apurados com base na tabela a seguir:

Tabela 1 - Desconformidades referentes à qualidade dos serviços

Item	Descrição	Pontos	Incidência
1	Realizar os serviços sem uniforme ou identificação adequada, sem justificativa aceita pela Fiscalização.	1	Por ocorrência
2	Entregar relatório de execução de serviços incompleto ou com erros, sem justificativa aceita pela Fiscalização.	1	Por ocorrência
3	Deixar de cumprir data ou horário de execução de serviços previamente agendados, sem justificativa aceita pela Fiscalização.	1	Por ocorrência
4	Não realizar a limpeza ou remover o lixo/detrítos após a conclusão dos serviços, sem justificativa aceita pela Fiscalização.	1	Por ocorrência
5	Não dar o acabamento ou organizar o ambiente após a conclusão dos serviços (deixando painéis abertos, parafusos soltos, placas de piso/teto soltas ou fora de posição, disparadores manuais abertos ou destrancados etc.), sem justificativa aceita pela Fiscalização.	1	Por ocorrência
6	Não atualizar a ficha histórica de manutenção, sem justificativa aceita pela Fiscalização.	1	Por ocorrência



SENADO FEDERAL

Item	Descrição	Pontos	Incidência
7	Deixar de cumprir o prazo para fornecimento de materiais, de início ou de conclusão dos serviços (exceto para manutenções periódicas) ou de apresentação de relatórios de manutenção, conforme previsto neste contrato, edital e seus anexos, sem justificativa aceita pela Fiscalização.	1	Por dia
8	Executar serviços sem autorização prévia da Fiscalização nos casos previstos neste contrato, edital e seus anexos, mesmo que previsto no Plano de Manutenção já aprovado, sem justificativa aceita pela Fiscalização.	3	Por ocorrência
9	Deixar de informar à Fiscalização fato relevante, como inoperância do sistema, risco de dano, necessidade de substituição de materiais ou de intervenção imediata nos sistemas, ou outras anormalidades verificadas na execução dos serviços, sem justificativa aceita pela Fiscalização.	3	Por ocorrência
10	Deixar de realizar ajuste no plano de manutenção, nos relatórios ou nos procedimentos de intervenção, sem justificativa aceita pela Fiscalização.	3	Por ocorrência
11	Disparar acidentalmente, ou sem autorização da Fiscalização, o alarme de incêndio durante a execução dos serviços, sem justificativa aceita pela Fiscalização. Testes do sistema de alarme (avisadores sonoros/visuais) devem ser agendados com antecedência para não causar pânico às pessoas que se encontrem nas respectivas edificações.	3	Por ocorrência
12	Deixar que seus empregados executem serviços sem a utilização dos EPIs ou ferramentas adequadas ou sem seguir os procedimentos técnicos e de segurança apropriados.	5	Por ocorrência
13	Executar serviço incompleto, paliativo, substitutivo como por caráter permanente ou em desacordo com normas técnicas, boas práticas de engenharia, bom padrão de acabamento e qualidade ou eventuais instruções passadas pela Fiscalização, bem como empregar materiais em desacordo com as especificações deste contrato, edital e seus anexos, de normas técnicas ou de instruções preconizadas pelo fabricante, sem justificativa aceita pela Fiscalização.	5	Por ocorrência
14	Deixar de realizar a vistoria do Responsável Técnico ou deixar de ter Responsável Técnico acompanhando os serviços quando solicitado pela Fiscalização, nos termos previstos neste contrato, edital e seus anexos, sem justificativa aceita pela Fiscalização.	5	Por ocorrência
15	Permitir situação que crie o risco de dano ou desligamento acidental dos sistemas e/ou equipamentos das áreas técnicas onde os serviços são realizados, sem justificativa aceita pela Fiscalização.	5	Por ocorrência
16	Permitir situação que crie o risco de descarga acidental do agente limpo (FM-200) do sistema de combate automático a incêndios, sem justificativa aceita pela Fiscalização.	5	Por ocorrência



SENADO FEDERAL

Tabela 2 - Ajuste no faturamento do serviço de manutenção periódico

Pontos	Ajuste no faturamento (percentual do valor do item de manutenção periódica a ser faturado)
0	100% (sem desconto)
1-3	95%
4-6	90%
7-10	80%
11 ou superior	80%, acrescido de eventual aplicação da penalidade estabelecida na Tabela 5 do Parágrafo Quinto da Cláusula Décima Primeira deste contrato.

Tabela 3 – Ajustes no faturamento mensal

Pontos	Valor do ajuste
0	Sem ajuste
1-3	R\$ 250,00
4-6	R\$ 500,00
7-10	R\$ 1.000,00
11 ou superior	R\$ 1.000,00, acrescida de eventual aplicação da penalidade estabelecida na Tabela 5 do Parágrafo Quinto da Cláusula Décima Primeira deste contrato.

PARÁGRAFO SÉTIMO – Os prazos são contados em dias úteis.

PARÁGRAFO OITAVO – A aplicação de ajustes em razão do IMR não isenta a CONTRATADA em relação à eventual incidência de sanções contratuais, tratadas na Cláusula Décima Primeira deste contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

O SENADO pagará à CONTRATADA, pelo objeto deste contrato, os valores unitários a seguir, conforme proposta da CONTRATADA, [documento digital nº _____](#), não sendo permitida em nenhuma hipótese o pagamento de serviços não executados ou executados de forma incompleta.

Item	Unid.	Quant. Estimada	Especificação	Preço Unit.	Preço Total

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O valor global estimado do presente instrumento é de R\$ _____ (_____), compreendendo todas as despesas e custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução deste contrato.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO SEGUNDO – O pagamento efetuar-se-á **mensalmente**, por intermédio de depósito em conta bancária da CONTRATADA, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento da nota fiscal/fatura discriminada, em 2 (duas) vias, ressalvada a hipótese prevista no § 3º do art. 5º da Lei nº 8.666/1993, condicionado ao prévio atesto dos serviços pela Fiscalização, mediante o recebimento pelo órgão gestor do contrato do documento fiscal, com a discriminação dos serviços e materiais fornecidos, conforme previsto no Parágrafo Quarto da Cláusula Terceira, e à apresentação da garantia na forma da Cláusula Nona.

I – A não apresentação da garantia na forma prevista na Cláusula Nona não impede o pagamento do objeto, mas autoriza o SENADO a adotar a medida prevista no Parágrafo Décimo daquela Cláusula.

II - O pagamento sempre ocorrerá de acordo com a quantidade de serviços efetivamente executados em um dado mês, mediante apresentação e aprovação de relatório técnico específico, o qual terá prazo para apresentação de 30 (trinta) dias corridos, a contar da conclusão das atividades de campo, conforme detalhado na Seção F, item F.8 do Anexo 2-B do edital.

III - Só serão pagos materiais e serviços efetivamente utilizados ou prestados que seguirem o previsto no Anexo 2-B do edital.

IV - Antes de apresentar o faturamento mensal, a CONTRATADA deverá apresentar à Fiscalização os relatórios técnicos e às diretrizes definidas no Anexo 2-B do edital.

V - O pagamento será feito conforme a efetiva necessidade de uso de materiais e execução de serviços, não havendo garantia de uso integral do que está previsto na contratação.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Caberá à CONTRATADA apresentar, juntamente com a nota fiscal, os comprovantes atualizados de regularidade com a Fazenda Pública Federal, com a Previdência Social, com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), sob pena de aplicação das penalidades específicas previstas na Cláusula Décima Primeira.

PARÁGRAFO QUARTO – As eventuais despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças ou agências são de responsabilidade da CONTRATADA.

PARÁGRAFO QUINTO – Havendo vício a reparar em relação à nota fiscal/fatura apresentada ou em caso de descumprimento pela CONTRATADA de obrigação contratual, o prazo constante do Parágrafo Segundo desta Cláusula poderá ser suspenso até que haja reparação do vício ou adimplemento da obrigação.

PARÁGRAFO SEXTO – Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo CONTRATANTE, entre o término do prazo referido no



SENADO FEDERAL

parágrafo segundo e a data do efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos em fatura própria, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = i / 365 \quad I = 6 / 100 / 365 \quad I = 0,00016438$$

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%.

CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE

O preço poderá ser reajustado após 12 (doze) meses contados da data da assinatura do contrato, observada a variação do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC**, ou por outro indicador que venha substituí-lo.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O primeiro reajuste levará em conta para fins de cálculo a variação do índice pactuado entre a data de apresentação da proposta e do primeiro aniversário do contrato, sendo que os reajustes subsequentes ocorrerão sempre nos aniversários seguintes, aplicando-se a variação ocorrida no último período.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O arredondamento de valores e preços da presente contratação rege-se-á da seguinte forma, nos termos do Ato do Primeiro-Secretário nº 20/2010:

I – Para os valores utilizados em operações matemáticas de somatório serão utilizadas duas casas decimais e para aplicação de índices de correção monetária serão utilizadas sete casas decimais.

II – Quando a casa decimal imediatamente posterior à definida no inciso ‘I’ for igual ou superior a cinco aumenta-se a casa decimal anterior em uma unidade, e quando for inferior a cinco permanecerá a mesma inalterada.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS ACRÉSCIMOS E DAS SUPRESSÕES

A CONTRATADA obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões até o limite legal estabelecido no art. 65, inciso II, e §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.666/1993.



SENADO FEDERAL

CLÁUSULA OITAVA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta de dotação orçamentária classificada como **Programa de Trabalho** _____ e **Natureza de Despesa** _____, tendo sido empenhadas mediante a **Nota de Empenho n.º** _____.

PARÁGRAFO ÚNICO – Para os exercícios futuros, o SENADO emitirá notas de empenho indicando a dotação orçamentária à conta da qual correrão as despesas, independentemente de celebração de termo aditivo.

CLÁUSULA NONA – DA GARANTIA

A CONTRATADA prestará garantia destinada a assegurar a plena execução do contrato, no valor de R\$ _____ (_____), correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor global deste contrato, nos termos do art. 56 da Lei nº 8.666/93, em uma das seguintes modalidades:

- I** – Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;
- II** – Seguro-Garantia; ou
- III** – Fiança bancária.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A CONTRATADA deverá efetivar a prestação da garantia e formalizar a entrega do comprovante respectivo, exclusivamente por meio de registro no Serviço de Protocolo Administrativo do Senado Federal endereçado ao Gestor do contrato, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados do recebimento da via assinada do contrato, podendo esse prazo ser prorrogado por igual período, mediante justificativa a ser apreciada pela Administração.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A garantia será recalculada, nas mesmas condições e proporções, sempre que ocorrer modificação no valor deste contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A partir do vencimento, utilização ou recálculo da garantia, a CONTRATADA terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para renová-la ou complementá-la, podendo ser prorrogado por igual período, mediante justificativa a ser apreciada pela Administração.

PARÁGRAFO QUARTO – A garantia será liberada após a execução plena deste contrato, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, de acordo com a legislação em vigor.

PARÁGRAFO QUINTO – Considerando o tempo necessário para a adoção de todos os procedimentos prévios a uma eventual execução da garantia (processo de apuração e aplicação



SENADO FEDERAL

de penalidades, por exemplo), a possibilidade de identificação de prejuízos posteriormente ao término da vigência contratual, bem como o período de garantia dos materiais empregados, a garantia deverá vigorar durante todo o prazo de execução do contrato e ainda se estender pelo prazo de **90 (noventa) dias corridos** após o término da vigência contratual.

PARÁGRAFO SEXTO – O valor da garantia não poderá ser decrescente em função da execução gradual do contrato, nem poderá a garantia estar condicionada a elementos externos à relação entre o SENADO e a CONTRATADA.

PARÁGRAFO SÉTIMO – A garantia deverá assegurar o pagamento de:

- I** – prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;
- II** – multas aplicadas pelo SENADO à CONTRATADA;
- III** – prejuízos diretos causados ao SENADO decorrentes de culpa ou dolo da CONTRATADA durante a execução do contrato.

PARÁGRAFO OITAVO – No caso de a CONTRATADA optar pelo seguro-garantia, deverá apresentar cobertura para todos os riscos elencados no Parágrafo Sétimo desta Cláusula, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor atualizado do contrato.

PARÁGRAFO NONO – A CONTRATADA que prestar a garantia na modalidade caução poderá optar pelo seu parcelamento.

- I** – Autorizado pela Administração o parcelamento da garantia na modalidade caução, a empresa contratada poderá optar pela retenção mensal de seus créditos até a integralização do valor correspondente à garantia.
- II** – O parcelamento poderá ser feito em até 5 (cinco) prestações mensais e deverá observar o período de vigência remanescente do contrato, de modo que o valor a ser garantido esteja plenamente integralizado antes do encerramento da avença.

PARÁGRAFO DÉCIMO – Caso a garantia contratual não seja apresentada de acordo com as exigências previstas nesta cláusula, o SENADO fica autorizado a reter parte do pagamento mensal à CONTRATADA para formação de reserva financeira, em valor equivalente ao da regular garantia contratual, sem prejuízo das sanções cabíveis.

- I** – As retenções de crédito realizadas pelo Senado Federal para a formação de reserva financeira em valor suficiente para suprir a constituição de garantia contratual regular poderão ser parceladas mediante solicitação da empresa contratada, observado o disposto no Parágrafo Nono.
- II** – Os valores retidos ficarão reservados em conta orçamentária, a título de garantia, e, por esta razão, não serão objeto de qualquer atualização monetária, salvo no caso de a CONTRATADA abrir conta bancária apta a receber depósito caução.



SENADO FEDERAL

III – A liberação dos valores retidos fica condicionada à execução plena do contrato ou à apresentação de garantia idônea por parte da CONTRATADA, nos termos dos incisos I a III do caput desta cláusula.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - Havendo alteração contratual, a CONTRATADA deverá comunicar o fato e encaminhar à seguradora o respectivo documento que formalize a alteração para fins de emissão do respectivo endosso, devendo a CONTRATADA apresentar ao SENADO, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar da formalização da alteração contratual, a comprovação da referida comunicação e a anuência da seguradora, sob pena de multa diária de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor global remanescente deste contrato até o limite de 30 (trinta) dias, após o qual será aplicada, cumulativamente, multa de 1% (um por cento) sobre o valor total da contratação.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - Quando da abertura de processos para eventual aplicação de penalidade, para fins de configuração de “expectativa de sinistro”, o SENADO deverá comunicar o fato à seguradora e/ou fiadora tão logo ocorra a instauração do processo administrativo sancionatório.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pelo SENADO com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO – Havendo prorrogação contratual, a CONTRATADA deverá renovar a garantia para abranger o período seguinte de execução contratual, respeitando as mesmas condições aqui estabelecidas para a garantia na primeira vigência contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA FISCALIZAÇÃO

Caberá aos gestores designados pela Diretora-Geral ou Diretor-Executivo de Contratações promover todas as ações necessárias ao fiel cumprimento deste contrato, observado o disposto no Ato da Comissão Diretora nº 02, de 2008.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

Pelo atraso injustificado na execução deste contrato ou pela sua inexecução total ou parcial, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades:

I – advertência;

II – multa;

III – suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 2 (dois) anos;



SENADO FEDERAL

IV – impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF e no cadastro de fornecedores do SENADO pelo prazo de até 5 (cinco) anos; e

V – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir ao SENADO os prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base nas alíneas III e IV desta Cláusula.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Sem prejuízo das sanções previstas nos incisos II e V desta Cláusula, com fundamento no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, a CONTRATADA ainda poderá ser impedida de licitar e contratar com a União e descredenciada no SICAF e no cadastro de fornecedores do SENADO pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o contraditório e a ampla defesa, sempre que ocorrer alguma das seguintes hipóteses:

I – apresentar documentação falsa;

II – fraudar a execução do contrato;

III – comportar-se de modo inidôneo;

IV – fazer declaração falsa;

V – cometer fraude fiscal.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A ocorrência de alguma das hipóteses constantes do Parágrafo anterior enseja a rescisão unilateral do contrato, sujeitando-se a CONTRATADA à multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor global do contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Sem prejuízo das sanções previstas neste contrato, os atos lesivos à administração pública previstos no inciso IV, do artigo 5º, da Lei nº 12.846/2013, sujeitarão os infratores às penalidades previstas na referida lei.

PARÁGRAFO QUARTO – Decorrido o prazo previsto para o início deste contrato, sem que a CONTRATADA dê início à prestação do objeto, conforme os prazos estabelecidos neste contrato, será aplicada multa diária de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor global deste contrato até o limite de 30 (trinta) dias corridos, após o qual será aplicada, cumulativamente, multa de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor global do contrato, sem prejuízo das demais sanções administrativas previstas nesta Cláusula, observando-se os critérios constantes do Parágrafo Décimo Terceiro.

PARÁGRAFO QUINTO – Iniciada a execução do objeto, a CONTRATADA ficará sujeita a multas por descumprimento das obrigações contratuais ou execução insatisfatória dos serviços, omissão e outras faltas, em valores definidos conforme Tabela 4 e Tabela 5 a seguir, sem prejuízo das outras sanções previstas em lei. Os prazos são contados em dias úteis.



SENADO FEDERAL

Tabela 4 - Grau e Correspondência de cada Infração

Grau da infração	Correspondência
Leve	Advertência (na primeira infração do mesmo tipo). Multa no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais), por incidência (após a primeira infração).
Médio	Multa no valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), por incidência.
Grave	Multa no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), por incidência.
Muito grave	Multa no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), por incidência.

Tabela 5 – Infrações

Item	Descrição	Grau	Incidência
1	Deixar de apresentar cópia autenticada das alterações contratuais, quando realizadas.	Leve	Por ocorrência
2	Veicular publicidade acerca do serviço a que se refere o presente contrato, sem autorização expressa do Senado Federal.	Leve	Por ocorrência
3	Deixar de manter durante a execução deste contrato as condições que ensejaram sua contratação.	Leve	Por dia
4	Deixar de indicar e manter durante a execução do contrato Responsável Técnico pelos serviços ou de apresentar as ARTs referentes aos serviços conforme previsto neste contrato, edital e seus anexos, sem justificativa aceita pela Fiscalização.	Leve	Por dia
5	Deixar de designar preposto por escrito, indicando dados para contato direto, conforme previsto neste contrato, edital e seus anexos, sem justificativa aceita pela Fiscalização.	Leve	Por dia
6	Deixar de fornecer à Fiscalização ou ao órgão gestor do contrato as informações formalmente solicitadas no prazo estabelecido, quando não se tratar de documento necessário para efetivação de pagamentos, sem justificativa aceita pela Fiscalização.	Leve	Por ocorrência e por dia
7	Realizar serviços sem ter o estudo de segurança do trabalho devidamente aprovado pela Fiscalização, conforme previsto neste contrato, edital e seus anexos, sem justificativa aceita pela Fiscalização.	Médio	Por ocorrência
8	Realizar serviços com equipe sem qualificação para a execução dos serviços ou sem o treinamento adequado, sem justificativa aceita pela Fiscalização.	Médio	Por ocorrência



SENADO FEDERAL

Item	Descrição	Grau	Incidência
9	Deixar de fornecer à sua equipe de profissionais equipamentos de proteção e segurança do trabalho, de acordo com a legislação em vigor, ferramentas elétricas, mecânicas ou computacionais necessárias à execução do objeto do contrato, de acordo com o especificado neste contrato, sem justificativa aceita pela Fiscalização.	Médio	Por ocorrência
10	Deixar de substituir material defeituoso ou refazer serviço no período de garantia, sem justificativa aceita pela Fiscalização.	Médio	Por ocorrência
11	Deixar de executar os serviços de manutenção periódica em um determinado sistema no período de um mês, sem justificativa aceita pela Fiscalização.	Médio	Por ocorrência
12	Exceder o limite de pontuação referente ao cumprimento do plano de manutenção, conforme disposto neste contrato, edital e seus anexos, sem justificativa aceita pela Fiscalização.	Médio	Apuração mensal
13	Deixar de indenizar o Senado Federal ou terceiros no caso de danos causados por seus empregados, prepostos ou colaboradores em razão da execução do presente contrato.	Grave	Por ocorrência
14	Utilizar as dependências do Senado Federal para fins diversos do objeto do contrato ou utilizar os recursos previstos no contrato para fins diversos do objeto, sem justificativa aceita pela Fiscalização.	Grave	Por ocorrência
15	Permitir situação que crie o risco de causar dano ao patrimônio do Senado Federal, sem justificativa aceita pela Fiscalização.	Grave	Por ocorrência
16	Deixar de fornecer cilindro reserva de agente limpo ou mangueira reserva para cilindro de agente limpo, nos casos previstos neste contrato, edital e seus anexos, sem justificativa aceita pela Fiscalização.	Grave	Por dia
17	Exceder o limite de pontuação referente às desconformidades verificadas na prestação dos serviços, conforme disposto neste contrato, edital e seus anexos, sem justificativa aceita pela Fiscalização.	Grave	Apuração mensal
18	Ceder créditos ou sub-rogar direitos e obrigações deste contrato a terceiros.	Muito grave	Por ocorrência
19	Realizar intervenção que gere indisponibilidade dos ambientes técnicos do Senado Federal onde os serviços são executados, incluindo desligamentos acidentais de equipamentos críticos, sem justificativa aceita pela Fiscalização.	Muito grave	Por ocorrência
20	Realizar intervenção que gere a descarga acidental do agente limpo (FM-200) do sistema de combate automático a incêndios, sem justificativa aceita pela Fiscalização.	Muito grave	Por ocorrência
21	Causar dano ao patrimônio do Senado Federal.	Muito grave	Por ocorrência



SENADO FEDERAL

Item	Descrição	Grau	Incidência
22	Permitir situação que crie o risco de causar ou que efetivamente cause dano à saúde, lesão corporal ou consequências letais a qualquer pessoa, incluindo empregado ou colaborador da Contratada, bem como a servidores e usuários do Senado Federal.	Muito grave	Por ocorrência

PARÁGRAFO SEXTO – A não apresentação da documentação prevista no Parágrafo Terceiro da Cláusula Quinta, sujeitará a CONTRATADA à multa de 0,05% (meio décimo por cento) a 0,1% (um décimo por cento), ao dia, sobre o valor global do contrato, até o limite de 30 (trinta) dias, observando-se os critérios constantes do Parágrafo Décimo Terceiro.

PARÁGRAFO SÉTIMO – Findo os prazos limite previstos nos Parágrafos Quarto e Sexto, sem adimplemento da obrigação, aplicar-se-á, cumulativamente, multa de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida deste contrato, observando-se os critérios constantes do Parágrafo Décimo Terceiro, podendo ainda o SENADO, a seu critério, fazer uso da garantia prestada pela empresa e impor outras sanções legais cabíveis.

PARÁGRAFO OITAVO – Durante o período de 30 (trinta) dias previsto nos Parágrafos Quarto e Sexto, a critério do SENADO, este contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das demais sanções.

PARÁGRAFO NONO – O atraso na apresentação da garantia contratual prevista na Cláusula Nona sujeitará a CONTRATADA à multa de 5% (cinco por cento) sobre a parcela do valor global do contrato correspondente ao período que este ficar com a garantia em aberto, considerando sempre o maior prazo constante na cláusula de vigência, contando-se o prazo a partir da data limite para apresentação da garantia até o dia da efetiva prestação da garantia ou da retenção prevista no Parágrafo Décimo da Cláusula Nona.

PARÁGRAFO DÉCIMO – As multas previstas nesta Cláusula, somadas todas as penalidades aplicadas, não poderão superar, em cada mês, o máximo de 15% (quinze por cento) do valor correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor global do contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – A reincidência na aplicação do percentual máximo previsto no Parágrafo anterior poderá ensejar a rescisão unilateral do contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO – Além das multas previstas nos Parágrafos anteriores, o contrato poderá ser rescindido unilateralmente nos termos do Parágrafo Quinto da Cláusula Décima Segunda, ficando ainda a CONTRATADA sujeita à multa correspondente a até 10% (dez por cento) do valor global deste contrato, fixada, a critério do SENADO, em função da gravidade apurada.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO – Na aplicação das penalidades, a autoridade competente observará:

I – os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade;



SENADO FEDERAL

- II** – a não reincidência da infração;
- III** – a atuação da contratada em minorar os prejuízos advindos de sua conduta omissiva ou comissiva;
- IV** – a execução satisfatória das demais obrigações contratuais; e
- V** – a não existência de efetivo prejuízo material à Administração.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO – A multa de valor irrisório poderá ser convertida em pena de advertência, a critério da autoridade competente.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO – Em casos excepcionais, caso a penalidade prevista se mostre desproporcional à gravidade da infração e ao prejuízo ou risco de prejuízo dela decorrente, a autoridade competente poderá, justificadamente, reduzi-la, observados os demais critérios previstos no Parágrafo Décimo Terceiro.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO – A multa aplicada, após regular processo administrativo e garantido o direito de ampla defesa, será descontada das faturas emitidas pela CONTRATADA ou recolhida por meio de GRU – Guia de Recolhimento da União.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO – Não ocorrendo quitação da multa, na forma do parágrafo anterior, será o valor remanescente descontado da garantia ou, em último caso, cobrado judicialmente.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO – As multas previstas nesta Cláusula poderão ser aplicadas cumulativamente entre si, sem prejuízo das sanções eventualmente aplicáveis de advertência, de suspensão do direito de licitar e contratar com o SENADO e de declaração de inidoneidade, além da rescisão contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO

A inexecução total ou parcial deste contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/1993, e diante da hipótese prevista no inciso II do Parágrafo Terceiro da Cláusula Décima Terceira.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A rescisão deste contrato se dará por ato unilateral e escrito do SENADO, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/1993.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A rescisão poderá ocorrer ainda da seguinte forma:

- I** – amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o SENADO; ou
- II** – judicial, nos termos da legislação.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO TERCEIRO – A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente do SENADO.

PARÁGRAFO QUARTO – Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

PARÁGRAFO QUINTO – Ao SENADO é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do art. 79, inciso I, da Lei nº 8.666/1993, aplicando-se, no que couber, as disposições dos §§ 1º e 2º do mesmo artigo, bem como as do art. 80 da referida lei.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

O presente contrato terá vigência por **30 (trinta) meses consecutivos**, a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses a critério das partes e mediante termo aditivo, observado o art. 57, II, da Lei nº 8.666/1993.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Caso as partes não se interessem pela prorrogação deste contrato, deverão manifestar sua vontade, no mínimo, **90 (noventa) dias corridos** antes do término da vigência contratual.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Quando consultada, a manifestação positiva da CONTRATADA quanto ao interesse na prorrogação da vigência do contrato, nos termos do art. 422 do Código Civil, gera legítima expectativa para o Senado Federal quanto à assinatura do termo aditivo necessário à formalização da renovação da vigência.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Em atenção ao Parágrafo anterior, exceto diante de fato superveniente e devidamente justificável, a recusa da CONTRATADA em assinar o termo aditivo de prorrogação de vigência manifestada após o prazo de 90 (noventa) dias antes do encerramento da vigência do contrato poderá ensejar:

I - a aplicação de multa de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor global do contrato;

II - conforme o interesse da Administração, a rescisão unilateral do contrato, de modo a, diante da impossibilidade prática de realização de novo procedimento licitatório, viabilizar a contratação do objeto remanescente do contrato nos termos do art. 24, XI, da Lei nº 8.666/1993.

PARÁGRAFO QUARTO – Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

Fica eleito o foro da Justiça Federal em Brasília-DF, com exclusão de qualquer outro, para dirimir questões decorrentes do cumprimento deste contrato.



SENADO FEDERAL

Assim ajustadas, firmam as partes o presente instrumento, em duas vias, na presença das testemunhas adiante nomeadas, que também o subscrevem.

Brasília-DF, ____ de _____ de 20__

DIRETORA-GERAL

SENADO FEDERAL

REPRESENTANTE

CONTRATADA

DIRETOR DA _____

DIRETOR DA _____



SENADO FEDERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 115/2021

(Processo nº 00200.009307/2020-71)

ANEXO 4

MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

A licitante deverá enviar sua proposta de preços, juntamente com o instrumento de outorga de poderes do representante legal da empresa que assinará o contrato, conforme modelo abaixo, à Comissão Permanente de Licitação, nos termos do Capítulo XI - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/____						
Data de abertura:						
Nome da empresa:						
CNPJ:						
Endereço:						
CEP:						
Telefone: (DDD)						
Fax: (DDD)						
E-mail:						
Dados Bancários:						
Nome do Representante legal da empresa: (que irá assinar o contrato)						
CPF: (do representante legal da empresa que irá assinar o contrato)						
RG/órgão emissor: (do representante legal da empresa que irá assinar o contrato)						
Instrumento de outorga de poderes: (encaminhar cópia do instrumento de outorga de poderes)						
Certificação digital: O representante legal da empresa que assinará o contrato possui certificação digital ICP Brasil? () Sim () Não						
Preencher o cabeçalho abaixo conforme tabelas do Anexo 2-A do edital.						
					R\$	R\$
					R\$	R\$
VALOR TOTAL						R\$

Instruções de preenchimento:

A licitante deverá informar os preços por item, total do item, e total global da proposta, seguindo a numeração constante no edital.

O instrumento de outorga de poderes ao representante legal que irá assinar o contrato deverá ser encaminhado em anexo à proposta de preços.

Os valores unitários e totais deverão ser grafados somente até os centavos.

A proposta de preços deverá estar datada e assinada.